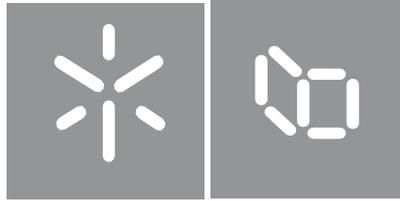


Universidade do Minho
Instituto de Letras e Ciências Humanas

Murillo Mendes Cerqueira

**A Esperança e o Risco como atitudes
metodológicas face aos desafios do
Antropoceno**

Outubro de 2019



Universidade do Minho
Instituto de Letras e Ciências Humanas

Murillo Mendes Cerqueira

**A Esperança e o Risco como atitudes
metodológicas face aos desafios do
Antropoceno**

Dissertação de Mestrado em Filosofia Política

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor Bruno Rego
Professor Doutor João Ribeiro Mendes

Outubro de 2019

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



**Atribuição
CC BY**

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

AGRADECIMENTOS

Aos meus orientadores, Professor Doutor João Ribeiro Mendes e Professor Doutor Bruno Rego, por toda dedicação, orientação e paciência nessa caminhada.

Ao Professor Doutor Roberto Merrill.

À minha mãe Maria da Graças Mendes.

Aos meus irmãos, Márcia Cerqueira, Magaly Cerqueira e Marcone Cerqueira.

Aos meus cunhados, Marcos Barbosa e Alisson Pinheiro. À minha cunhada Lucinéia Santos.

Ao meu padrasto Hildebrando Martins.

Aos meu amigos e amigas, Rodrigo Valério, Vinícius Lira, Tiago Marcondes, Roderick Vitor, Diego Maia, Fábio de Melo, Zenilton Oliveira, Monique Alves, Jordeci Campos, Joabe Brito, Juliano de Castro, Pricila Alves, Flávio Bonina.

A Deus, por sua infinita bondade.

Obrigado a todos (as)!

A ESPERANÇA E O RISCO COMO ATITUDES METODOLÓGICAS FACE AOS DESAFIOS DO ANTROPOCENO

RESUMO

A proposta desta dissertação é de identificar atitudes metodológicas na Filosofia da Esperança e no conceito de Risco de Ulrich Beck que possibilitem uma nova orientação intelectual no Antropoceno. Este é visto como uma época onde a espécie humana tem criado mecanismos de desenvolvimento que podem conduzir à sua própria destruição. É também uma época marcada por crises: política, econômica e humanitária. Com isso, o discurso de perspectivas derrotistas se tornou comum na sociedade contemporânea, discurso este carregado de dimensões escatológicas. A partir da análise da Filosofia da Esperança de Ernst Bloch e do conceito de Risco de Ulrich Beck foi constatado que, em ambos, existem atitudes metodológicas que podem ajudar a transformar a perspectiva escatológica em dimensões dotadas de outras possibilidades. Nos dois autores, encontram-se igualmente perspectivas que desafiam a percepção de que tudo parece estar definindo ou tido como encerrado no Antropoceno (como, por exemplo, o suposto fim da espécie humana) e que precisam ser encaradas de outra maneira pela sociedade contemporânea. Tanto a filosofia de Bloch, quanto o conceito de risco de Beck, mostram que existem horizontes diante do caos da atual época, horizontes esses repletos de possibilidades, indicando que o futuro está em aberto.

Palavras-chave: Antropoceno; Crise Ambiental; Esperança; Futuros Possíveis; Risco.

HOPE AND RISK AS METHODOLOGICAL ATTITUDES TOWARDS THE CHALLENGES OF THE ANTHROPOCENE

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to identify methodological attitudes in Ernst Bloch's Philosophy of Hope and Ulrich Beck's Risk concept, capable of offering some guidance to the new era, the Anthropocene. The Anthropocene is seen as a time where the human species has created mechanisms that may possibly bring its own destruction. It is also a time marked by political, economic and humanitarian crises. Thus, the discourse carrying a sentiment of defeat has become a common place in contemporary society and it is charged with an eschatological perspective. From the analysis of Ernst Bloch's Philosophy of Hope and Ulrich Beck's Risk concept, it is possible to notice that in both there are methodological attitudes capable of transforming the eschatological perspectives into a feeling endowed with other possibilities. In both authors there also perspectives that challenge the perception that everything seems to be defined in the Anthropocene (as the supposed end of the human species), and that must be differently envisaged by the contemporary society. As both Bloch's philosophy and Beck's Risk concept show in the face of the contemporary chaos, there are horizons full of possibilities and, therefore, the future remains open.

Keywords: Anthropocene; Environmental Crisis; Hope; Possible Futures; Risk.

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I: DEFINIÇÃO DO ANTROPOCENO.....	3
1. ORIGEM DO ANTROPOCENO	5
1.1. As consequências do Antropoceno.....	8
1.2. As Dimensões Escatológicas no Antropoceno.....	12
1.3. As Instabilidades na Época do Antropoceno.....	16
1.3.1. A Crise Ambiental	16
1.3.2. A Instabilidade Política	19
1.3.3. Instabilidade Econômica	21
1.3.4. Crise Humanitária.....	22
1.4. Incertezas e Desorientação no Antropoceno	25
CAPÍTULO II: ESPERANÇA E RISCO	28
2.1. CONCEITO E DEFINIÇÃO DE ESPERANÇA	28
2.1.1. Conceitos Psicológicos da Esperança.....	29
2.1.2. Conceitos Filosóficos da Esperança.....	31
2.2. Conceito e definição de Risco	38
2.2.1. Conceitos Psicológicos do Risco.....	39
2.2.2. Conceitos Filosóficos do Risco	42
CAPÍTULO III: A NECESSIDADE DE UMA FILOSOFIA DA ESPERANÇA E DO CONCEITO DE RISCO PARA OS FUTUROS POSSÍVEIS NO ANTROPOCENO.....	48
3.1. FILOSOFIA DA ESPERANÇA DE ERNST BLOCH.....	48
3.1.1.O Ainda Não Consciente	53
3.1.2. A Esperança Como Afeto Expectante Positivo	55
3.1.3. Esperança e as Possibilidades.....	57
3.2. O Conceito de Risco de Ulrich Beck.....	59
3.2.1. Modernidade Reflexiva.....	62
3.3. A importância da Filosofia da Esperança e do Conceito de Risco para a Época do Antropoceno.65	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	74

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 78

INTRODUÇÃO

A época do Antropoceno é uma época de instabilidade ambiental, política e moral. O químico holandês Paul Crutzen foi quem denominou essa atual época de Antropoceno, afirmando que as atividades humanas estão causando impactos no funcionamento do planeta Terra. Segundo Crutzen e Stoermer (2000), a época em que a espécie humana se torna essa força geológica capaz de transformar o lugar onde vive começa, possivelmente, na última parte do século XVIII. O crescimento populacional, a urbanização, a liberação exacerbada de gases de efeito estufa, entre outros, são alguns dos fatores que Crutzen e Stoermer alegam para dizer que o planeta Terra entrou no Antropoceno.

Pode observar-se que há um sentimento escatológico bastante presente nessa época e existe também a idéia de que a humanidade está encurralada e sem saída, caminhando para o seu fim, fruto de variados desafios civilizacionais que precisam ser superados, tais como as crises humanitária, política e económica. Deve acrescentar-se que há uma forte negação em relação ao estado crítico em que o planeta Terra se encontra.

Por estes motivos, o objetivo desse trabalho é mostrar que a Filosofia da Esperança de Ernst Bloch e o conceito de Risco de Ulrich Beck podem ser considerados como atitudes metodológicas diante dos desafios que se apresentam nessa nova época do Antropoceno. Aqui pretendemos responder às seguintes questões: 1) Quais as contribuições da esperança e do risco como atitudes metodológicas face aos desafios do Antropoceno? 2) Em uma época de instabilidades, esperança e risco serão factores importantes para o desenvolvimento de uma consciência de auto-preservação? e 3) Como é que esperança e risco podem contribuir para uma Filosofia Política e Moral no Antropoceno?

A opção pela Filosofia da Esperança de Ernst Bloch e pelo conceito de Risco de Ulrich Beck como atitudes metodológicas justifica-se porque tanto Bloch (2005) quanto Beck (1998) têm um olhar voltado para as possibilidades existentes no futuro e entendem que a espécie humana tem em si mesma a capacidade de criar outros caminhos frente a uma época tão repleta de instabilidades como a época do Antropoceno.

No primeiro capítulo, trataremos da definição e origem do Antropoceno. Em seguida, neste mesmo capítulo, mostraremos as consequências que essas atividades humanas trouxeram, além das dimensões escatológicas e instabilidades políticas, económicas e a crise humanitária dessa época, em que a espécie humana tem agido contra si mesma e contra o ambiente em que vive.

No segundo capítulo, iremos concentrar-nos na definição de Esperança e de Risco em diversas acepções: axiológica, psicológica, filosófica e, também, nas suas amplitudes cognitivas. Neste capítulo não iremos focar apenas a perspectiva de Ernst Bloch e de Ulrich Beck sobre os conceitos. Tentaremos mostrar, também, abordagens de outros autores aos mesmos, permitindo assim desenvolver uma compreensão mais ampla do tema da nossa dissertação.

No terceiro e último capítulo, mostraremos a necessidade da Filosofia da Esperança e do conceito de Risco para os futuros que são possíveis no Antropoceno. Aqui iremos focar-nos somente no entendimento que Bloch e Beck têm do tema. Elencaremos alguns processos provocados pela esperança e sua capacidade de abrir possibilidades para o futuro. Abordaremos pontos importantes da filosofia de Bloch como os sonhos, o **ainda não consciente** e a tendência da esperança como impulso sempre voltado para o futuro. A respeito do conceito de Risco em Beck, destacaremos a tese da **modernidade reflexiva** que, segundo o autor, é a capacidade que as sociedades contemporâneas têm de questionar criticamente as consequências negativas dos riscos por si criados e de propor algumas possibilidades de saída frente aos mesmos.

Por fim, concluiremos com uma reflexão baseada nas possibilidades que esses dois conceitos trazem à época contemporânea. Face aos inúmeros desafios que apresenta, o Antropoceno não é uma época totalmente encerrada e é justamente nesse caos que esperança e risco nos mostram um horizonte repleto de expectativas e possibilidades de futuros alternativos.

CAPÍTULO I

DEFINIÇÃO DO ANTROPOCENO

A Terra possui uma história geológica que está dividida em períodos, eras e épocas. Essa divisão da história da Terra foi feita pela ciência geológica com base em marcadores fósseis. Segundo Viola e Basso (2016), o Holoceno tem sido uma época de estabilidade ambiental que teve início na última glaciação e terminou há onze mil anos, interrompida pelo desenvolvimento da espécie humana. Alguns pesquisadores acreditam que atualmente a Terra mudou de época geológica, isto é, deixamos para trás o Holoceno e estamos entrando em uma nova época.

As forças geológicas seguem determinando as transformações da Terra desde sua origem, porém, as transformações causadas pelas ações humanas têm um impacto muito grande, principalmente na atmosfera e na crosta terrestre. Segundo Artaxo (2014), a vida se desenvolveu de maneira muito lenta nos últimos três bilhões de anos. Porém, há duzentos mil anos surgiu a humanidade, espécie essa que sofreu um processo de evolução e desenvolveu gradualmente a civilização que temos hoje.

A espécie humana tem um poder muito grande de dominar e transformar o espaço onde se desenvolve e vive. Essa força geológica na transformação da Terra, inclusive no funcionamento básico do sistema terrestre, fez com que ocorressem mudanças no clima e na atmosfera. Artaxo afirma que “apesar de sermos uma única espécie entre os estimados 10 a 14 milhões de espécies atuais, e de estarmos habitando a Terra muito recentemente, nos últimos séculos estamos alterando profundamente a face de nosso planeta” (Artaxo, P.2014, p.15).

A Revolução Industrial teve um papel importante nas alterações causadas pela espécie humana no funcionamento do sistema terrestre. Outros fatores preponderantes são o crescimento populacional e o desenvolvimento econômico e tecnológico. Em 1750, por exemplo, o número da população era de 700 milhões e atualmente atinge a média de 7,3 mil milhões de pessoas. É esse crescimento populacional que, segundo Artaxo (2014), faz com que os recursos naturais do planeta sejam fortemente explorados.

De acordo com o autor: “Junto com esse crescimento populacional vem a necessidade de um grande consumo de água, energia e, mais recentemente, de bens de consumo em geral que ajudam na transformação da face terrestre” (*Ibidem*, p. 15).

É também fruto da Revolução Industrial o uso exacerbado de combustíveis fósseis, libertando a espécie humana de constrangimentos no que diz respeito à questão energética. Na

primeira fase da Revolução Industrial, segunda metade do século XVIII, dá-se a criação das primeiras grandes indústrias. No século XIX, segunda fase da Revolução Industrial, surgiram o petróleo, criação do motor a combustão interna e a produção industrial em massa. Todos esses avanços causaram e causam impactos no sistema terrestre, fazendo com o que o ser humano substituísse a natureza como agente dominante na Terra. Ou seja, o ser humano, como agente transformador, divide agora o protagonismo das transformações do sistema terrestre junto com a natureza e é por isso que esta nova época se designa geologicamente como Antropoceno.

O Antropoceno é um conceito novo. Esse termo foi proposto pela primeira vez pelo químico holandês Paul Crutzen. Crutzen é um especialista em química atmosférica e ganhou o prêmio Nobel (1995) pelos seus estudos sobre a camada de ozono. Segundo Crutzen e Stoermer (2000), é no Holoceno (era interglacial dos últimos doze mil anos) que as atividades humanas cresceram de maneira alarmante até se tornarem forças geológicas e morfológicas. Os autores citam Antonio Stoppani que, em 1873, denominou essa força humana de “força telúrica”, sendo esta uma força de transformação comparada às forças da natureza no planeta Terra, além de seu poder de ação universal. Outros fatores elencados por Crutzen e Stoermer (2000) em relação à espécie humana como força geológica e transformadora são:

A expansão da espécie humana, tanto em números como na exploração *per capita* dos recursos terrestres, tem sido espantosa (5). Para dar alguns exemplos: durante os últimos 3 séculos, a população humana aumentou para 6 mil milhões, acompanhada por um crescimento da população de gado para 1,4 mil milhões (6) (aproximadamente uma vaca para cada família de tamanho médio). A urbanização aumentou dez vezes no último século. Em poucas gerações, a humanidade está a exaurir os recursos fósseis que foram gerados em vários milhões de anos. A libertação de dióxido de enxofre, aproximadamente 160 Tg/ano em termos globais, para a atmosfera por queima de carvão e petróleo, é pelo menos duas vezes maior do que a soma de todas as emissões naturais, que ocorrem sobretudo como dimetil-sulfureto dos oceanos (7); de Vitousek et al. (8) ficámos a saber que 30-50% da superfície da Terra foi transformada pela ação humana; mais nitrogénio está agora a ser fixado sinteticamente e aplicado como fertilizante na agricultura do que o que existe naturalmente no ecossistema terrestre; a libertação para a atmosfera de óxido de nitrogénio a partir de combustíveis fósseis e de combustão de biomassa é maior do que as emissões naturais, dando lugar a formações de ozono fotoquímico (“smog”) em extensas regiões do planeta; mais de metade de toda a água fresca acessível é usada pela humanidade; a atividade humana aumentou a taxa de extinção de espécies de mil para dez mil nas florestas húmidas tropicais (9); e vários gases de “efeito estufa” climaticamente importantes aumentaram substancialmente na atmosfera: CO₂ em mais de 30%, e CH₄ em mais de 100%. Além disso, a humanidade liberta muitas substâncias tóxicas no meio-ambiente e até mesmo gases como o clorofluorcarboneto que não são tóxicos, mas que, no entanto, têm contribuído para o “buraco de ozono” antártico e que teriam destruído boa parte da camada de ozono se nenhuma medida regulatória internacional tivesse sido tomada para acabar com sua produção. Zonas húmidas costeiras são também afetadas por seres humanos, tendo resultado numa perda de 50% dos manguezais em todo o mundo. Finalmente, a predação humana

mecanizada (“pescaria”) remove 25% da produção primária dos oceanos em regiões de afloramento e 35% nas regiões da plataforma continental temperada (10). Efeitos antropogênicos são também bem ilustrados pela história das comunidades bióticas que deixam resíduos em sedimentos lacustres. Os efeitos documentados incluem modificação do ciclo geoquímico em sistemas aquíferos de grande escala e ocorre em sistemas afastados das fontes primárias (11-13). (Crutzen, P., Stoermer, E. 2000, pp.1,2).

É a partir destes impactos da ação humana no solo e na atmosfera à escala global que Crutzen e Stoermer enfatizam o papel central que a força humana está tendo no funcionamento do sistema terrestre, trazendo assim o termo Antropoceno para a era geológica atual. Segundo eles, esses impactos causados pela força humana seguirão acontecendo “por longos períodos e por causa das emissões antropogênicas de CO₂, o clima pode vir a divergir significativamente do comportamento natural nos próximos 50 mil anos” (*ibidem*, p. 2).

1. ORIGEM DO ANTROPOCENO

Há várias opiniões em relação ao início do Antropoceno por parte dos pesquisadores. Iremos mostrar algumas dessas opiniões a seguir. Por ser um tema que ainda causa muita controvérsia, a nossa intenção neste tópico é de somente mostrar as várias opiniões de diferentes pesquisadores.

Crutzen e Stoermer preferem não escolher uma data específica para o início do Antropoceno, mas sugerem que a sua datação comece no final do século XVIII. Deixam, no entanto, a questão em aberto para que outras sugestões possam ser feitas, incluindo até todo o período do Holoceno.

O que fez com que os pesquisadores optassem por essa data são os efeitos globais das ações humanas causados nos dois últimos séculos, evidenciados através dos dados retirados dos núcleos de gelo glacial que constatavam uma grande concentração de gases de efeito estufa, como o dióxido de carbono e metano. É importante salientar também que outro fator que incentivou os pesquisadores a escolher o final do século XVIII foi a criação da máquina a vapor de James Watt, em 1784. Segundo os autores “Na mesma altura, aglomerados bióticos na maior parte dos lagos começaram a exibir várias mudanças” (Crutzen, P. Stoermer, E. 2000, p.2).

Existem, porém, outras alternativas para o início do Antropoceno. De acordo com Araia (2011), William Ruddiman, um conceituado paleoclimatologista da Universidade de

Virgínia, sugere que a nova época geológica terá começado no início do Holoceno. Arraia (2011) mostra que o pesquisador afirma que a agricultura se desenvolveu há oito mil anos atrás, causando o desflorestamento em proporção universal e gerando também emissão de gás carbônico na atmosfera.

Numa outra perspectiva, Ferrão (2017) destaca as principais ideias da ambiciosa tese de Taylor, O'Brien e O'Keefe, a respeito do início do Antropoceno:

O Antropoceno caracteriza-se por uma temporalidade multimilenar, tendo-se iniciado com a primeira revolução urbana ocorrida há cerca de 8.000 anos (criação de cidades como Jericó ou Catalhöyük); os autores rejeitam, pois, quer a narrativa da modernidade industrial defendida por Crutzen e muitos outros (o 'modelo dos dois séculos') quer a narrativa, proposta por Moore (2014), da modernidade do sistema-mundial iniciada com o movimento das 'descobertas' de navegadores europeus (o 'modelo dos 500 anos'). O Antropoceno terá, assim, uma temporalidade transmoderna, isto é, preexiste e acompanha a modernidade nas suas diversas etapas (Ferrão, J. 2017, pp. 294,295).

Neste caso, a revolução urbana citada pelo autor caracteriza a ação humana como força geológica tanto quanto a Revolução Industrial. Com o uso do solo, a expansão das cidades e o desenvolvimento da agricultura que a revolução urbana trouxe torna-se difícil pensar o início do Antropoceno somente a partir do final do século XVIII.

Um artigo publicado na revista *Nature* em 2015, intitulado "Defining the Anthropocene", causou polémica a respeito do início dessa nova época geológica. Lewis e Maslin (2015) propuseram o início do Antropoceno entre 1610 e 1964. Segundo os autores, a Revolução Industrial é um momento muito importante na história da humanidade, porém, as evidências disponíveis anteriores a ela já mostram a ação humana como força geológica na Terra.

A escolha de 1610 ou 1964 como o início do Antropoceno iria prejudicar o reconhecimento das transformações causadas à Terra pela espécie humana. Para Lewis e Maslin (2015) desde que o homem começou a usar o fogo para sua sobrevivência já começou a causar um impacto na Terra. Segundo os autores, tal afirmação é baseada em questões como a extinção da Mega Fauna que ocorreu em 50000 e 10000 anos atrás, o surgimento da agricultura e seus impactos de longa duração, como o aumento das taxas de extinção das espécies substituindo assim a vegetação natural e a alteração dos ciclos biogeoquímicos. A não determinação de uma data exata para o início do Antropoceno também é baseada no que os autores chamam de uma colisão entre o Velho e o Novo Mundo, que nada mais é que a chegada dos europeus no Caribe em 1492:

[...] and subsequent annexing of the Americas, led to the largest human population replacement in the past 13,000 years, the first global trade networks linking Europe, China, Africa and the Americas, and the resultant mixing of previously separate biotas, known as the Colombian Exchange. One biological result of the exchange was the globalization of human foodstuffs (Lewis, S.L., Maslin, M. A. 2015, p. 174).

Eis alguns exemplos da globalização da alimentação: milho, batata e mandioca, culturas originárias da América, logo depois estavam sendo plantados na Europa, Ásia e África. Cana-de-açúcar, trigo e vários outros tipos de alimentos foram plantados na América. Tudo isso contribuiu para uma rápida e radical organização da vida na Terra sem precedentes geológicos. Lewis e Maslin (2015) opõem-se à afirmação de que a Revolução Industrial seja o ponto principal para datar o início do Antropoceno. Segundo os autores

The beginning of the Industrial Revolution has often been suggested as the beginning of the Anthropocene, because accelerating fossil fuel use and coupled rapid societal changes herald something important and unique in human history. Yet humans have long been engaging in industrial-type production, such as metal utilization from around 8,000 yr BP onwards, with attendant pollution. Elevated mercury records are documented at around 3,400 yr BP in the Peruvian Andes, while the impacts of Roman Empire copper smelting are detectable in a Greenland ice core at around 2,000 yr. This metal pollution, like other examples predating the Industrial Revolution (*Ibidem*, p.175).

A Revolução Industrial fornece uma serie de evidências que afetaram todo o mundo, porém, não pode ser um fator claro para o início do Antropoceno. A Grande Aceleração que ocorreu na década de 1950, período este onde a atividade humana causou marcas perceptíveis ao sistema terrestre, é outro ponto mostrado por Lewis e Maslin (2015) para fortalecer a sua proposta. Segundo os autores

This ‘Great Acceleration’ is marked by a major expansion in human population, large changes in natural processes, and the development of novel materials from minerals to plastics to persistent organic pollutants and inorganic compounds. Among these many changes the global fallout from nuclear bomb tests has been proposed as a global event horizon marker. (*Ibidem*, p. 176).

É nessas séries de acontecimentos em que a força humana traz mudanças aos sistemas terrestres que os autores se baseiam para propôr o início do Antropoceno entre 1610 e 1964. Como vimos, não existe um início exato do Antropoceno. Porém, isso não tira a possibilidade de estamos vivendo numa nova época geológica. Os dados das pesquisas e comprovações dos estudos e seus resultados têm mostrado isso. E como Colin Waters afirmou, em uma entrevista para a revista *Museu do Amanhã* em 2019, quando foi perguntado “porque não conseguimos definir o início do antropoceno?”, ele respondeu que:

Ler um registro geológico não é como um experimento científico em que você tem uma hipótese, a testa em laboratório e usa os resultados para chegar a uma determinada solução. Examinar o possível início do Antropoceno requer a interpretação de múltiplas opções de muitos sinais ambientais diferentes e potenciais datas de início – por fim, com o objetivo de escolher a melhor solução – ou o que parece o melhor marcador para permitir a correlação global da soma destas mudanças ambientais (Revista *Museu do Amanhã*. 2016, p.1).

1.1. As consequências do Antropoceno

Partindo do pressuposto de que o início do maior impacto das atividades humanas na Terra teve início na Revolução Industrial, trazendo consigo um acentuado aumento populacional, desenvolvimento tecnológico e crescimento económico, é impossível negar que o homem é, de fato, uma força geológica e que o lugar onde vivemos, o planeta Terra, está em risco. Segundo Cruz, Borba e Abreu,

Há dez mil anos atrás a população mundial era de cerca de cinco milhões de habitantes. Em 1850, havia 1 bilhão, em 1950, 2,5 bilhões. Acredita-se que em 2020 haverá pelo menos 8 bilhões de seres humanos no planeta. Nossa espécie alcançou esse sucesso graças ao somatório de alguns aspectos, desde uma forma impressionante de adaptação ao meio ambiente, ao desenvolvimento de um sistema nervoso altamente eficiente. Aparentemente, somos os únicos seres vivos capazes de olharmos criticamente para nosso passado e presente e sonharmos com nosso futuro. Encontramo-nos hoje em uma encruzilhada nunca dantes atingida por nenhuma das civilizações que nos precederam. De um lado, temos a ciência e a técnica necessárias para levar nosso planeta adiante, preservando ao mesmo tempo o ambiente, a vida e a sociedade. Por outro lado, temos o poder, a ambição e o fanatismo suficientemente aguçados para utilizar essa mesma ciência e técnica para provocar a destruição do meio ambiente e de nossa própria espécie. (Cruz, F.N. , Borba, G. L. , Abreu, L . R de. 2005, p.16)

Cada vez mais estamos colocando em risco a sobrevivência da espécie humana. Segundo Viola e Basso (2016), estamos ultrapassando os limites do planeta. Essa ultrapassagem dos limites do nosso planeta vem de modelos adotados para o desenvolvimento que são modelos de uma produção a qualquer custo, baseados no uso exacerbado dos combustíveis fósseis como a principal fonte de energia. Para Viola e Basso,

Os limites planetários – mudança do clima, integridade da biosfera, fluxos biogeoquímicos do nitrogênio e do fósforo, diminuição da camada de ozônio, acidificação dos oceanos, uso da água doce, uso dos solos, poluição agregada global por aerossóis e contaminação química (Rockstrom et al., 2009; Steffen et al., 2015) – são limites de resiliência do planeta: se ultrapassados, a estabilidade ambiental é perdida (Viola, E. , Basso, L. 2016, p.3).

Contribuem, também, para a instabilidade ambiental os fluxos biogeoquímicos do nitrogênio e fósforo usados em grande escala, como o uso dos fertilizantes que já ultrapassaram os limites de resiliência permitidos. Estes limites destinam-se a amenizar os

danos que estão sendo cometidos ao sistema terrestre.

Porém, a integridade da biosfera continua sendo atingida por outros fatores como o crescimento populacional e a extinção de outras espécies. Segundo Viola e Basso (2016), das seis grandes extinções em quatro bilhões de anos, essa é a primeira que foi causada pela influência das atividades humanas. Com a acumulação de gases que causam o efeito de estufa vieram também as mudanças climáticas e a estabilidade do sistema climático foi alterada. O resultado é a ocorrência de eventos extremos, como chuvas cada vez mais fortes, aumento dos períodos de seca, aumento das temperaturas, furacões e tufões cada vez mais violentos. Em termos sociais e econômicos, as classes mais afetadas pelo impacto destes fenômenos são as classes menos favorecidas. Os autores alertam ainda que outros dos impactos causados pelas atividades humanas serão de

[...] potencial de destruição de produção agrícola; escassez de água; extremos climáticos mais intensos; aumento da turbulência do mar e ondas anormais que invadem temporariamente as regiões costeiras – e a maioria da população do mundo vive em áreas costeiras. Se ainda esta não for mitigada, chegar-se-ia à mudança climática catastrófica, os chamados tipping points: fim da corrente do Golfo, que é fundamental para o clima ameno da Europa; liberação generalizada do metano da tundra canadense e siberiana, em razão do degelo dessas regiões; incêndios generalizados na Amazônia e outras florestas tropicais remanescentes (Congo, Indonésia); derretimento do gelo na Groelândia; colapso de parte do gelo da Antártida; mudança no ciclo monções na Ásia; aumento do nível do mar entre 50 e 100 metros, inundando grande parte das cidades. A probabilidade de mudança climática catastrófica é hoje muito baixa, mas ela aumentará progressivamente caso a humanidade não consiga conter a concentração de carbono na atmosfera, e uma mudança climática nesse nível implicaria o fim da civilização, senão a extinção da espécie humana (*Ibidem*, p.3).

Para Viola e Basso (2016), a tomada de medidas para amenizar tais problemas para uma existência segura da espécie humana não está acontecendo como deveria acontecer. Ou seja, estamos numa situação crítica e não restam dúvidas sobre o quanto o planeta está sendo afetada pelas atividades humanas. Como já dissemos anteriormente, as emissões de gases de efeito de estufa são uma das muitas atividades antropogênicas que põem em risco a própria espécie humana. Artaxo (2014) ressalta muito bem em relação a esse problema, principalmente nas concentrações de CO₂ na atmosfera. Segundo o autor

Hoje, as atividades humanas emitem para a atmosfera cerca de 9,3 PgC por ano (1 PgC corresponde a 1 bilhão de toneladas de carbono), causando um aumento da concentração atmosférica de CO₂ de 2 ppm (partes por milhão) por ano (Forster et al., 2007). Desde 1850, as concentrações de CO₂ aumentaram em 40%, as de CH₄, em 158%, e as de N₂O em 20% (Artaxo, P.2014, p. 17).

A tentativa de impedir que a temperatura global ultrapasse 2 graus centígrados, mesmo sendo uma boa iniciativa, ainda assim não pode ser considerada algo que realmente faça a humanidade estar segura.

Ferrão (2017) traz outra questão importante a respeito da destruição que o homem está causando ao planeta Terra através do crescimento das cidades e das alterações que esse crescimento traz aos sistemas terrestres. O autor aponta duas consequências do crescimento urbano que causam impactos diretamente nos mesmos. São elas:

Ocupação do solo: artificialização e impermeabilização da superfície terrestre, destruição e enterramento de linhas de água, terraplanagens, diminuição da biodiversidade, etc. (ver, por exemplo, Price et al., 2011, para o caso da Grã-Bretanha); Aquecimento urbano: criação de ilhas de calor urbano e alteração dos regimes dos ventos locais, com impactos, nomeadamente, ao nível da qualidade do ar (poluição atmosférica) e dos consumos de água e de energia. Aquecimento global: alterações climáticas provocadas pela crescente emissão de gases com efeito de estufa, cujos impactos são hoje conhecidos, como o agravamento da ocorrência de fenómenos extremos, o aumento das temperaturas médias, a concentração dos períodos de chuva ou a subida do nível médio do mar, afetando, neste último caso, as cidades ribeirinhas; Empobrecimento das relações rural-urbano: degradação, nomeadamente por via dos efeitos das alterações climáticas, das áreas rurais envolventes enquanto espaços de aprovisionamento das cidades (água, produtos alimentares, etc.) e de lazer das populações urbanas (biodiversidade, qualidade paisagística, etc.), e crescente desconexão de ecossistemas transversais aos espaços rurais e urbanos (OECD, 2013; UN-HABITAT, 2015, apud Ferrão, J. 2017, pp. 294, 297).

As estruturas das cidades, por serem mal planeadas, e o crescimento desordenado em países pouco desenvolvidos, e em que muitas cidades nem a estrutura mínima de saneamento básico têm, são uma prova da força geológica que o homem tem-se tornado.

Segundo Artaxo (2014), a perda de ozônio estratosférico é outra questão que a espécie humana precisa estar atenta, porque

[...] o ozônio naturalmente presente na estratosfera filtra a radiação ultravioleta solar que incide sobre a superfície terrestre. Uma combinação de aumento na concentração de substâncias feitas pelo homem, os clorofluorcarbonos com cristais de gelo em nuvens estratosféricas, destrói parcialmente as moléculas protetoras de ozônio na estratosfera. Essa radiação ultravioleta em excesso causa danos no DNA de todos os seres vivos expostos a ela. É difícil estimar o dano de DNA aceitável, pois seus efeitos dependem dos organismos, da cobertura de nuvens e de outros aspectos (Artaxo, P.2014, p. 18).

Além disso, o planeta Terra sofre com a acidificação dos oceanos. Isso ocorre quando a espécie humana gera emissões de CO₂ e esse CO₂ é absorvido pela biota marinha. Assim, CO₂ e a água do mar formam os componentes que fazem evoluir a acidez já existente nas águas dos oceanos. Segundo Artaxo (2014),

[...] nos últimos 200 anos, a acidez dos oceanos (medida pela concentração de íons H^+) aumentou cerca de 30%, em média, enquanto a concentração de carbonatos caiu 16% desde a era pré-industrial. Muitos animais marinhos são sensíveis a alterações da acidez oceânica, pois eles secretam carbonato de cálcio na forma de aragonita e calcita, que se dissolvem em meio mais ácido. Os corais e o plâncton marinho também são particularmente sensíveis ao aumento da acidez. Como a cadeia alimentar oceânica é muito complexa e interdependente, essas alterações afetam toda a biota marinha. Além do aquecimento oceânico, a eutroficação (excesso de nutrientes causado por uso excessivo de fertilizantes) coloca uma grande pressão nos ecossistemas marinhos. A definição dos limites, nesse caso, é particularmente difícil, mas definida como sendo uma diminuição no estado de saturação de aragonita de 80% do valor pré-industrial (*Ibidem*, p.18).

Dando continuidade a dados que nos mostram o impacto da ação humana na Terra, em 2010 foi comemorado o ano da Biodiversidade em que a *Organização das Nações Unidas (ONU)* publicou um documento chamado *Panorama da Biodiversidade Mundial 3* que mostra a alteração em ritmo acelerado dos ecossistemas de águas interiores. Segundo esse panorama, “zonas úmidas de todo o mundo têm sido e continuam a ser perdidas num ritmo acelerado” (*Panorama da Biodiversidade Global 3*. 2010, p. 42), além de apresentar uma péssima qualidade das águas provocada pela poluição, principalmente onde se concentra um grande número populacional. Existem dados que também mostram a perda de habitats de águas interiores. Segundo o *Panorama da Biodiversidade Global*

Dados globais disponíveis da perda de habitats de águas interiores como um todo não estão disponíveis, mas sabe-se que as zonas úmidas de águas rasas, tais como brejos, pântanos e lagos superficiais diminuíram significativamente em muitas partes do mundo. Exemplos documentados de perdas incluem: Entre 56% e 65% dos sistemas de águas interiores adequados para utilização na agricultura intensiva na Europa e América do Norte haviam sido drenados em 1985. Os valores para a Ásia e a América do Sul foram de 27% e 6% respectivamente. 73% dos brejos no norte da Grécia foram drenados desde 1930. 60% da área original de zonas úmidas de Espanha foram perdidos. Os brejos mesopotâmicos do Iraque perderam mais de 90% da sua extensão original entre a década de 1970 e 2002, após um projeto de drenagem maciça e sistemática. Depois da queda do antigo regime iraquiano, em 2003, várias estruturas de drenagem foram desmontadas e os brejos foram reinundados em cerca de 58% de sua extensão anterior, até o final de 2006, com uma significativa recuperação da vegetação de brejo (*Ibidem*, p.42).

A principal causa desses impactos são provenientes da agricultura, bem como das construções de barragens e reservatórios. Com as espécies sendo extintas, as paisagens sendo transformadas, o habitat marinho e as águas interiores sendo poluídas, há uma redução alarmante na diversidade genética da vida terrestre.

A intensiva produção de alimentos para o sustento da espécie humana também é um dos fatores que afeta o sistema terrestre porque acaba influenciando na falta de diversidade de animais e plantas. Segundo o *Panorama da Biodiversidade Global*,

[...] sistemas padronizados e de alta produção da pecuária levaram a uma erosão da diversidade genética destes animais. Pelo menos um quinto das raças dos animais de criação encontra-se em risco de extinção. A disponibilidade de recursos genéticos mais capazes de dar suporte à subsistência de animais no futuro pode estar comprometida. (*Ibidem*, p.51).

Outro risco produzido pela humanidade são novas substâncias químicas que são produzidas e desenvolvidas em um número cada vez maior e que antes não existiam em nosso planeta. Segundo Artaxo (2014), essas atividades industriais ameaçam o futuro da humanidade e estão sendo produzidas de maneira global. O autor nos mostra que

Esses riscos foram observados quando os CFCs (clorofluorcarbonos) foram introduzidos no ambiente global como gases refrigerantes ou de uso industrial, e posteriormente descobriu-se que causavam danos à camada de ozônio estratosférico. Atualmente, mais de 100 mil substâncias químicas são produzidas pelas atividades industriais, e seus efeitos físico químicos são em larga escala não avaliados propriamente, o que constitui um risco potencial. A toxicidade da maior parte desses compostos é desconhecida. Poluição química pode afetar a biodiversidade, como, por exemplo, a emissão de mercúrio na queima de carvão ou a emissão industrial de poluentes orgânicos persistentes (PoPs). Muitos compostos são neurotóxicos e mutagênicos, tais como metil mercúrio, chumbo, arsênico, PCBs, benzeno, tolueno, e muitos outros. As lições das emissões de DDT, dioxinas, pesticidas e outros compostos no meio ambiente mostram a necessidade de desenvolver melhores protocolos de proteção ao nosso planeta (Artaxo, P. 2014, p. 21).

Os impactos que essas substâncias causam ao meio ambiente e sistema terrestre, na maioria das vezes só são percebidos ou conhecidos muitos anos após a sua utilização. A partir de todos esses dados que vimos podemos responder à pergunta feita no início desse tópico? Sim, o planeta Terra corre perigo! São pesquisas que, mesmo suscitando um imenso debate, provam que as atividades humanas estão influenciando e transformando o planeta Terra e colocando a própria espécie em risco.

1.2. As Dimensões Escatológicas no Antropoceno

Estamos ferindo o nosso planeta e com isso surge um sentimento de que a espécie humana poderá conhecer sua extinção. Esse sentimento de que estamos próximos do fim se espalhou a partir dos dados científicos que constantemente têm sido divulgados para que desde já tomemos uma atitude quanto a isso. O poder para tal mudança está nas mãos de cada ser humano. Porém, as marcas ecológicas da humanidade na Terra têm crescido cada vez mais.

Em 2016, o Instituto Humanitas Unisinos publicou um artigo com o título “Sua

dívida comigo aumentou, terráqueo”, escrito por Pedro Telles, um dos coordenadores da Campanha de Clima do Greenpeace Brasil. Segundo ele, desde 8 de agosto de 2016, nós adentramos em uma espécie de “cheque especial” com o planeta Terra e isso só vai piorar por conta do estilo de vida que temos adotado porque este estilo de vida ultrapassa “os limites ambientais da Terra”.

O dia 8 de Agosto de 2016 foi designado como o “Dia de Sobrecarga da Terra”. Esse cálculo é feito pela *Global Footprint Network*, que calcula as marcas que a espécie humana tem deixado no planeta. Pedro Teles alerta que as mudanças não devem ser

[...] apenas de hábitos pessoais, mas também pela pressão sobre empresas e governos por transformações em grande escala. Cada vez precisamos do fim do desmatamento e do crescimento das novas energias renováveis. Temos acumulado essa dívida com o planeta há quase 50 anos. Já passou da hora de paga-la (Telles, P. 2016, p.1).

No Forum Económico Mundial de 2019, em Davos, David Attenborough alertou o público durante o seu discurso a respeito da nova época em que o mundo se encontra. Segundo o sítio do jornal português *Expresso*, o palestrante disse que a humanidade precisa de entrar em ação o mais rápido possível porque já estamos numa nova época, época essa em que os humanos estão transformando o mundo em que vivem. Segundo o *Expresso*, Attenborough “Surpreendido com a rapidez dos danos provocados pelas alterações climáticas, refez o apelo à intervenção política e empresarial em todo o mundo para travar as mudanças, antes que seja demasiado tarde e os estragos irreparáveis” (“Acabou-se o Jardim do Éden. Bem-vindo ao Antropoceno”, *Expresso*. 2019, p.1).

As perspetivas do teólogo Leonardo Boff (2011) não são diferentes dos discursos anteriores aqui mostrados. Segundo Boff, há uma visão moderna que domina a Terra. Essa visão, vê o planeta como “*uma espécie de arca cheia de riqueza*” onde podemos sacar tudo que quisermos ou fazermos dela o que quisermos. Tudo para nosso conforto e bem-estar. Assim, pensamos que somos os reis do planeta Terra. Segundo o autor,

[...] é a da sociedade industrial moderna, surgida junto com o projeto da tecnociência a partir do século XVI. Não considera a Terra como um todo, mas como um conjunto atomizado de recursos como águas, florestas, minerais, animais e os próprios ecossistemas. Eles estão aí um ao lado do outro, sem nenhuma relação entre eles. A relação para com a Terra é de exploração, usando a violência porque escava solos, derruba montanhas, fecha rios, abate florestas e mata animais e aves. Utiliza agentes químicos como pesticidas e agrotóxicos que envenenam os solos e exterminam os micro-organismos como as bactérias, os fungos, os vírus e outros organismos vivos que, sozinhos, perfazem 95% do reino da vida. Apenas 5% da vida é visível. Tomada como uma realidade sem espírito, os seres humanos modernos ocuparam e devastaram praticamente todas as regiões da Terra. O propósito era acumular

riqueza de forma ilimitada, explorando todos os recursos possíveis, no tempo o mais rápido que se puder e com um investimento menor possível. (Boff. L. 2011, p.51).

Mesmo que isso tenha trazido vários benefícios, como “chegar à lua, invenção de antibióticos” (*ibidem*, p.51), salvando muitas vidas, Boff enfatiza que, em contrapartida, inventamos máquinas capazes de destruir toda a população terrestre. Existe uma relação entre o Homem e o planeta Terra. Porém, reforça o autor, o comportamento do homem nessa relação é um comportamento que tem uma visão totalmente utilitarista do planeta, onde a intenção é sempre sacar do planeta Terra todos seus benefícios e não se preocupar com as consequências. Boff ainda acrescenta que,

Em outras palavras, a Terra como um todo não é mais sustentável. Ou mudamos nosso padrão de consumo ou vamos ao encontro de uma grande tragédia. Esta crise de sustentabilidade do planeta é muito mais grave que a crise econômico financeira que explodiu em meados de setembro de 2008 e que tanto desemprego e falências provocou. Essa abusiva devastação da Terra produziu o aquecimento global. Não vamos ao encontro dele; já estamos dentro dele. A Terra vai ficar mais quente, entre 1,4 a 6 graus Celsius. Possivelmente se estabilizará em torno de dois graus. Esses dois graus de aquecimento vão produzir grandes transformações na natureza, dizimar a biodiversidade, provocar o degelo das calotas polares e fazer crescer exponencialmente a desertificação dos solos, além das mudanças climáticas que se manifestam por tufões, grandes secas de um lado e inundações do outro. Os chefes de Estado, os líderes dos povos, todos, enfim, devem parar e decidir juntos que tipo de tratamento devemos dar à Terra, se quisermos continuar a viver sobre ela (*Ibidem*, p. 52).

A humanidade já passou por vários períodos que colocaram em risco a espécie no decorrer da sua história. Segundo Vilches, Praia e Gil-Pérez (2008), não é tão difícil encontrar na história da humanidade períodos onde guerras, desastres naturais como inundações ou tornados tenham afetado povos, provocando a extinção dos mesmos. Ou povos que também exploraram e destruíram seu próprio habitat e que acabaram desaparecendo. Para Vilches, Praia e Gil-Pérez, o planeta Terra não corre risco somente em algumas regiões, mas sim de forma global. Acrescentam os autores que

Falar hoje de um planeta em risco é falar de uma situação de autêntica emergência planetária (Bybee, 1991), no sentido de que os riscos não estão localizados, mas se estendem a todo o planeta, afetando todos os ecossistemas e ameaçando, se não se adotarem urgentemente as medidas necessárias, com uma nova grande extinção de que a humanidade seria a principal responsável e, em última instância, vítima (Lewin, 1997; Broswimmer, 2005). Como assinala Sachs (2008, p.87), “Uma coisa é certa: a actual trajectória da actividade humana não é sustentável (Vilches, A., Praia, J. e Gil-Pérez, D. 2008, p. 4).

Destruição do solo e da camada de ozono, poluição dos mares, rios, exploração

exacerbada dos recursos naturais, mudança climática, desmatamento, incêndios, crescimento populacional, aceleração no crescimento urbano, destruição dos ecossistemas, hiperconsumismo são estas as marcas dessa nova época que poderão levar a espécie humana a ser vítima de suas próprias ações.

Cruz, Borba e Abreu (2010) falam sobre o “*O destino da Terra*”. Segundo os autores, essa tentativa de prever o que acontecerá com nosso planeta é bem antiga. Como os povos Astecas, por exemplo, que acreditavam que por quatro vezes o Sol morreu e ressuscitou. Quando ele morresse pela quinta vez, não ressuscitaria mais. Para evitar essa morte do Sol pela quinta vez, esses povos praticavam vários sacrifícios com corações humanos: “Os Indus acreditam que não existe um fim, e que a morte é sempre seguida pelo renascer, sendo deus Brama o responsável pela destruição e renascimento”. (Cruz, F. N., Borba, G. L. e Abreu, L. R. 2010, p.15). Uma visão científica desse possível fim do planeta Terra, poderia acontecer quando

devido à alta pressão e temperatura em seu interior, ocorre a fusão do hidrogênio, que ao se fundir transforma-se em hélio. Nesse processo, a massa inicial é menor que a final e essa diferença é transformada em energia. Por outro lado, o He assim gerado é mais denso e impede que a energia do Sol se dissipe, levando a um aquecimento progressivo da estrela, que culmina com a sua explosão. Nesse momento, a temperatura solar chegaria a 100 milhões de graus centígrados, expandindo-se violentamente. Nesse caso, a Terra será carbonizada pela alta temperatura. Mercúrio e Vênus, por estarem mais próximos, serão os primeiros a sucumbirem à catástrofe (*Ibidem*, p.15).

A previsão para que isso possa acontecer, segundo os autores, será só daqui cinco bilhões de anos. Entretanto, eles apontam para nossa situação atual e a comparam com uma explosão solar que pode destruir o planeta Terra, baseando-se na Hipótese de Gaia. Essa Hipótese diz que a Terra está viva, e como vem sofrendo alterações por parte da espécie humana, em breve chegará ao fim com uma terceira grande extinção em massa.

Como podemos observar todos os discursos citados acima, desde o começo desse tópico têm algo em comum: a possibilidade da espécie humana ser extinta ou fim do planeta Terra. Este é um sentimento presente no Antropoceno. Observamos, também, que essa dimensão escatológica é antiga. Esteve sempre presente no contexto da história humana, porém, é a primeira vez que é temida, não por que esse fim pode chegar por forças de terceiros, mas pela própria ação do Homem.

1.3 . As Instabilidades na Época do Antropoceno

A espécie humana, que como força geológica que fez o planeta Terra chegar até a essa nova época, fez surgir também um conjunto de impactos a nível global que, à semelhança de um efeito de dominó, causa graves instabilidades nas áreas econômica, humanitária, política e ambiental. Vejamos em que se traduzem algumas dessas instabilidades.

1.3.1. A Crise Ambiental

Tratando primeiramente de falar da crise ambiental em que o mundo vive, Brown (2006) faz uma observação importante a respeito desse momento em que “Estamos a alterar o clima da Terra, pondo em marcha tendências que nem sempre compreendemos, com consequências que não conseguimos prever” (Brown, R. L. 2006, p. 106). As consequências das ações humanas já estão chegando e assim marcando cada vez mais essa época como uma época de instabilidade. Tratando-se da crise ambiental, por exemplo, a água, um importante meio de subsistência para a humanidade, está passando por uma fase de escassez. Segundo Brown, essa situação da água antes só se percebia a nível local, porém, agora está tomando proporções cada vez maiores e tornando-se algo que abrange várias partes do mundo. As principais causas dessa crise da água são o crescimento populacional das últimas décadas e a necessidade agrícola de produzir cada vez mais alimentos. O autor afirma que esse problema de escassez da água é invisível pelo fato de essa extração de água acontecer através de bombeamento de aquíferos. E o resultado desse excesso de extração de água só é notado quando os poços se secam. Segundo Brown, esse *deficit*, quando se trata da questão da água

[...] é o resultado da procura ter triplicado ao longo do último meio século. A perfuração de milhões de poços para rega levou as extracções de água para além da capacidade de reposição de muitos aquíferos. A incapacidade dos governos manterem o bombeamento de água dentro dos limites da produção sustentável dos aquíferos determina que os níveis freáticos estejam agora a baixar nos países que têm mais de metade da população mundial (*Ibidem*, p. 86).

Porém, ressalta o autor, existe uma percepção mais visível dessa escassez quando os rios e lagos desaparecem, fazendo surgir alguns debates sobre a questão. O autor afirma que para a nossa alimentação são precisos 2.000 litros de água, sendo que a maior quantidade do consumo é para a irrigação, consumo das indústrias e para uso dos afazeres domésticos. O

autor aponta que China, Índia e Estados Unidos, que em conjunto equivalem a 50% da população mundial, estão cada vez mais bombeando águas dos aquíferos e assim causando a baixa dos níveis dos lençóis freáticos, um prejuízo que tem uma proporção global. Há lençóis freáticos renováveis e lençóis freáticos não renováveis. Segundo Brown, Christopher Ward salienta que “a água subterrânea está a ser explorada a um tal ritmo que partes da economia rural podem vir a desaparecer no espaço de uma geração” no Iémen (Brown, R. L. 2006, p. 93).

Outra instabilidade causada é a procura pela energia elétrica que está levando vários rios a situação de seca. Segundo Brown

Com a procura mundial de água que triplicou no último meio século e com o crescimento ainda mais rápido da procura de energia hidroelétrica, as barragens e desvios de água levaram vários rios à seca. Tal como os níveis freáticos baixaram, as fontes que alimentam os rios secaram, tornando o seu caudal mais reduzido. Desde 1950, o número de grandes barragens, com mais de 15 metros de altura, aumentou de 5.000 para 45.000. Cada barragem priva um rio duma parte do seu caudal. Os engenheiros gostam de dizer que as barragens construídas para gerar electricidade não retiram água aos rios, apenas a sua energia. Mas isto não é totalmente verdade, uma vez que as albufeiras aumentam a evaporação. (*Ibidem*, p. 94)

Segundo o autor, em regiões áridas, as perdas de água de uma barragem equivalem a 10% de sua capacidade. Brown (2006) mostra ainda uma série de situações que atestam a amplitude global dessa escassez de água provocada pela ação humana, desembocando assim nessa crise atual. Casos em que, segundo ele, por exemplo, o rio Colorado no seu curso normal, muitas vezes, não consegue chegar ao mar. Algo semelhante ocorre na Ásia, onde o rio Amu Darya junto com o rio Ser Darya estão secos. Além do Rio Nilo que também não consegue chegar ao mar. O Rio Amarelo da China que tem uma extensão de quatro mil quilómetros vive sob pressão há vários anos. Brown (2006) ressalta um conflito entre as cidades nesses países que passam por problemas relacionados com a água. É uma crise que, segundo ele, prejudica mais os agricultores porque o poder político prefere expansão económica em vez de investir em programas para fazer com que a produção agrícola se restaure. A principal questão é que “enquanto para fazer uma tonelada de aço no valor de 550 dólares são necessárias 14 toneladas de água, para produzir uma tonelada de trigo no valor de 150 dólares são necessárias 1.000 toneladas de água” (*ibidem*, p. 98). Logo, a agricultura fica em segundo plano.

Com a escassez da água uma possível crise alimentar pode estar por vir. Segundo David Seckler, como citado em Brown (2006), países como China, Índia, Paquistão, México e os outros países do Oriente Médio e Norte da África

têm literalmente abusado nas últimas duas ou três décadas da degradação das suas fontes de água no subsolo. A penalização para a má gestão desse valioso recurso está-se a aproximar e não é exagero dizer que os resultados podem vir a ser catastróficos para estes países e, dada a sua importância, para o mundo o mundo como um todo (Brown, R. L. 2006, p. 104).

O autor ainda ressalta que, como o aumento da irrigação cresceu três vezes mais que a produção mundial de alimentos entre 1950 a 2000, não será nenhuma surpresa se por falta de água as colheitas também forem afetadas.

Outra instabilidade provocada pela ação humana que nesses últimos anos tem sido divulgada nas redes sociais e televisão é a instabilidade climática, motivada pelo aquecimento global associado às ações antropogênicas. Segundo os pesquisadores, poluição, queimadas e desmatamentos são as principais causas desse aquecimento. Outras causas são as emissões de gases de efeito de estufa, em que os pesquisadores destacam o dióxido de carbono (CO₂), gerados pela queima de combustíveis fósseis, o gás metano (CH₄) associado à pecuária e à queima de combustível e o óxido de nitroso (N₂O) lançado na atmosfera pelas indústrias poluentes. Brown (2006) mostra várias consequências dessas ações antrópicas. Segundo o autor,

[...] ondas de calor tão intensas têm também um preço em vidas humanas. Em 1995, morreram 700 habitantes de Chicago numa onda de calor. Em Maio de 2002, numa onda de calor na Índia que atingiu os 50 graus Celsius, morreram mais de 1.000 pessoas só no estado de Andhra Pradesh. Em 2003, a onda de calor extremo que bateu recordes de temperatura em toda a Europa reclamou 49.000 vidas em oito países. Só a Itália perdeu mais de 18.000 pessoas, enquanto em França morreram 14.800. Morreram na Europa nesta onda de calor mais de 15 vezes o número de pessoas que morreram nos ataques terroristas ao World Trade Center e ao Pentágono em 11 de Setembro de 2001. Entre as várias consequências do aumento das temperaturas, a fusão do gelo e o respectivo efeito no nível do mar estão a chamar a atenção dos cientistas (*Ibidem*, p. 106).

O degelo que acontece nas calotas polares é uma consequência do aumento das temperaturas que consequentemente faz subir os níveis do mar. A amplitude desse fenómeno provocado pela ação humana toma também proporções globais que afetam “a produção das colheitas, derretem as reservas neve/gelo das montanhas que alimentam os rios do planeta, causam tempestades mais destrutivas, aumenta a área afectada pela seca e originam com mais frequência grandes e destrutivos fogos florestais” (*Ibidem* p. 109).

1.3.2. A Instabilidade Política

O campo político não fica de fora desse quadro de instabilidades, principalmente quando o assunto é política ambiental. As instabilidades causadas ao planeta fazem com que se gerasse um embate em relação às políticas ambientais. Porém, porque acontece esse embate? Segundo McCormick,

Em setembro de 1983, 38 anos depois da UNSCCUR e 11 anos depois de Estocolmo, a Assembléia Geral da ONU aprovou uma resolução que pedia a criação de uma nova comissão independente, encarregada de abordar a questão da relação entre meio ambiente e desenvolvimento, e de compilar propostas "inovadoras, concretas e realistas" para lidar com essa questão. A Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento resultante realizou sua primeira reunião em Genebra, em outubro de 1984, sob a presidência de Gro Harlem Brundtland, primeira-ministra do Partido Trabalhista da Noruega durante nove meses em 1981 (e novamente a partir de maio de 1986). A comissão tinha 23 membros - 12 do Terceiro Mundo, sete do mundo industrializado (entre eles Maurice Strong) e quatro do bloco comunista. Um crescimento sem precedentes das pressões sobre o meio ambiente global havia tornado lugar comum previsões graves sobre o futuro, observou a comissão; um futuro mais seguro, justo e próspero exigia políticas dirigidas à sustentação da base ecológica do desenvolvimento e à alteração da natureza da cooperação entre governos, empresas, ciência e povos. Evitando uma reiteração dos problemas e tendências que já haviam sido bem contemplados pelo Global 2000 e outros relatórios, a comissão selecionou oito questões fundamentais (inclusive energia, indústria, segurança alimentar, assentamentos humanos e relações econômicas internacionais) e examinou-as a partir da perspectiva do ano 2000. Entre março de 1985 e fevereiro de 1987 patrocinou mais de 75 estudos e relatórios, realizando também conferências ou audiências públicas em dez países e acumulando assim as visões de uma seleção impressionante de indivíduos e organizações. Em 1987 o relatório da comissão foi publicado sob o título de *Our Common Future* (McCormick, J. 1992, pp. 188,189).

O resultado mostrado por essa comissão foi que, na medida que o desenvolvimento econômico acontecia, crescia o impacto ao meio ambiente. Ou seja, havia uma relação entre desenvolvimento e meio ambiente. Segundo afirma o autor, as propostas políticas que existiam eram incapazes de sanar esses problemas por conta das deficiências dessas políticas, dado que as políticas ambientais estão sempre a ser deixadas de lado e as preocupações são meramente nos efeitos e não nas causas, em que o foco está sempre no “aumento de investimento, emprego, alimentos, energias e outros bens econômicos e sociais, e não na sustentação do capital de recursos ambientais do qual tais metas dependiam” (*Ibidem* p. 190). O que podemos ver aqui claramente é que se inicia um conflito entre políticas de desenvolvimento e políticas ambientais. McCormick (1992) mostra que as políticas ambientais sempre exigiram a mesma importância que as políticas de desenvolvimento têm e que elas deviam ser inseridas nas agendas das instituições nacionais e internacionais e ter um

lugar de destaque dos países menos desenvolvidos.

Como um exemplo desses embates que vêm acontecendo ao longo dessa época de instabilidades políticas, em 2011, o senador Richard Burr levou ao senado norte-americano uma proposta de extinção da Agência de Proteção Ambiental (EPA), proposta que foi apoiada por outros quinze senadores, todos eles negadores do aquecimento global. Outro caso mais recente é a saída dos Estados Unidos da América do *Acordo de Paris*. O maior problema que a política tem enfrentado é desenvolver uma governança global, em que todas as nações se unam para desenvolverem ações políticas na tentativa de reverter o quadro atual. Segundo Franchini, Viola e Barros-Platiau (2017),

Para la mayoría de las sociedades, las cuestiones ambientales son en buena parte contradictorias con la trayectoria del desarrollo, y sus exigencias pueden ser abandonadas o mitigadas caso así lo demanden el crecimiento económico o las amenazas de seguridad. Así, medidas de protección ambiental no son definidas o implementadas apropiadamente cuando se supone que limitarán el crecimiento económico y/o tendrán efectos electorales negativos para los gobernantes; así como los gastos militares globales multiplican muchas veces los gastos dedicados a la protección ambiental. Contrariamente, sólo algunas sociedades – como los países escandinavos y Alemania - colocan la gestión ambiental como elemento constitutivo de su trayectoria económica y política. (Franchini, M. , Viola, E. e Barros-Platiau, A. F. 2017, p. 192)

Com a cooperação de alguns países apenas essa instabilidade cresce cada vez mais e a possibilidade de uma governança global sustentável fica cada vez mais distante. Franchini, Viola e Barros-Platiau (2017) afirmam que propostas com questões ambientais começaram a fazer parte da agenda internacional em 1972 na *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano* realizada em Estocolmo, sendo ali que se iniciou um conjunto de medidas em torno das questões de cunho ambiental e os desafios que a humanidade iria enfrentar no futuro. Um dos pontos da *Declaração do Estocolmo* afirma que

El hombre tiene el derecho fundamental a la libertad, a la igualdad y al disfrute de condiciones de vida adecuadas, en un medio ambiente de calidad, tal que le permita llevar una vida digna, gozar de bienestar y es portador solemne de obligación de proteger y mejorar el medio ambiente para las generaciones presentes y futuras (ONU-HABITAT, 1972. apud, em Franchini, et. al. 2017, p.185).

Segundo o autor, conferências mais recentes como a de Johannesburgo (2002) e a do Rio de Janeiro (2012) com agendas menos ambiciosas, não tiveram tantos desenvolvimentos na questão ambiental, ficando de fora assuntos como a mudança climática e o Antropoceno.

Como citámos anteriormente o pensamento de que as sociedades ainda vêm as

políticas ambientais como algo que vai contra ao desenvolvimento econômico, e o qual segundo Franchini, Viola e Barros-Plataiu (2017) é um pensamento hegemônico, é uma das causas da falta de grandes avanços e resultados na implantação das políticas ambientais no mundo. E,

[...] actualmente, entre los grandes actores del sistema internacional, el único claramente dispuesto a ceder poderes hacia instancias supranacionales es la UE, seguida por Japón y Corea del Sur con posiciones más ambiguas. Los demás países del G-20 son soberanistas en grados variables, incluyendo el soberanismo extremo en Estados Unidos, China, India, Rusia, Turquía y Arabia Saudita. Sin embargo, hay fuerzas post-soberanistas desarrolladas en la mayoría de los miembros del G-20: Estados Unidos, Canadá, Australia, Indonesia, Sudáfrica, Brasil, México, Australia y Argentina (*Ibidem*, p.195).

1.3.3. Instabilidade Econômica

As instabilidades e crises de âmbito econômico são fatores dessa época também. Lester Brown (2006), chamou-as de “economia do desperdício”. Segundo o autor, numa forma de fazer com que todas as pessoas tivessem acesso a todo tipo de produtos e de criar um número elevado de empregos após a segunda Guerra Mundial, para assim manter o crescimento da economia, a questão que se colocava era: se os bens forem descartáveis a possibilidade da criação de mais emprego teria uma possibilidade maior de acontecer. O autor afirma que o que atrai as pessoas a comprar esses produtos era justamente por serem descartáveis. Logo,

[...] em vez de ter que lavar toalhas de pano ou fraldas, os consumidores deram as boas vindas às versões descartáveis. Assim, substituímos os lenços por toalhetes faciais, as toalhas de mão por toalhas de papel descartáveis, fraldas de pano por fraldas descartáveis, e embalagens de bebidas reutilizáveis por embalagens de deitar fora. Até os sacos de compras em que levamos os produtos descartáveis para casa se tornam parte do fluxo de lixo. Esta economia de sentido único depende da energia barata. É também facilitada por aquilo que é conhecido nos Estados Unidos por sistemas municipais de gestão dos desperdícios sólidos. Helen Spiegelman e Bill Sheehan, do Product Policy Institute, escrevem que estes sistemas “tornaram-se num subsídio público perverso à Sociedade do Descartável. A mais abundante e melhor gestão de desperdícios à custa da despesa pública está a transformar-se numa licença ilimitada para a proliferação dos descartáveis. Hoje em dia, estes sistemas recolhem 1,5 quilogramas de desperdícios por dia por cada homem, mulher e criança americana – duas vezes mais que em 1960 e dez vezes mais que há 100 anos atrás. É altura de reformular o sistema de modo a que deixe de apoiar o hábito de deitar fora (Brown, L. 2006, p. 164).

Nesse caso, os limites geológicos do planeta Terra estão sendo posto em perigo. Mas porque isso acontece? Segundo o autor, estamos esgotando os terrenos que são destinados para aterros, estamos esgotando o petróleo que é usado tanto na fabricação dos produtos descartáveis quanto no transporte dos mesmos. Quanto à escassez de estanho, cobre e minério de ferro o autor cita dados da U.S Geological Survey: “sobre as reservas actuais economicamente recuperadas mostram que restam ao mundo 18 anos de reservas de chumbo, 20 anos de reserva de estanho, 25 anos de cobre, 64 anos de minério de ferro e 69 anos de bauxicite” (*Ibidem*, p. 165). A necessidade de uma substituição relacionada a esse tipo de economia é que, além do próprio modelo económico ser baseado em recursos materiais finitos, ele precisa ser substituído por um outro modelo que tenha como prioridade a reciclagem dos produtos desacetáveis que são fabricados. É nessa tentativa de substituição que mora o problema e causa embates. Uma economia de modelo sustentável não irá produzir lucros tão altos e rápidos como o modelo atual produz.

Bruno Rego faz uma importante observação a respeito desse embate entre crise ambiental e o modelo económico atual. Segundo o autor, olhando a partir “do ponto de vista da crise ambiental e social contemporânea, o actual modelo económico, se perpetuamente baseado na mesma linha de orientação, conduzirá inevitavelmente no futuro a desastres de proporções ainda maiores (Rego, B. 2015, p.184).

1.3.4. Crise Humanitária

Outro problema que não podemos deixar de mostrar aqui são os deslocamentos populacionais de pessoas que são afetadas pelos impactos das alterações climáticas, ou seja, a questão dos refugiados ambientais. Esses grandes movimentos migratórios são causados, muitas vezes, por conta da crise ambiental que está acontecendo no nosso planeta. Segundo Ojima e Nascimento (2008),

O debate sobre refugiados ambientais vem se estendendo nas instituições globais, particularmente sob a alcunha da ONU. Em 1985 Essam El-Hinnawi, então pesquisador do Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente (UNEP), incorpora à definição do ACNUR a questão de pessoas que: fogem ou deixam sua terra natal em função de ameaças de vida e segurança provocadas pelo ambiente, dentre essas ameaças quaisquer mudanças físicas, químicas e biológicas nos ecossistemas ou diretamente nos recursos naturais que o transformam tornando o ambiente impróprio para manter ou reproduzir a vida humana (EL-HINNAWI B. 2002, apud Ojima, R. , Nascimento do , T. T. 2008, p. 3).

Isso inclui todas as pessoas que de algum modo estão fugindo de algum lugar por

conta de alguma catástrofe natural ou de um desastre ambiental provocado pelas ações humanas.

O aumento do nível do mar, uma realidade sempre presente que leva todos a uma situação de risco, será um grande motivo para que as medidas políticas nesse sentido sejam direcionadas para o acolhimento de pessoas que virão, principalmente, de regiões litorâneas e de ilhas. Para o autor, a “questão não é política, mas económica e social. Os mais vulneráveis serão os que tiverem menores condições de se adaptar ou responder a essas mudanças. Causando rebatimentos indiretos para os países de destino desses migrantes” (Ojima, R. , Nascimento do, T. T. 2008, p. 6). Assim, as estimativas de refugiados ambientais no mundo são:

Em termos globais, segundo as estimativas da ONU, cerca de 20 milhões de pessoas poderiam ser consideradas como refugiados (dados de 1992). Entretanto, nas estimativas de Myers (1995), haveria pelo menos 25 milhões de refugiados ambientais no mundo. As estimativas devem ser consideradas com cautela, principalmente pelos distintos critérios adotados em torno do conceito de refugiados ambientais. A migração por si só já é um conceito complexo e sujeito a um amplo conjunto de variáveis. Na esteira da discussão ambiental, ampliam-se os dilemas a serem enfrentados, pois não se trata de considerar a mudança climática como uma variável isolada que poderia explicar sozinha os fluxos migratórios. É oportuno aproveitar a possibilidade de avançar no estudo das relações dinâmicas entre migração e meio ambiente, afinal, migrar só seria resultado inevitável nas condições em que a população ou a sociedade não tenha condições econômicas, sociais e/ou tecnológicas de enfrentar as novas demandas (*Ibidem*, p.10).

Não são só aspectos económicos que se enquadram na questão migratória. As mudanças climáticas também provocam vulnerabilidades que vão muito além de aspectos económicos. Além da fuga para outro território e dos desafios da própria locomoção deixando o seu lugar de origem, existem também os novos desafios que esses refugiados terão de enfrentar: o desafio de ser aceite e de se sentir parte da sociedade, de poder alcançar a cidadania assegurando a sua “existência legal” e poder manter “a sua unidade familiar”, de manter as suas crenças religiosas frente às discriminações de territórios com religiões diferentes, o desafio linguístico onde o idioma é fundamental para a sobrevivência e a comunicação, o desafio da preservação da sua cultura e de ter acesso aos meios educacionais e, por fim, o desafio da sua independência financeira. (Araújo, W. 2003, pp. 38,43). Ou seja, são amplas as instabilidades causadas pela questão de deslocamento populacional provocado pelas alterações climáticas presente nessa nova época.

Ainda dentro dessas questões de crise humanitária, Lester Brown traz uma questão a respeito de conflitos que acontecem quando os recursos que são de extrema importância para a sobrevivência se tornam escassos. Segundo o autor, esses conflitos acontecem

“particularmente entre os que são ricos e os que são pobres”. Quais são as causas desses conflitos? O aumento populacional faz com que os recursos essenciais à vida sejam diminuídos, fazendo cair também a esperança de vida de milhões de pessoas que já estão abaixo do nível de sobrevivência. Segundo Brown (2006), ter acesso à terra é o principal fator que gera esse embate social. O autor afirma que

O aumento da população mundial reduziu à metade a área das terras de cultivo por pessoa de 0,23 hectares em 1950 para 0,1 hectares em 2004. Um décimo de hectare (NT: mil metros quadrados) é metade de um lote de construção num subúrbio afluyente dos Estados Unidos. Esta diminuição da área agrícola *per capita* torna ainda mais difícil para os agricultores mundiais a tarefa de alimentar adequadamente um mundo que todos os anos tem, no mínimo, mais 70 milhões de pessoas. A diminuição da terra de cultivo percapita não ameaça apenas os níveis de vida; nas sociedades essencialmente de subsistência, ameaça a própria sobrevivência. As tensões nas comunidades começam a crescer quando as terras disponíveis encolhem para áreas tão pequenas que não permitem a sobrevivência. (Brown, L. 2006, pp. 166,167).

Outro fator provocador da redução de áreas para o cultivo, segundo o autor, é o que acontece na Nigéria, onde cerca de 132 milhões de pessoas vivem em um pequeno espaço de terra que, segundo ele, não é maior que o Texas. Essa terrível situação acontece porque a quantidade de gado que é criada é muito grande, logo, o consumo de ervas dos pastos também, originando assim um cultivo excessivo da terra. No final das contas, estão destruindo tanto as pastagens para o gado quanto os cultivos agrícolas e as terras estão se tornando desérticas. Essa situação faz com que “agricultores e pastores” travem uma guerra para sobreviver. Brown, afirma que, na Índia, o conflito poderá ser pela água. Com uma população que pode atingir 1,6 mil milhões em 2050, o conflito acontecerá pelo número de pessoas ser maior que os recursos de água existentes. (*ibidem*, p. 168). Outro conflito que pode acontecer é

As dissensões sobre a posse de água entre países que partilham os mesmos sistemas hidrográficos são uma fonte comum de conflito político internacional, especialmente onde as populações crescem para além da capacidade dos caudais dos rios. Em nenhum outro lado este conflito potencial é mais claro do que entre o Egipto, o Sudão e a Etiópia, no vale do rio Nilo. A agricultura no Egipto, onde raramente chove, é totalmente dependente da água do Nilo. Actualmente o Egipto recebe a parte de leão da água do Nilo, mas prevê-se que a sua população de 74 milhões atinja os 126 milhões até 2050, aumentando assim muito a procura de cereais e de água. O Sudão, cujos 36 milhões de pessoas também dependem fortemente da alimentação produzida com a água do Nilo, deverá ver aumentar a sua população para 67 milhões até 2050. E o número de etíopes no país que controla 85% dos cursos de água que alimentam o rio, deverá crescer de 77 milhões para 170 milhões. (*Ibidem*, p.170)

Porém, como a Etiópia é um país muito pobre, dificilmente sairá com vantagens quando esse possível conflito acontecer.

A crise civilizatória também é uma instabilidade presente na época do Antropoceno. Segundo Mendes e Oliveira (2017), o Antropoceno, além das marcas geológicas, produz também marcas sociológicas que resultam na crise civilizatória dessa época, devido ao distanciamento da espécie humana em relação à natureza e tendo-a somente como algo a ser explorado e dominado. Segundo os autores, uma das maiores marcas do Antropoceno é a crise civilizatória porque o ser humano está em crise com a sua própria espécie. Mendes e Oliveira mostram que

A crise civilizatória revela o quanto a espécie humana transformou o ambiente natural, agregou valor aos elementos naturais, considerando-os recursos naturais. Nesse sentido, pode-se afirmar que a crise civilizatória é resultado do sistema econômico adotado pela sociedade global, da prevalência do paradigma cartesiano/newtoniano, e com ela emerge o que Bauman (2008) chama de Homo consumens, o traço do homem contemporâneo, marcado pelo consumismo e pela ambiguidade de ser ao mesmo tempo mercadoria e consumidor. (Mendes, M. , de Oliveira, M. M. D. 2017, p. 274)

Sendo uma sociedade comandada pelo sistema capitalista, e conseqüentemente uma sociedade de consumo, essa é a cultura da sociedade da época do Antropoceno. Numa sociedade onde o estímulo e satisfação pelo consumo é a mola propulsora, onde produtos são mais valorizados que o ser humano e onde o ser humano está preso a todas as demandas de uma vida consumista, a crise civilizatória, segundo o autor, “não é uma crise do sistema natural, e sim do sistema humano, que insiste em considerar o sistema natural como seu patrimônio, exclusivamente. Essa é uma crise de valores, marcada pela liquidez das palavras, dos apertos de mão, dos cumprimentos políticos e econômicos. Ela é marcada, cada vez mais, por sua autodestruição, que novamente não destrói apenas o sistema natural, e também o social, causando-lhe a ambiguidade de acesso” (Mendes, M. de Oliveira, M. M. D. 2017, p.275).

1.4. Incertezas e Desorientação no Antropoceno

As incertezas e a falta de orientação na época atual também são consequência da ação humana que tem transformado o planeta Terra. Para chegarmos até esse ponto observamos que, desde que o homem passou a ser essa força geológica, o planeta Terra tem

entrado em constantes crises e problemas, não só no âmbito ambiental mas também político, econômico e humanitário.

Com um possível fim da espécie humana o que percebemos é que não estamos encontrando uma direção, apesar de vários alertas e consciencialização a respeito do que deve ser feito para tentarmos reverter esse quadro que nós mesmos provocamos. Porque chegámos a essa situação? Porque insistimos em fingir que nada está acontecendo? E quando sabemos o que fazer, tendo dados e instrumentos para reagir ao problema do Antropoceno, por que não o fazemos? Segundo Isberner e Léna (2018), existe uma “negação coletiva” frente a essa nova época onde a espécie humana tem colocado toda sua esperança “no progresso e no desenvolvimento”, além de acreditar “na capacidade da ciência e da tecnologia para resolver todos os problemas os problemas e externalidades negativas, como a poluição” (Isberner, L. R. e Léna, P. 2018, p. 9). Outro fator que faz fortalecer a negação desse presente momento, segundo os autores, é o “controle do imaginário dos consumidores pela mídia” que promove e incentiva cada vez mais o consumo para que o ser humano possa sentir-se único e reconhecido. Outra grande dificuldade apontada pelos autores é a questão da justiça ambiental. Apesar de algumas ações e campanhas de prevenção, sabemos que as questões que afetam o clima continuam a crescer e tomando aspectos cada vez mais amplos e de dimensão global.

Para os autores, isso aumentará

[...] os riscos existentes e criará outros riscos para os sistemas naturais e humanos, sendo que tais riscos são distribuídos de forma desigual e geralmente são maiores para pessoas e grupos desfavorecidos. Porém, uma solução satisfatória para esse problema não é simples, pois os países apresentam diferentes graus de desenvolvimento, tamanho, população, recursos naturais etc. Além disso, a pegada ecológica humana já excede em 50% a capacidade de regeneração e absorção do planeta, e 80% de sua população vive em países cuja biocapacidade já está abaixo de sua pegada ecológica. Um país como o Brasil – e outros países das Américas – ainda apresenta um superávit importante em termos de biocapacidade, embora já consuma 1,8 planeta. Contudo, 26% das suas emissões de GEE são devidas ao desmatamento. Uma parte significativa de sua pegada ecológica vem da exportação de produtos primários, que estão na origem de boa parte desse desmatamento. O sistema competitivo e globalizado procura se abastecer com o menor custo, estimulando o extrativismo em muitos países e a apropriação de terras (landgrabbing) em outros. Mesmo se fosse possível parar imediata e completamente as emissões de CO₂ dos países de alta renda, isso não seria o bastante para reduzir a pegada de carbono global de modo a se manter dentro dos limites impostos para a biosfera até 2050. Ou seja, apesar das consideráveis diferenças do tamanho de suas economias e de suas reservas de recursos naturais, todos os países deverão se empenhar no enfrentamento do problema mais urgente do Antropoceno: a redução drástica das emissões do GEE. (Isberner, L-R. e Léna, P. 2018, p. 9-10)

Por estes motivos não conseguimos dar passos maiores, dada a falta de uma ação

coletiva que aceite que todos os países têm responsabilidade e precisam encontrar uma saída urgente. Logo, as negociações são prejudicadas pelo medo dessas ações impedirem o desenvolvimento econômico. Segundo os autores, a criação do *Acordo de Paris* foi uma saída para tentar trazer uma orientação e a mitigação dos problemas ambientais, com a tentativa de desenvolver projetos e ações para tal. Além disso, cada país deveria apresentar voluntariamente os compromissos que iria assumir. Os autores acrescentam que isso ajudou algumas questões a saírem do papel e se tornarem práticas, porém, criaram-se outros “emaranhados de avaliação que torna difícil uma comparação entre esforços nacionais” (*Ibidem*, p. 10). O *Acordo de Paris* não pune os países que não cumprem com os acordos e compromissos firmados. Isso é um sinal que o mundo ainda não consegue desenvolver uma governança global e o embate entre justiça ambiental e desenvolvimento econômico traz esse caminho duplo: cuidar do meio ambiente ou apostar no desenvolvimento econômico como tem sido feito? Essa é uma questão muito complicada, principalmente para países em desenvolvimento. Então,

“Submersos em contradições, dilemas e ignorância, os gravíssimos problemas ambientais do Antropoceno não constam nas agendas nacionais e sociais com a prioridade que merecem. É como se a humanidade, entorpecida, aguardasse o fim do filme, onde os heróis apareceriam para resolver tudo e, assim, e seríamos todos felizes para sempre.” (*Ibidem*, p. 10).

Como temos observado até aqui, o Antropoceno é uma época onde o futuro do planeta ainda está em aberto. Apesar de toda a complexidade dessa época, há possibilidade de outros futuros. A espécie humana tem destruído o seu habitat natural, porém, pode vir dela a solução de todas as questões do Antropoceno. A partir dos conceitos da Filosofia da Esperança de Ernst Bloch e do conceito de Risco de Ulrich Beck, tentaremos, a seguir, investigar a possibilidade de outros futuros possíveis para nosso planeta Terra.

CAPÍTULO II

ESPERANÇA E RISCO

A nossa intenção nessa segunda parte do trabalho é mostrar os conceitos e definições de Esperança e de Risco no âmbito axiológico, psicológico, filosófico e nas suas dimensões cognitivas. Para isso, não ficaremos, pelo menos nessa parte do nosso trabalho, somente nas abordagens de Ernest Bloch a respeito do conceito de esperança, nem somente na visão Ulrich Beck a respeito do conceito de risco. Pela amplitude dos dois conceitos é necessário dar a conhecer abordagens de diferentes autores para desenvolver uma compreensão melhor do tema.

2.1. CONCEITO E DEFINIÇÃO DE ESPERANÇA

“Tendo sua origem latina esperança vem de *Sperare*: esperar. Expectativa visando não resultados externos, mas a realização do ser pessoal ou uma mudança radical na condição humana”. (Japiassú, H. e Marcondes, D. 2008, p.107). A enciclopédia livre *WIKIPÉDIA* define a esperança da seguinte maneira:

Esperança é uma crença emocional da possibilidade de resultados positivos relacionados com eventos e circunstância da vida pessoal. A esperança requer uma certa perseverança — i.e., acreditar que algo é possível mesmo quando há indicações do contrário. O sentido de crença deste sentimento o aproxima muito dos significados atribuídos a fé (WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre 2017).

Por aproximar-se muito da questão da fé, e aqui estamos falando principalmente no contexto cristão onde fé, amor e esperança formam a teologia da religião cristã, a esperança, nesse contexto, está relacionada a uma divindade, como vemos em *Salmos 42 da Bíblia*: “Porque estás abatida, ó minha alma, e porque te perturbas dentro de mim? Espera em Deus, pois ainda o louvarei, a ele que é o meu socorro, e o meu Deus.” (*Salmos 42:11*). Paulo, na *Carta aos Coríntios*, cita a importância da esperança para os cristãos quando ele diz “quando vier o que é perfeito, o imperfeito desaparecerá” e logo finaliza o capítulo 13 do livro de *Coríntios* dizendo: “portanto, agora existem três coisas: a fé, a esperança e o amor” (*Coríntios 13:1*), sempre na perspectiva de que a esperança está intrinsecamente ligada à divindade que virá resgatar os crentes para um reino perfeito e de paz.

O teólogo Paul Tillich diz que “a esperança é simples para o louco, mas difícil para o sábio; qualquer um se pode perder com a esperança louca, mas a esperança genuína é algo

raro e grande”. (Tillich, P. 1965 p. 17, *apud* Oliveira, J. H. B. 2004. *apud*, Robalo, M.L.V. 2010, p.96). É claro que, para ele, essa “esperança genuína” está ligada à divindade cristã.

Desvinculando-se dessa visão cristã a respeito da esperança, o filósofo Thomas Hobbes, em seu livro *Leviatã*, definiu a esperança como “o apetite ligado à crença de conseguir” e “a esperança constante chama-se confiança em si mesmo” (Hobbes, T. 1983 p.47). Segundo Froom, E. (1978) “a esperança é um elemento intrínseco da estrutura da vida, da dinâmica do espírito humano” (Oliveira, 2010, p. 5, *apud* Ramôa, M. M. V. B. S. 2016, p.6)

Chegamos, por fim, ao filósofo Ernst Bloch. Em sua principal obra *O Princípio Esperança*, Bloch (2005) começa fazendo as seguintes perguntas: “Quem somos? De onde viemos? Para onde vamos? Que esperamos? O que nos espera?”. Essas são as perguntas que sempre nos fazemos quando estamos num estado de angústia e de medo. Porém, com a esperança é que se pode dominar esses estados. Esperança que ele define como “busca apaixonada pelo êxito no lugar do fracasso” e “Espera colocada acima do ato de temer”. O autor acrescenta ainda que a esperança “amplia as pessoas em vez de estreitá-las”, que muitas vezes o indivíduo “nem consegue saber o bastante sobre o que interiormente as faz dirigirem-se para um alvo, ou sobre o que exteriormente pode ser aliados a elas”. Essa ação, afirma Bloch, “requer pessoas que se lancem ativamente naquilo que vai se tornando e do qual elas próprias fazem parte” (Bloch. E. 2005, p. 13). Ou seja, para Bloch, a esperança é a força que move todo indivíduo na busca de uma vida melhor, que projeta uma visão fixa e para frente quebrando as barreiras da conformidade.

2.1.1. Conceito Psicológico da Esperança

Sempre que estamos em alguma situação em que objetivos precisam ser alcançados não é muito difícil escutar o seguinte ditado popular, “A esperança é a última a morrer”. A esperança tem-se tornado objeto de estudo contemporâneo, sendo uma vertente no campo da psicologia para que o desenvolvimento humano se torne cada vez melhor e saudável. Marques, Pais-Ribeiro e Lopez (2008) afirmam que há três coisas que compõem a esperança e que elas são diferentes umas das outras. São elas: objetivos, caminhos e iniciativa. Segundo os autores,

[...] num sistema dinâmico cognitivo e motivacional que pode ser conceptualizado em termos de capacidade percebida para gerar caminhos para objectivos desejados, e de se auto-

motivar via pensamento de iniciativa para percorrer esses caminhos (Snyder, 2002). Os objectivos são os alvos das sequências mentais de acção e variam no grau de especificidade e num quadro temporal entre objectivos imediatos e de longo- prazo. O pensamento de “caminhos” refere-se à capacidade percebida para gerar caminhos ou percursos mentais para alcançar os objectivos desejados. O pensamento de “iniciativa” é o componente motivacional da teoria da esperança que reflecte as cognições do indivíduo acerca da sua capacidade para começar e continuar um comportamento direccionado para objectivos. (Marques, S. C. , Pais-Ribeiro, J. L. e Lopez, S. 2008, p. 246).

A espécie humana tem suas ações focadas em objetivos. E a iniciativa de tentar alcançar esses objetivos está ligada ao desejo de se ter uma vida melhor.

Objeto de estudo na psicologia, psiquiatria e enfermagem, a esperança, segundo Ritter (2011) citando Margaleta e Oliver (1999), só começou a fazer parte da psicologia e da psiquiatria a partir dos anos 1950, onde se observou o quão é importante o papel que a esperança tem na adaptação humana.

Além disso, foi observado também que a falta de esperança introduzia um risco significativo nas doenças mentais como a depressão, sociopatia e comportamentos associados ao suicídio. Ritter (2011), citando um estudo de Schrank (2008), afirma que foram “identificadas quarenta e nove definições de esperança.” Algumas delas são fenómeno positivo, atributo do indivíduo, estado da mente, força interior, energia, força, crença, antecipação, otimismo, emoção positiva e expectativa. Todas essas definições convergem em dizer que “a esperança é uma variável dinâmica e inconstante, dirigida para o futuro, preocupada com o alcance de metas/resultados/ e estados positivos e avaliada pelo individuo” (Ritter, A.L.F. R. 2011, p. 10).

Em 2008, a revista *Planeta* publicou um texto com o título “O Valor da Esperança na Era da Ansiedade”, onde a esperança é vista como a cura e o bem-estar de indivíduos que sofrem de ansiedade. O autor do texto, Eduardo Arraia, afirmou que a ciência já descobriu que se o indivíduo traz consigo esse *déficit* de esperança, ele pode adquiri-la e aperfeiçoá-la. E acrescenta que muitos psicólogos afirmam que a esperança traz uma “sensação ou emoção mais importante que o ser humano pode experimentar”.

O autor mostra também alguns resultados de uma pesquisa feita por Snyder, em 2005, apresentada na *American Psychological Association* (APA), onde Snyder concluiu que “pessoas com baixa esperança têm objetivos ambíguos e trabalham para atingi-los um de cada vez. Já os indivíduos com alta esperança freqüentemente investem em cinco ou seis metas distintas ao mesmo tempo”. O indivíduo esperançoso faz o seu projeto para alcançar o “sucesso e caminhos alternativos” caso apareça algum obstáculo. Mostrando mais um importante estudo sobre a esperança, Araia apresenta os estudos de Anthony Scioli professor

do Keene State College, New Hampshire (EUA), que formulou alguns aspectos da esperança.

São eles: **Mestria com Apoio:** onde o indivíduo acredita que vai atingir seus objetivos concentrando as forças em seus esforços. “Ele compreende que o aumento do seu poder pessoal se baseia em uma duradoura abordagem colaborativa para as tarefas da vida e reconhece que o controle está tanto dentro como fora de si”; **Fins Últimos:** fazer o indivíduo comprometer-se com “um conjunto de normas éticas” é uma “missão da vida. Este tipo de esperança orienta e dirige a vida do indivíduo”; **Abertura:** “Quanto mais confiante e esperançosa a pessoa for, mais aberta será para os outros, a natureza, as organizações e diferentes partes de si própria”; **Gestão do Terror Pessoal:** a pessoa que consegue superar situações difíceis, por ter “criatividade” e “recursos internos”, isso a faz ser “resiliente, astuta”. **Futuro Positivo** onde a pessoa se empenha em ações, a partir do seu futuro que é repleto de possibilidades, para “determinação do seu futuro”. O autor citando Scioli acrescenta: “viver com esperança é a base para conquistar o verdadeiro sucesso” e conclui “é obter a sensação de paz” (Revista Planeta 2008).

Para concluirmos a respeito do conceito psicológico da esperança, Ritter (2011) traz uma excelente abordagem a respeito da falsa esperança, onde o indivíduo espera um resultado futuro “sem ter traçado planos” ou tenha empenhado esforços necessários para obtê-los. Ou seja, trata-se de uma falsa ilusão. Segundo o autor, isso vai de contra a esperança verdadeira que tem sua base na “realidade e que leva o indivíduo a ação”. Afirma Ritter que “A esperança é um constructo que faz parte da psicologia positiva” (Ritter, A. L. F. R. 2011, p. 12). Para Snyder (1991) “a esperança é uma cognição voltada para a obtenção de um objetivo; trata-se, portanto, de motivação para alcançar determinado alvo e dos caminhos delineados para atingir essas metas” (Snyder, 1991 *apud*, Machado, F.A., Gurgel, L.G. e Reppold, C.T. 2017, p. 123).

2.1.2. Conceitos Filosóficos da Esperança

Dando início à análise do conceito filosófico da esperança, começaremos com um olhar para esperança a partir da teologia cristã, onde o apóstolo Paulo faz constantes menções sobre o assunto. No livro de *Romanos*, por exemplo, ele diz:

Pois foi por meio da esperança que fomos salvos. Mas, se já estamos vendo aquilo que esperamos, então isso não é mais uma esperança. Pois quem é que fica esperando por alguma coisa que está vendo? Porém, se estamos esperando alguma coisa que ainda não podemos ver, então esperamos com paciência (*Romanos*, 8: 24,25).

Para Paulo, esperança e confiança estão ligadas. E como dissemos anteriormente, essa esperança está ligada à fé em uma divindade. Como o processo de espera não pode ser atrapalhado por qualquer tipo de ansiedade ou falta de confiança, o autor enfatiza mais uma vez: “Que a esperança que vocês têm os mantenha alegres” (*Romanos*,12:12). É uma tentativa de Paulo alegrar seus irmãos da fé que ele propaga, em saber esperar a volta de Cristo, superando com alegria todas as dificuldades e problemas que enfrentarão até ao dia do seu retorno.

Propagar o nascimento, morte e ressurreição de Cristo são os objetivos primordiais do discurso cristão que, dessa forma, são chamados a acreditar que tudo isso aconteceu e acontecerá. Se o nascimento já aconteceu, a morte e a ressurreição também, então, para os cristãos, o que falta única e exclusivamente é a volta da sua divindade à Terra. Como foi prometido por Cristo

Não fiquem aflitos. Creiam em Deus e creiam também em mim. Na casa do meu Pai há muitos quartos, e eu vou preparar um lugar para vocês. Se não fosse assim, eu já lhes teria dito. E, depois que eu for e preparar um lugar para vocês, voltarei e os levarei comigo para que onde eu estiver vocês estejam também (*João* 14: 1,2).

É a partir desses pressupostos e fé que Paulo desenvolve sua teologia a respeito da esperança. O próprio contexto em que os cristãos se encontravam em Roma não era uma situação confortável, por isso era necessário uma ênfase constante na esperança, uma carta que fortalecesse a fé e a confiança dos cristãos que ali estavam. Uma esperança que aponta como objetivo a volta da divindade que os levará para um mundo melhor. Não um mundo terreno e sim mundo celestial cheio de paz, ao contrário de outras perspectivas que veremos a seguir, que são visões de esperança voltadas para um mundo melhor aqui na Terra, baseadas na razão e não na fé.

Entrando numa perspectiva da esperança do ponto de vista da razão, Rocha (2007) faz uma abordagem filosófica da esperança muito pertinente para nosso estudo a partir de Heráclito de Éfeso século VI a. C), citando os fragmentos 18 e 27: “Se não se espera, não se encontrará o inesperado, pois ele não é encontrável e é sem acesso” e “aguardam os mortais ao morrerem, o que não esperam nem conjecturam”. (Diels, 1957, p. 25. *apud*, Rocha, R. 2007, p. 258). Segundo o autor, no fragmento 18, Heráclito estava dizendo que

[...] quem não espera, fecha definitivamente as portas para o encontro pois este só é possível quando se espera, quando existe uma abertura interior para um encontro. Só vê acontecer o que espera, aquele que continua esperando, não obstante todas as dificuldades que possa

encontrar no caminho da procura e da espera. Todavia, mesmo quando acontece, o esperado não é encontrável porque não existem caminhos que nos levem até ele. Ele é sem acesso. Segundo Heráclito de Éfeso, o esperado não deve ser concebido como um termo a que se chega, um objeto que se encontra ou se recebe, como um prêmio que se consegue no fim da caminhada. Na sua essência, a esperança é, antes, um horizonte que se descortina, um apelo que nos convida a caminhar e a ir sempre adiante pelos caminhos da vida. “Esperança não é esperar, é caminhar” é assim que Heráclito de Éfeso entende a esperança. Esta não deve ser considerada o desejo de uma “realidade objetiva” que se pode representar no presente e que se pode imaginar como uma recompensa que nos será dada no futuro, nem muito menos “algo concreto”, cuja posse se consegue no fim da caminhada. Por mais obscuro que seja o seu modo de falar, o filósofo de Éfeso nos leva a pensar a esperança sob a forma de uma “disposição interior”, ou de uma “força psíquica”, que sustenta o desejo de caminhar. Neste sentido, a esperança só se concebe enquanto sustenta o desejo de ir na direção de um objeto que não se tem e que se o tivéssemos, extinguiria o próprio élan da esperança (Rocha, Z. 2007, p. 259).

No fragmento 27, segundo Rocha, a abordagem filosófica a respeito da esperança é a partir de um contexto religioso, onde Héraclito criticava o “culto dos Mistérios de Eleusis” que, segundo o autor, aos praticantes desses cultos era “assegurada a esperança de uma sorte melhor no reino dos mortos” (cf. Coulanges, 2002, p. 21-5. *apud* Rocha, Z. 2007, p. 260). Logo, para Héraclito, crítico da questão que atribuía aspectos humanos à divindade e aos ritos de purificação, é nesse contexto que o fragmento 27 surge.

Para Rocha, nesse momento Héraclito está dizendo que “quando se espera, aposta-se no escuro. Quem espera não conhece nem pode representar o objeto de sua esperança, porque este ainda não existe”. Então, conclui Rocha, “não é só caminhar como nos ensinou o fragmento 18, mas é caminhar na escuridão da noite, mesmo quando não se está em condição de poder contar com a luz de uma estrela-guia” (Rocha, Z. 2007, p. 260).

Numa visão da filosofia moderna a respeito da esperança, podemos citar o que René Descartes diz sobre esse tema. Como criador do pensamento que deu origem à filosofia moderna não poderíamos deixar de abordar o seu pensamento aqui nesse estudo. Com base no racionalismo como única fonte de conhecimento, Descartes acredita que “da mesma consideração do bem e do mal nascem todas as outras paixões”. Segundo o autor é isso que nos faz “olhar o futuro muito mais que o presente ou passado”, tendo o desejo tanto por algo que não possuímos, quanto o desejo de preservação em relação a algo de ruim que possa nos atingir como mola propulsora para “encarar sempre o futuro”.

No artigo 58 da obra *As Paixões da Alma*, de maneira mais direta ele trata a respeito da esperança. Inicia a sua argumentação dizendo que “basta pensar que a aquisição de um bem ou fuga de um mal é possível para sermos incitados” a desejar a esperança. Porém, quando existe “muita ou pouca probabilidade” de se ter o que estamos desejando, aquilo que

para nós se apresenta como algo com muitas probabilidades de se conseguir, “excita em nós a esperança” e aquilo que se apresenta para nós com poucas probabilidades de ser alcançado “excita o temor”. No mesmo artigo, o autor conclui que “quando a esperança é extrema, muda de natureza e chama-se segurança ou confiança, assim como, ao contrário, o extremo temor torna-se desespero” (Descartes, R. 1973, pp.252,253).

Segundo Carneiro (1999), as perguntas fundadoras do *Discurso do Método* de Descartes, “como a alma aperfeiçoa-se tão facilmente, pode cair no erro?” e “qual o critério que permite reconhecer as verdades que levam a alma dirigir-se para o bem?”, é onde, segundo a autora, podemos ver um caminho para a esperança racional onde “o desejo de encontrar a verdade é que leva à dúvida, não sendo dúvida céptica mas sim provisória pois permaneceria até se alcançar qualquer coisa que fosse absolutamente indubitável” (Carneiro, A. M. P. 1999 p. 18-19). Carneiro, conclui suas afirmações a respeito da visão de esperança na perspectiva de Descartes da seguinte maneira: “A esperança é o desejo (racional) de um bem futuro e possível”. Para a autora, Descartes vê a esperança como “um movimento voluntarista racional”, um movimento baseado totalmente na razão que pode fazer o indivíduo agir baseado em suas próprias ações fundamentadas na razão: “Pois Descartes diz que nenhuma ação pode ser fundada na dúvida, de onde advém a necessidade da moral por provisão” (*Ibidem*,19).

Immanuel Kant é outro filósofo que traz a esperança para o mundo da razão. Das famosas perguntas antropológicas que o autor faz, concentrar-nos-emos na pergunta: “Que me é permitido esperar?” Segundo Consani e Klein (2014), quando Kant aborda a questão “o que é permitido esperar?” traz a esperança “para dentro da razão pura”. Assim a esperança é composta de ações como “liberdade e escolha” e, ao mesmo tempo, “a esperança se refere a algo que a razão representa que deveria acontecer na medida em que o dever é cumprido”. (Consani, C.F. e Klein, J. T. 2014, p. 121). Consani e Klein afirmam que

Na filosofia kantiana, a legitimidade dessa esperança é alcançada a partir de três fundamentos distintos. O primeiro deles é a garantia transcendental de que nenhuma teoria sobre o fim da história humana pode ser teoricamente comprovada, seja a priori, seja a posteriori. Segundo, existe um mandamento moral da razão que exige que o ser humano obedeça à lei moral; por conseguinte, que ele também possa ser capaz de obedecê-la. Terceiro, existem fundamentos racionais teóricos e práticos para assumir a validade de uma concepção teleológica da natureza e, por conseguinte, também da história humana. Essa legitimidade, sustentada especialmente sobre esse terceiro fundamento atribui um caráter especial para essa esperança, vinculando-a ao conceito de crença. De um lado, ela não possui o mesmo caráter de um conhecimento ou mesmo de um possível conhecimento. A crença não é uma opinião, a qual possui valor de verdade e pode tornar-se um conhecimento na medida em que o que é afirmado se torne comprovado. Em outras palavras, apesar da

esperança se referir a um objeto possível, a sua formulação judicativa não possui valor de verdade, possui apenas um valor de crença, a qual pode ser avaliada como uma convicção bem fundada racionalmente ou não, mas não como verdadeira ou falsa. Por outro lado, a crença não é um conhecimento prático stricto sensu, pois não possui a forma de um mandamento que pudesse ser vinculado diretamente à lei moral, não podendo ser ordenada e não podendo ser testada pelo imperativo categórico, enquanto uma máxima moral ou imoral. Na terminologia técnica kantiana, a esperança na sua forma de crença se constitui enquanto um assentimento objetivamente insuficiente, mas subjetivamente suficiente, isto é, “não devo dizer que é moralmente certo que existe um Deus etc., mas sim que eu estou moralmente certo etc.” Da mesma forma, não se pode dizer que é moralmente certo que a história humana está num contínuo progresso moral, mas apenas que se está moralmente certo disso. (*Ibidem*, p. 122)

Logo, para Kant, “a esperança leva, por fim, à conclusão que alguma coisa é (que determina o fim último possível), porque alguma coisa deve acontecer; o saber, à conclusão que alguma coisa é (que age como causa suprema) porque alguma coisa acontece” (Kant, I. 2001, B.834).

Karl Marx viu os seus conceitos filosóficos serem usados por Ernst Bloch para fundamentar o conceito de esperança. Como iremos trabalhar o *Princípio Esperança* de Ernst Bloch, não poderíamos deixar de apresentar aquilo que serviu de base para Bloch fundamentar a sua tese sobre esperança. Segundo Bloch,

A filosofia Marxista, como aquela que finalmente se comporta de modo adequado frente ao devir, ao que está por surgir, conhece igualmente todo o passado em sua amplitude criativa, porque ela não conhece nenhum outro passado a não ser o ainda vivo, o ainda não liquidado. A filosofia Marxista é a do futuro, portanto também a do futuro no passado. (Bloch, E. 2005, p. 21)

Concordando com Bloch, Carneiro (1999) afirma que, para Marx “o futuro estava aberto à imensidão das potencialidades humanas”, onde, na construção da sua teoria, a tentativa de unir “teoria e prática” estava presente constantemente. Outro ponto importante da filosofia marxista é o anseio para que o indivíduo alcance a sua emancipação, que ele obtenha uma “consciência da realidade” que o levará transpor todo tipo de alienação, seja ela política ou religiosa. Com essa tomada de consciência, o indivíduo terá a possibilidade de “rebelar-se contra o idealismo como deformação ideológica da realidade”.

Ou seja, para Marx, “a ação é que dá sentido ao pensamento”. Marx não entende que a história é “uma representação abstrata” ou “auto-revelação da verdade”. Muito pelo contrário, a história é “o palco privilegiado de mudança da realidade”, sendo impossível ter um limite ou previsão “até onde essa mudança possa ir”. Na condução da história, a *praxis* humana tem um papel principal porque “a história é feita pelos homens concretos na sua luta diária; a história fala da criação do homem pelo trabalho, do homem imerso em condições

materiais da sua existência”. É disso que surgirá o Estado ideal. (Carneiro, A. M. P. 1999, p. 28). É a partir da percepção de que a história é um processo dinâmico que

Marx criou a categoria do futuro autêntico, do novo, aquele em que as possibilidades são da ordem do infinito. Parece-nos que fundou o futuro racional, ou seja, uma dimensão temporal cuja compreensão objectiva pela razão é animada por uma dialéctica interna de procura de soluções operatórias num dado campo de possibilidades. Este futuro não se entende como um destino irremediável, como um caminho de sentido único, por via do qual o marxismo se tornará pensamento dominante - é antes o caminho próprio da praxis que, nunca alcançando o seu fim, está permanentemente a realizá-lo. Marx nega o determinismo em toda a linha, afirmando que o homem é o único agente da história; o 'futuro' é a abertura ao possível. Por isto, a noção de possível refere-se à crença no alcançar da sociedade comunista - o que não representa o fim da história, mas, segundo Marx, tornar-se-á o motor da própria História. É, assim, rejeitado o 'fim' do dia histórico, o que anuncia que «ao levantar vôo a ave de Minerva está velha, é apenas um reflexo de vida, de existência» (*Ibidem*, p. 29).

É a partir desse futuro autêntico, futuro racional criador de soluções baseado na *praxis* e que se abre ao possível, que Marx antevê a esperança de um mundo melhor a partir da sua teoria. Segundo Carneiro, a seguinte questão é levantada em Bloch a partir de Marx: Será que quando o indivíduo passa por mudanças efetivas, mudanças essas que todo ser passa, não é o que traz “liberdade ao homem?”. É que “pensar em liberdade, é pensar as condições de existência humana”(*Ibidem*, p. 30).

Ernst Bloch escreveu o *Princípio Esperança* entre 1938 e 1947 quando estava exilado nos Estados Unidos, tendo a sua revisão da obra sido feita entre 1953 e 1959 (Machado, C.E.J. 2008, p. 206). Essa grande obra de Bloch tem no seu início perguntas que normalmente não fazemos e que não são fáceis de responder: “Quem somos? Para onde vamos? Que esperamos? O que nos espera?”.

O autor acrescenta que, com essas perguntas, o indivíduo se sentirá confuso. Essas perguntas geram instabilidade, “o chão balança” e provoca “angústia”. Bloch dá, então, nome a essa situação, a esse sentimento, chamando-o de medo. Com um convite para deixarmos esse medo de lado, Bloch afirma que é o “momento para um sentimento mais condizente conosco, e que de fato “o que importa é aprender a esperar” (Bloch, E. 2005, p.13).

É a partir desse ponto que Bloch desenvolve a sua filosofia da esperança. Segundo o autor, na esperança não há espaço para o conformismo e sim para a paixão em lograr os objetivos. Onde outrora habitavam a derrota e o fracasso, o ato de esperar é posto no lugar do medo. E se o medo é passivo, o esperar não. Bloch afirma que o esperar não está fechado no nada. O ato de esperar move-se a partir de si mesmo, “amplia as pessoas” e é um ato que faz o indivíduo lançar-se para o objetivo (*Ibidem*, p.13). Por isso, esse ato de esperar “requer

peças que se lancem ativamente naquilo que vai se tornando”, ou seja, o esperar causa transformações às pessoas que se lançam nesse processo, já que o esperar não é um esperar passivo frente aos processos de mudanças efetivas pelas quais todo o ser passa.

Identificar onde se encontram os promotores do medo e da angústia, o lugar em que eles estão sendo criados na tentativa de superá-los e ir contra eles, segundo Bloch, é uma ação provocada pelo esperar. Além disso, esse ato “procura no próprio mundo aquilo que ajuda o mundo e isto é encontrável” (Bloch, E. 2005, p. 14). Bloch coloca o medo como principal objetivo a ser superado pela esperança. Esse transpor para tal superação faz com que, segundo o autor, todo o indivíduo sonhe com uma vida melhor e é isso que abre os caminhos para os sonhos e futuros possíveis.

No caminho percorrido pelo desejo de superação do estado de angústia até à superação, o autor explica que há um objetivo porque esse caminho não é vazio. Muito pelo contrário “ele capta o novo como algo mediado pelo existente em movimento, ainda que, para ser trazido à luz, exija ao extremo a vontade que se dirige para ele”. Para Bloch, “todo ser humano vive do futuro, do que se almeja”, do que se espera. Porque o “futuro contém o temido ou esperado”, porém, se ele é colocado, ajustado, “de acordo com a vontade humana, portanto sem malogro, contém somente o esperado” (*Ibidem*, p.14).

Se, como dissemos anteriormente, o ato de esperar contém em si mesmo variados componentes, segundo Bloch, não é diferente quando se trata da falta de esperança. Fazendo uma crítica à sociedade ocidental e à falta de produção filosófica que anula a expectativa no futuro, o autor afirma que

A falta de esperança é, ela mesma, tanto em termos temporais quanto em conteúdo, o mais intolerável, o absolutamente insuportável para as necessidades humanas. É por isso que até mesmo a fraude, para que seja eficaz, tem de trabalhar com a esperança lisonjeira e perversamente estimulada. É por isto que justamente a esperança, limitada porém a uma mera manifestação interior ou como consolação voltada para o além, é pregada de todos os púlpitos (Bloch, E. 2005, p.15).

Como o indivíduo está condicionado à sua classe, e aqui vemos claramente a influência marxista no pensamento de Bloch, onde o solo burguês faz com que o medo se apresente “como máscara subjetivista e o niilismo como máscara objetivista do fenômeno da crise”, o autor afirma que será trabalhoso a remoção do mesmo porque o medo provocado pelo solo burguês vai contra a esperança (*Ibidem*, p.15).

Outro ponto da filosofia de Ernst Bloch (2005, p. 79) é em relação aos sonhos, de onde surge o anseio por uma vida melhor porque todo ser humano é um ser de pulsões. O

autor afirma que “poucos são os desejos que não estão carregados de sonhos” e os sonhos não são o supérfluo da experiência humana. Numa rápida abordagem podemos dizer que Bloch os separa assim: sonhos diurnos, que surgem a partir de carências e necessidades e do querer supri-las. Da não-aceitação de privações e do desejo de uma vida melhor. Os sonhos diurnos são uma vontade consciente, um ideal e um desejo. É o sonho antecipador que quer mudar a realidade que se passa durante o dia, é um sonho desperto que está presente no cotidiano, cheio de realidade e ansioso por nova realidade que se expressa no desejo.

Já em relação aos sonhos noturnos, Bloch (2005, p. 81) afirma que eles podem ser incluídos no tema de sonhos com anseios de uma vida melhor, porém, com ressalvas. Algumas características que os sonhos noturnos possuem são: “movem desejos antigos, o eu adulto adormecido no sono está enfraquecido, não podendo censurar o que lhe parece inoportuno, estão cheios de representações inconscientes e o mundo exterior está bloqueado”.

Segundo Carvalho (2014), é “por isso, que quase nenhum sonho noturno é realização pura do desejo” porque no sonho noturno os desejos ainda estão disfarçados. Afetos expectantes e plenificados que indicam sempre uma intenção para frente, em que o seu contexto temporal é sempre o futuro, as pulsões básicas do ser humano, autopreservação e consciência antecipatória, são também, segundo Bloch, composições da dimensão da esperança.

A proposta da filosofia da esperança de Bloch, em suma, é o resgate desse conceito “da passividade da tradição platônica e cristã, recuperando assim o sentido positivo da utopia e dos sonhos portadores de uma vontade atuante” que é capaz de mudar a realidade mediada por “uma *práxis* de viés marxista (Carvalho, M. 2014, p. 22).

2.2. Conceito e definição de Risco

Risco é uma palavra que depende do seu contexto para ser entendida. Porém, o significado que predomina é a possibilidade de que algo possa acontecer. Risco é uma ameaça ou perigo de determinada ocorrência. Correr o risco é estar vulnerável e passar por uma circunstância arriscada que pode provocar uma consequência.

Segundo Brüseke (2007), em toda a situação “de contexto discursivo” que faz observações sobre “consequências negativas futuras de uma variedade praticamente ilimitada de fenômeno e processos” aparece sempre a palavra risco (Brüseke, F. J. 2007, p.71).

2.2.1 Conceitos Psicológico do Risco

Segundo Lima (1998), a psicologia cognitiva é a área que primeiro se envolveu nos estudos sobre o risco. Por estar sempre relacionada a uma tomada de decisão, o conceito de risco sempre teve sua origem associada a questões económicas porque era a forma de trazer uma orientação para determinadas tomadas de decisão em determinadas ações. Segundo a autora,

A teoria da utilidade esperada (Von Neumann e Morgenstern, 1947) e a sua extensão, a teoria da utilidade subjectiva esperada (Savage, 1954), eram as duas grandes referências para a tomada de decisão racional. Resumidamente propõem que para decidir entre diferentes alternativas de acção é necessário: 1) listar as diferentes alternativas disponíveis; 2) para cada acção, listar todas as suas consequências; 3) para cada consequência avaliar a sua utilidade (grau de atracção ou de evitamento associado à sua ocorrência) e a sua probabilidade subjectiva (a probabilidade de ocorrência uma vez a acção tomada); 4) calcular a utilidade subjectiva de cada consequência multiplicando a probabilidade subjectiva pela utilidade; e 5) somar todas as utilidades subjectivas das consequências para cada curso de acção para obter a sua utilidade subjectiva esperada. A opção com valores mais elevados seria a mais recomendável, mas este modelo racional de tomada de decisão tem-se mostrado fraco predictor das tomadas de decisão humanas, e os psicólogos cognitivos tentaram contribuir para compreender porquê (Lima, M. L. 1998, p. 13).

Nos anos 70 surge uma forma de analisar as avaliações de probabilidades, através de um programa de pesquisas desenvolvido por Tversky e Kahneman. Eles mostraram que quase sempre “avaliamos a probabilidade utilizando heurísticas ou atalhos” (*Ibidem*, p.13). Por exemplo:

[...] tendemos a sobrestimar a probabilidade de ocorrência de acontecimentos que experienciámos recentemente, os quais são fáceis de imaginar e de lembrar (e. g., Lichtenstein et al., 1978) — heurística da disponibilidade; tendemos a ignorar as probabilidades anteriores dos acontecimentos e a dimensão das amostras em que baseamos as nossas avaliações — heurística da representatividade. A consequência da utilização destas heurísticas é que obtemos estimativas de probabilidades de acontecimentos que estão por vezes incorrectas, mas que nos permitem ultrapassar falhas de informação e tomar decisões na vida de todos os dias. Esta visão da cognição humana teve claras consequências na análise da forma como os leigos pensam acerca dos riscos: sendo a avaliação de probabilidades um conceito-chave na avaliação de riscos, a perspectiva destes autores mostra que os não especialistas reduzem esta tarefa complexa a uma avaliação simples, chegando a resultados que são enviesados de forma previsível (Slovic et al., 1974). Esta abordagem da forma como os leigos pensam o risco encontra-se, portanto, ainda muito enquadrada num quadro referencial normativo: supõe-se ser possível avaliar os riscos de forma exacta, mas a mente humana nem sempre faz esta avaliação da forma mais correcta. (Lima, M. L 1998, pp.13,14).

A perspectiva psicométrica, também conhecida como percepção de risco, foi uma forma de tentar analisar “as pessoas que pensam nos riscos que ocorrem, mas recorrendo a dimensões mais qualitativas, em vez do habitual recurso à estimativa de probabilidade”.

Começaram com um estudo em que Fischhoff, Slovic e Lichtenstein (1978) pediam a sujeitos a avaliação de uma série de tecnologias em dimensões como o grau de conhecimento existente sobre a tecnologia, o controlo percebido sobre a ameaça e a voluntariedade da exposição.

Este estudo foi depois replicado pelos mesmos autores (Slovic et al, 1980; Slovic, 1987) e repetido um pouco por todo o mundo (Keown, 1989; Gardner & Gould, 1989; Bastide et al., 1989; Vlek e Stallen, 1981; Lima, 1994), mostrando um padrão semelhante de resultados: os leigos classificam os riscos que correm de forma previsível, e que se podem resumir com recurso a três grandes dimensões: a primeira opção riscos incontrolláveis e fatais e riscos controláveis e com consequências menos graves; a segunda opção riscos vistos como desconhecidos, com efeitos invisíveis e a longo prazo, a riscos mais familiares e com consequências visíveis a curto prazo; e, por fim, a terceira dimensão prende-se com o número de pessoas expostas a este risco (*ibidem*, p. 14).

Segundo Lima (1998), essa pesquisa mostrou que é possível calcular e “prever” como os seres humanos pensam a respeito do risco.

Fazendo uma abordagem do ponto de vista da psicologia social da percepção do risco, Lima (1998) afirma que Glynnis Breakwell (1996) trouxe uma proposta para que se entendessem os riscos a partir de cada contexto. Para ele, quando uma situação é identificada como perigosa pelos técnicos e essa situação chega até as pessoas, esse processo já se caracteriza como um processo social. Segundo Lima, a percepção de risco é compreendida como psicossocial e “ela não pode ser compreendida sem consideramos a sua associação com outras representações significativas para os sujeitos e sem consideramos também o posicionamento social desses mesmos actores sociais”. Ou seja, “o contexto social em que ele é produzido” é muito importante.

Outro fator preponderante nessa análise é a relação do risco e medo (Lima, M. L. 1998, p. 16). A autora afirma que

O conceito de risco percebido é tradicionalmente concebido numa perspectiva cognitiva. Contudo, e ainda na minha opinião, a percepção de riscos tem muito mais a ver com medo do que com uma estimativa correcta de probabilidades. As dimensões clássicas encontradas nos estudos psicométricos sobre a percepção de riscos (controlabilidade, nível de conhecimento) podem ser facilmente identificadas na literatura sobre stress (Lazarus e Folkman, 1984. apud, Lima, M.L 1998 p. 16).

A partir de uma pesquisa feita com pessoas expostas ao risco, Lima identifica fatores interpessoais na percepção do risco. Foi feita uma comparação entre as percepções de risco em duas áreas com diferentes probabilidades de um tremor de terra acontecer. Segundo a autora, a área de maior risco objetivo (Açores) tinha maior “consciência da ameaça” do que a

área “de menor risco sísmico (Lisboa)”, ou seja, havia uma relação do risco subjetivo com o risco objetivo. Porém, os mesmos indivíduos que mostravam uma maior “consciência” em relação à ameaça, viam o risco de um tremor de terra “como mais controlável e conhecido pelas populações e pelos cientistas, percebiam o nível de auto-eficácia na minimização dos efeitos de um sismo e manifestavam-se mais otimistas quanto à sua ocorrência no futuro” (*Ibidem*, 16).

Mostrando outro estudo a partir de entrevistas com cidadãos do Algarve que residiam em uma área de risco de “um conjunto de barragens existente no rio Arade”, a autora afirma que “quanto mais próxima a casa estava da barragem, maior o risco objetivo”, o morador dessa região está mais exposto, logo, o tempo de se salvar é muito pequeno. Porém, foi notado neste estudo, tal como no estudo anterior, que quanto “um maior risco objetivo (viver muito perto da barragem) estava associado a uma maior consciência da ameaça e a uma menor estimativa de probabilidade de rebentamento da barragem”. Lima (1998) afirma que essas diferentes exposições aos riscos estão ligadas ao nível cultural: “Residentes de alto risco manifestam níveis mais elevados de otimismo e uma maior percepção de controlo de que os moradores da zona mais segura”.

Usando o modelo teórico de Shelley Taylor que

propõe que o bem-estar pessoal e a saúde mental dependem em grande parte da percepção de controlo sobre o meio, de uma visão positiva do próprio e de uma perspectiva otimista sobre o futuro, e que estas percepções são, em muitos casos, ilusórias. Em condições de consciência da ameaça pessoal, tais ilusões cognitivas se tornariam mais salientes e permitiriam gestão da situação através da percepção de um aumento dos recursos pessoais e da diminuição do risco percebido. Assim, a minimização deste risco percebido pode ser entendida como uma estratégia de sobrevivência psicológica a situações de ameaça continuada, modelo que tem sido preferencialmente aplicado na área da saúde. Contudo as hipóteses deste modelo não se limitam a este tipo de aplicações e, no âmbito da psicologia do ambiente, esta perspectiva de explicação intra-individual tem-se mostrado heurística (e. g., Lehman e Taylor, 1987 como citado em Lima, M. L. 1998, p. 18).

Maneiras variadas para tentar diminuir “estratégias cognitivas” são fatores presentes no estudo mostrado porque a cognição de cada indivíduo age para enfrentar as ameaças. Para finalizarmos este tópico da visão sobre o risco na perspectiva da psicologia, Lima (1998, p. 22) faz uma excelente abordagem a respeito dos “factores ideológicos na percepção de riscos” que “influenciam a cognição ambiental”. Segundo a autora, existem duas maneiras de “conceber o ambiente”. São elas: “valores sociais e visões da ciência diferentes”. Essas duas concepções têm como apoio as “identidades sociais”. Lima afirma que

[...] a uma representação da natureza como algo de frágil, com um equilíbrio delicado e facilmente perturbado, está associada uma forte crença em valores ambientalistas (comunhão com a natureza, conservação das paisagens, por exemplo), a identificação com o grupo dos activistas ambientais e uma visão da ciência como socialmente construída e culturalmente determinada. Uma outra visão da natureza salienta as capacidades humanas para dominar as forças naturais e para gerir eventuais problemas ambientais. Esta última visão da natureza está associada ao apoio a valores sociais mais tradicionais e egoístas (sucesso, poder, ambição), a identificação com grupos políticos de direita e uma visão mais positivista da ciência (*ibidem*, p.22).

Logo, a partir desses estudos, as pessoas que têm a mesma percepção de ver a natureza como algo frágil, têm também um entendimento a respeito do risco aliado às ações por parte da tecnologia e da espécie humana em comparação com os indivíduos que demonstram mais “confiança no engenho humano”. Este ponto de vista mostra que são muito importantes “factores de nível ideológico na compreensão da percepção de riscos (*Ibidem*).

2.2.2. Conceito Filosófico do Risco

Com a obra *A Sociologia do Risco* (1992), Niklas Luhmann é um dos principais teóricos a respeito do Risco. Nesta abordagem sobre o risco ele afirma que é a oportunidade da sociologia voltar à sua principal função: alarmar a sociedade. O autor apresenta importantes questões para essa abordagem. Segundo Luhmann, grandes culturas desenvolveram muitas formas para enfrentar diferentes problemas que poderiam surgir em determinadas situações. Porém, não havia uma determinada palavra para as consequências e também não existia uma necessidade como temos nos dias atuais em denominá-la como risco. Mesmo sem denominar as consequências, o ser humano sempre enfrentou as incertezas do futuro. Entretanto, o autor afirma que

Sin embargo, en la mayoría de los casos se confiaba en la adivinación, que si bien no podía proporcionar una certeza confiable, garantizaba de cualquier manera que la decisión propia no suscitara el enojo de los dioses o de otras fuerzas numínicas, habiéndose asegurado, en misteriosos acuerdos relativos a la denominación del orden cósmico de las cosas. En ocasiones, el complejo semántico del pecado (de la conducta violatoria de los ordenamientos religiosos) ofrece un equivalente funcional en la medida en la que puede servir para explicar cómo se produce la desgracia (Luhmann, N. 1992, p. 30).

Diferentemente, segundo Luhmann, no comércio marítimo da Antiguidade, já havia um saber sobre o risco, mesmo existindo crenças religiosas e divindades a respeito da proteção. Porém, quando se tratava dos financiadores das viagens e os navegantes, eles se

valiam de “asseguradoras”. O autor destaca que até mesmo na antiguidade não cristã faltava um saber desenvolvido em relação às tomadas de decisão. Dessa forma, a palavra risco é parte da cultura moderna. Então o que é o risco? Segundo Acevedo e Vargas (2000), Luhmann entende que a visão racionalista a respeito do risco é insuficiente. A tradição racionalista define da seguinte maneira, que o risco é

[...] una decisión que tal como se puede prever, se lamentara mas tarde en el caso de que ocurra un daño que se esperaba evitar. El cálculo de riesgos se trata de un calculo temporal. En relación con un futuro incierto, debiera encontrarse un fundamento seguro para las decisiones. El daño puede ser evitado. Sin embargo, pueden aceptarse acciones riesgosas, que por lo tanto impliquen un daño, siempre y cuando este se justifique de acuerdo a su magnitud y probabilidad de ocurrencia (Acevedo, A. e Vargas, F.2000 p. 150).

A partir do que Luhmann (1992) chama de “observação de segunda ordem” é que o autor faz sua definição do conceito de risco. Segundo David (2011), por essa ótica, Luhmann (1992) afirma que assim “afasta a investigação de considerar o risco a partir de seus problemas práticos, como as preocupações em como melhorar o cálculo do risco ou maneiras de evitar danos”. Logo, esta definição rastreia “um fenômeno de contingência múltipla” que dá a possibilidade do observador ter vários “pontos de vista para realizar esta tarefa” (David, M.L 2000 p. 33). Para o “observador de primeira ordem”, o risco é oposto de segurança, um conceito binário, é uma observação “de primeira ordem” para garantir mais segurança e uma melhor informação.

Em Luhmann, há uma relação inversa entre racionalidade e risco. Para o autor, quanto mais se tem conhecimento dos riscos, mais informações e mais complexas são as prevenções em relação ao futuro e maiores as incertezas. Logo, existe muito maior risco. Não são possíveis ações que estejam isentas de riscos. A respeito disso, a economia pensa ao contrário. Do ponto de vista do futuro como risco, Acevedo e Vargas (2000) afirmam que Luhmann (1992) entende que

Al pasado se le puede traer a la memoria y en cambio al futuro no se le puede anticipar. Al intentar anticiparse identificando las causas, se encuentra una multiplicidad de circunstancias, de manera que la inseguridad se multiplica a medida que se intenta aclarar el futuro. La evaluación del riesgo se complica porque depende del tiempo en que se lleva a cabo. Posteriormente a la toma de decisiones no se entiende por que se adopto una actitud tan riesgosa o se actuo con tanta precaución. Distinguir entre el pasado, el presente y el futuro ya no queda dentro del calculo racional porque, según Luhmann, se tiene que calcular con "demasiadas condiciones sistémicas posibles". En la medida en que se reconoce que no se tiene el tiempo suficiente para conseguir la información necesaria, las posibilidades de racionalizar las decisiones se ven reducidas. Sin embargo, la sociedad depende cada vez mas de las decisiones y se le da mayor importancia al futuro. Las posibilidades de selección son ahora mayores y las decisiones le otorgan mas valor a la información (Acevedo, A. e Vargas,

F. 2000, p. 151).

Luhmann afirma que é característico das sociedades modernas apresentar o futuro como risco e que os séculos XIX e XX são guiados pela racionalidade. Constatar que o futuro é a representação de risco faz com que cada vez se fique mais dependente da tomada de decisão porque “traz consigo a necessidade de apontar responsabilidades quando ocorrem consequências ruins”. A partir disso, “Luhmann (1992) diagnostica grandes dificuldades em atribuir os riscos às instâncias de decisão”. Já em relação às consequências “não desejadas”, o autor diz que “dificultam a atribuição dos riscos, pois são limitações inerentes às tentativas de controlar a causalidade.” Para Luhmann, as atribuições do risco perdem sua função a partir do momento que ela assume questões e “funções secundárias”. E quais são as questões secundárias? “Chamar atenção da opinião pública, estimular protesto ou gerar ressentimentos”. Características presentes na sociedade moderna (David, L.M. 2000, pp. 36,37).

Outra abordagem a respeito do risco que queremos mostrar neste trabalho é feita por Anthony Giddens, autor do livro *As consequências da modernidade* (1991). Giddens faz sua abordagem com um olhar específico para a modernidade. A primeira abordagem na teoria de Giddens é o que ele chama de “desencaixe dos sistemas sociais”. Segundo o autor, esse desencaixe acontece quando há um “deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço” (Giddens, A. 1991, p.24). Giddens afirma que existem alguns desencaixes enraizados no desenvolvimento das instituições sociais modernas. O primeiro, que ele chama de “*fichas simbólicas*”, é o dinheiro e que é para ele é um dos principais exemplos “dos mecanismos de desencaixe associados à modernidade. O dinheiro é fundamental para o desencaixe da atividade econômica moderna” (*ibidem*, p. 28). O segundo é que o autor chamou de “*sistemas de perito*” que, segundo ele, são “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje” (*Ibidem*, p. 30).

Giddens enquadra o sistema de perito como desencaixe porque,

[...] em comum com as fichas simbólicas, eles removem as relações sociais das imediações do contexto. Ambos os tipos de mecanismo de desencaixe pressupõem, embora também promovam, a separação entre tempo e espaço como condição do distanciamento tempo-espaço que eles realizam. Um sistema perito desencaixa da mesma forma que uma ficha simbólica, fornecendo “garantias” de expectativas através de tempo-espaço distanciados. Este “alongamento” de sistemas sociais é conseguido por meio da natureza impessoal de testes aplicados para avaliar o conhecimento técnico e pela crítica pública (sobre a qual se

baseia a produção do conhecimento técnico), usado para controlar sua forma (*Ibidem*, p. 31).

David (2011) esclarece muito bem essa questão que Giddens levanta a respeito da remoção das relações sociais das imediações do contexto. Segundo o autor, “a retirada das relações sociais de seu contexto imediato produz grandes repercussões para o perfil dos riscos”. David assinala que Giddens, baseando-se em Beck (1992), afirma que “quanto à sociedade de risco, os riscos não obedecem às divisões de classe ou fronteiras nacionais” nem à distinção social entre “ricos ou pobres”. A questão é que a globalização do risco mostra uma transformação no seu desígnio. Segundo David, surgiu também “mudança” no tipo de local da atuação dos riscos. (David, L.M. 2011, p. 38). Giddens (1991) delineou as características dos riscos na modernidade assim:

Globalização do risco no sentido de intensidade: por exemplo, a guerra nuclear pode ameaçar a sobrevivência da humanidade. 2. Globalização do risco no sentido da expansão da quantidade de eventos contingentes que afetam todos ou ao menos grande quantidade de pessoas no planeta: por exemplo, mudanças na divisão global do trabalho. 3. Risco derivado do meio ambiente criado, ou natureza socializada: a infusão de conhecimento humano no meio ambiente material. 4. O desenvolvimento de riscos ambientais institucionalizados afetando as possibilidades de vida de milhões: por exemplo, mercados de investimentos. 5. Consciência do risco como risco: as "lacunas de conhecimento" nos riscos não podem ser convertidas em "certezas" pelo conhecimento religioso ou mágico. 6. A consciência bem distribuída do risco: muitos dos perigos que enfrentamos coletivamente são conhecidos pelo grande público. 7. Consciência das limitações da perícia: nenhum sistema perito pode ser inteiramente perito em termos das conseqüências da adoção de princípios peritos (Giddens, A. 1991, pp. 111,112).

Os quatros primeiros tópicos, segundo autor, são formas que modificam “a distribuição objetiva do risco”. O três últimos são os que modificam a experiência do risco ou o que Giddens (1991) chama de “percepção dos riscos percebidos”.

Para finalizarmos, é importante mostrarmos aqui a relação que Giddens faz a respeito de risco e confiança. Segundo ele, a confiança não está acoplada ao risco, mas sim à contingência. Ela também não está ligada à falta de poder e sim à falta de informações concretas, “é derivada da fé”, “um dado refém da moral à fortuna”, é “crença na credibilidade de uma pessoa ou sistema”. No contexto da modernidade, Giddens afirma que

[...] a confiança existe no contexto de: (a) a consciência geral de que a atividade humana — incluindo nesta expressão o impacto da tecnologia sobre o mundo material — é criada socialmente, e não dada pela natureza das coisas ou por influência divina; (b) o escopo transformativo amplamente aumentado da ação humana, levado a cabo pelo caráter dinâmico das instituições sociais modernas. O conceito de risco substitui o de fortuna, mas isto não porque os agentes nos tempos pré-modernos não pudessem distinguir entre risco e perigo. Isto representa, pelo contrário, uma alteração na percepção da determinação e da contingência, de forma que os imperativos morais humanos, as causas naturais e o acaso passam a reinar no lugar das cosmologias religiosas. A idéia de acaso, em seus sentidos

modernos, emerge ao mesmo tempo que a de risco (*ibidem*, p. 36).

Como força redutora dos perigos, a confiança está entrelaçada com o risco. Porém, em certos momentos os riscos estão presentes nas estruturas da confiança. Quando acontece isso, o autor afirma que o risco é calculado, citando como exemplo esportes com alto risco físico ou investimentos financeiros. O risco não está presente só nas ações individuais, há também riscos nas ações coletivas, como é o caso dos desastres ecológicos, afirma o autor.

Não poderíamos deixar de apresentar aqui o conceito de risco de Ulrich Beck, um dos principais teóricos desse trabalho. Faremos uma breve abordagem aqui, porém, na terceira parte deste trabalho continuaremos com uma abordagem mais ampla a respeito do conceito de risco. Aqui abordaremos apenas pontos introdutórios a respeito do conceito de risco. Em primeiro lugar, Beck afirma que o risco é um “estádio intermédio entre a segurança e a destruição, e a percepção dos riscos ameaçadores determina o pensamento e a ação”. Além disso, os riscos atuam tanto na dimensão local como global. (Mendes, J.M. 2016, p. 24).

Segundo Rego (2016), para Beck o risco tem “uma natureza multidimensional na sua análise sociológica e é frequentemente utilizado, sem uma estrita distinção conceptual, como referência a fenómenos que designam perigos ou ameaças”. O autor afirma que, quando Beck (2006) diz que “estar em risco é a característica mais importante da humanidade do século XXI” isto significa que a sociedade moderna vive “num contexto marcado pela desconfiança, devido a eclosão de desastres cujo os impactos não podem ser previstos em sua totalidade” (Rego, B. 2016, p. 15). O risco é “uma forma sistemática de lidar com os perigos e as incertezas produzidos e introduzidos pela própria modernização” (Beck 1992:21 apud Rego, B. 2016, p.17). Ampliando o conceito de risco em Ulrich Beck, o autor faz mais uma explanação sobre o assunto:

O risco é a abordagem moderna para prever e controlar as consequências futuras da acção humana, as várias consequências imprevistas da modernização radicalizada. É uma tentativa (institucionalizada), um mapa cognitivo, para colonizar o futuro (Beck 1999a: 3. apud, em Rego, B. 2016, p. 17).

E a sociedade moderna está impondo alguns riscos de amplitude global, ou seja, riscos que podem atingir toda espécie humana. O avanço da ciência e da tecnologia, que promoveram o desenvolvimento econômico nas sociedades ocidentais, contribui para o surgimento de novos riscos. Como já dissemos anteriormente, para Beck, o risco é algo presente na sociedade moderna e, segundo Areosa (2008), foi por isso que Beck chamou a sociedade actual de Sociedade de Risco. Areosa afirma que

Para Beck, o risco está vinculado a uma determinada deslocação da ordem, é uma fractura que transporta ameaças latentes de maneira desarticulada e oculta. A sociedade de risco impõe-se quando os sistemas de segurança e as normas da sociedade industrial fracassam; verifica-se que as promessas de protecção perante os perigos não conseguem resolver os problemas, nem tomar decisões. A convivência quotidiana com o medo e com a insegurança converte-se para uma esfera biográfica e política. A noção de risco para Beck (1992) está associada a uma etapa precisa do processo de modernização, incorporando a dimensão da incerteza, embora o autor não negue a existência do conceito de risco noutros períodos da história. Está também ligado aos danos produzidos pelo processo civilizacional (modernização). A nova noção de risco preconiza três discontinuidades com o passado: 1- A cobertura ou extensão (do local para o global); 2- A magnitude dos danos (do parcial para o total); e, 3- O horizonte temporal das ameaças (do presente para o futuro) (Areosa, J. 2008, p.8).

Entendendo a presença de risco em épocas anteriores, para lá da amplitude alcançada pelo risco na época moderna, Beck faz uma diferenciação importante. Segundo ele, a palavra risco, na Idade Média, era entendida como coragem e aventura, e, além disso, eram riscos pessoais, ao contrário dos riscos da Idade Moderna que são ameaças globais e que atingem não só a “saúde da natureza e do ser humano”. As consequências atingem também os campos social, político e económico. Beck afirma que “En la sociedad del riesgo surge así a impulsos pequeños y grandes el potencial político de las catástrofes” e conclui dizendo: “la sociedad del riesgo es una sociedad catastrófica. En ella, el estado de excepción amenaza con convertirse en el estado de normalidad”. (Beck, U. 1998, p. 30)

CAPÍTULO III

A NECESSIDADE DE UMA FILOSOFIA DA ESPERANÇA E DO CONCEITO DE RISCO PARA OS FUTUROS POSSÍVEIS NO ANTROPOCENO

Na segunda parte desse trabalho fizemos algumas abordagens a respeito da Filosofia da Esperança de Ernst Bloch e do conceito de Risco de Ulrich Beck. A partir de agora faremos uma abordagem mais ampla sobre esses dois conceitos. A nossa intenção aqui é mostrar que, tanto em Ernst Bloch quanto em Ulrich Beck, existem possibilidades de escolha de outros futuros possíveis no Antropoceno. Ambos são pensadores voltados para a ação. Bloch com seu dinamismo e confrontação com o passado e um olhar nas perspectivas dos futuros possíveis, Beck com sua Modernidade Reflexiva, indo por um caminho mais sócio-político. O que une os dois? A tese de que o futuro está em aberto e, logo, existe a possibilidade de construção de outros futuros no Antropoceno.

Poderão esperança e risco contribuir como orientação metodológica e crítica para superação dos desafios de uma época cheia de instabilidades como é o Antropoceno? Na tentativa de responder a essa pergunta iniciaremos com os pontos principais da Filosofia da Esperança de Bloch e em seguida usaremos o conceito de Risco de Ulrich Beck.

3.1. FILOSOFIA DA ESPERANÇA DE ERNST BLOCH

Antes de nos adentrarmos no pensamento de Ernst Bloch, precisamos deixar claro aqui que não queremos explorar a influência marxista em sua filosofia da esperança. A nossa intenção aqui é somente apresentar a forma como o autor entende o conceito de esperança. A superação do medo através da esperança é um dos pontos principais da Filosofia da Esperança de Ernst Bloch. Como mencionámos anteriormente, a esperança não está vinculada a um estado passivo e inerte como está o medo. Muito pelo contrário, o esperar e a esperança não estão presas a nada e se movem a partir de si mesmas para incentivar as pessoas na busca de um futuro melhor.

A esperança, de facto, abre um leque de futuros possíveis? É a partir de alguns pontos da filosofia da esperança de Bloch que procuraremos responder a essa questão. Segundo Bloch (2005 p. 49), todo ser humano tem em si o que ele chamou de **consciência antecipadora**. O autor fundamenta essa teoria afirmando que nós somos seres “ardentes e

incisivos” e, por isso, temos em nós um estado de urgência. Bloch afirma que “ninguém escolheu para si esse estado de urgência: ele está conosco desde que existimos e pelo fato de existirmos”. Porém, não é possível sentir isso. Somente quando isso sai de nós é que “é percebido como uma urgência muito vaga e indefinida”. A exteriorização dessa **urgência** se mostra como a tentativa de “almejar alguma coisa”.

Logo, isso passa a ser um **ansiar**, que segundo o autor, é a única condição sincera que os humanos possuem. Este ansiar não é tão vazio quanto a urgência, porém, se direciona “para fora de si” e não age como a urgência que “fica revolvendo as coisas” nem tão pouco “vagueia solto” e tem como características ser ávido e impaciente. Entretanto, esse ansiar não pode “se fixar em si mesmo”. Caso isso aconteça, não encontrará sentido e nunca conseguirá ser saciado.

Nos dando uma explicação mais ampla sobre esse ansiar, Bloch afirma que:

Para tanto, o anseio deve primeiro rumar claramente em direção a algo. Estando assim determinado, ele para de dar golpes para todos os lados ao mesmo tempo: torna-se um *buscar* [*Suchen*] que tem e não tem o que busca, uma atividade direcionada para um alvo. O seu rumar-para dividi-se desde sempre conforme aquilo para o que está direcionado. Torna-se, portanto, esta ou aquela *pulsão* [*Trieb*] que poderia ser individualmente denominada. Esse conceito, sem dúvida muitas vezes embotado e coisificado de forma reacionária, tem o mesmo sentido de *necessidade*. Mas, como a palavra *necessidade* não evoca da mesma forma a atividade direcionada para um alvo, sejam mantidos a palavra e o conceito *pulsão* entendidos de modo não embotados. Ele sempre preenche algo, mediante algo exterior, um vazio, algo de que carece o almejar e ansiar, algo que falta. (*Ibidem*, p.50).

A pulsão pode esfriar-se na medida em que é saciada no alvo que outrora foi projetado para alcançar, isso tudo se dá, segundo o autor, por conta do nosso desejo antecipatório na busca da satisfação.

O **desejar**, outro estado que o ser humano pode sentir, é analisado por Bloch como algo que tem uma amplitude bem maior do que os outros estados citados até aqui. Porque, para ele, esse estado é um estado inquieto, que está cheio de intenções e que busca o melhor, o ideal. “O desejo é interesseiro é o modo pulsão, a melodia da pulsão que provoca o querer, que lhe entoa o que ele deve querer. Desejos nada fazem, mas eles dão forma e retêm com especial fidelidade o que deveria ser feito” (*Ibidem*, p. 51). O autor enfatiza que dificilmente existem desejos que não estão carregados de sonhos. Não queremos adentrar, ainda, nessa parte tão importante do pensamento blochiano sem antes falarmos da **fome**.

A fome é uma das principais pulsões, segundo Bloch. O autor afirma que o homem, em certos momentos da vida, pode até viver “sem desfrutar do amor”, porém, uma pessoa que está com fome, “que há dias nada come, realmente, foi levada à situação mais antiga da nossa

existência e a torna visível. À desgraça do faminto é dado crédito” (*Ibidem*, p.68). Segundo o autor, estão ligadas à fome “a privação e o desejar”, onde o estômago é o primeiro local a receber algo que o tire dessa situação e isto não pode demorar muito tempo. Porto (2016) afirma que Bloch (2005) compreende “a fome enquanto a pulsão mais elementar e confiável (mais que a libido freudiana), pois ela é o impulso de autopreservação mais evidente e universal do ser humano” (Porto, D. 2016, p. 199). Como Bloch define autopreservação? Para o autor, ela é

Em última instância, o apetite de proporcionar condições mais adequadas e apropriadas ao nosso si-mesmo e desdobrar-se, este si-mesmo que começa a se construir por meio da solidariedade e enquanto solidariedade. Instauradas essas condições por meio delas se prepara o encontro consigo mesmo, que, de forma desconcertante, tem início em todos os fenômenos e obras que anunciam uma condição definitiva. Toda via, o nosso si-mesmo, com sua fome e os múltiplos desdobramentos ligados a ela, continuam sempre aberto, em movimento, ampliando-se (Bloch, E. 2005, p. 72).

Há uma ligação entre o indivíduo e o meio comunitário onde ele está inserido. Essa relação só se dá porque é impulsionada pela auto-preservação.

Tomando outra vez como ponto de partida a fome, Bloch (2005, p. 76) afirma que da fome não decorrem somente as “pulsões imediatas” e que dela podem proceder os afetos. Segundo o autor, existem os afetos de repulsão como a angústia, inveja, ira, desprezo e ódio. Existem igualmente afetos de atração como o agrado, magnanimidade, confiança, veneração e amor. Estes estão ligados ao “prazer e desprazer”, porém, podem estar ligados a “repulsão-desprazer, atração-prazer”.

Além dos que são “sentimentais contrários” mas que se unem como, por exemplo, a vingança quando expressada em forma de ódio, segundo Bloch, é doce, tanto quanto “a volúpia pela qual se descarrega o amor”. Porém, para o autor é importante classificar os afetos assim: “*plenificados* e afetos *expectantes*”. A vingança, a ganância e veneração são, segundo Bloch, afetos planejados. Estes “possuem uma intenção pulsional de curto alcance, cujo objetivo pulsional está disponível se não na respectiva acessibilidade individual, então no mundo já ao alcance da mão. Angústia, medo, esperança, fé, são afetos expectantes, estes “possuem uma intenção pulsional de amplo alcance, cujo objeto pulsional não está disponível na respectiva acessibilidade individual e tampouco no mundo ao alcance da mão, tendo lugar na dúvida de sua finalização ou de sua ocorrência” (*ibidem*, 76). Fazendo uma diferenciação entre esses dois afetos denominados pelo autor, eles se diferenciam assim:

Os afetos expectantes se diferenciam, tanto segundo o seu não-desejo quanto segundo o seu

desejo, dos afetos planejados pelo caráter antecipatório incomparavelmente maior de sua intenção, de seu conteúdo, de seu objeto. Todos os afetos estão associados ao propriamente temporal, ou seja, ao modo do futuro, mas enquanto os afetos planejados possuem apenas um futuro inautêntico, ou seja, um futuro em que nada objetivamente novo acontece, os afetos expectantes implicam essencialmente um futuro autêntico - justamente o futuro do ainda-não, do que objetivamente ainda não existiu desse modo (*ibidem*, p. 77).

A esperança está classificada por Bloch como um afeto expectante, e por isso, é a mais importante. A esperança não é passiva nem autodestrutiva e não fica imobilizada, como a angústia e o medo. A esperança está voltada para o horizonte cheio de amplitudes e um caminho claro para o objeto que quer alcançar. Para Bloch, a esperança é a mais humana de todas emoções, partindo sempre do ponto em que a fome é a pulsão central, e quando não saciada pelo alimento, faz com que o corpo se mova para uma mudança de situação, uma busca pelo pão.

Afinal, como afirma Bloch, as situações ruins são rejeitadas e o melhor que ainda não veio, uma busca por mudança de um estado ruim para um estado melhor, está presente em todo indivíduo que sofre uma privação, chamado por ele de **interesse revolucionário**. Nesse momento, o autor afirma que a “a auto-preservação se torna em auto-expansão”(*Ibidem*, p.78).

Segundo Porto (2016), essa auto-expansão ocorre “pois a fome não pode crescer infinitamente. Caso isso ocorra não resta ao ser humano outra coisa senão buscar alterar e superar a situação geradora da privação, sob risco de morte”. Aqui é o estado onde o indivíduo está sendo impulsionado “para o ainda-não, para o futuro melhor em suspenso”. O autor afirma ainda que nesse processo é onde os afetos expectantes começam a se desenvolver: “que são por sua própria natureza, de longo alcance, cuja realização não depende do ser individual, mas é por ele projetado, desejado”. A partir disso, todo esse processo faz com que o ser humano tenha seus sonhos diurnos (Porto, D. 2016, p. 201).

Os sonhos diurnos, segundo Bloch, são provenientes de “uma carência e querem se desfazer dela”. Além disso, todos esses sonhos “são sonhos de uma vida melhor”. Porém, o autor afirma que, entre esses sonhos diurnos, existem os sonhos “escapistas”, com caráter de fuga da realidade. Entretanto, os outros sonhos diurnos “ideais conservam a coragem e a esperança dos seres humanos” voltado para a realidade, com foco no real, sem se desviarem do objetivo, “encarando a sua evolução e seu horizonte” (Bloch, E. 2005, p.79).

Sendo os sonhos diurnos carregados de coragem, fazendo com que o ser humano não se desvie da realidade e desejando mudar o estado de privação para um estado melhor, Lima (2010), baseando-se em Bloch (2005), afirma que isso

[...] não ocorre mecanicamente por fatores biofisiológicos, mas por sua decisão sobre si próprio baseado nos seus sonhos – sonhos diurnos – o que o desnuda como ser de carência por algo que é possível materialmente de ser satisfeito e que se torna objeto do desejo, ou seja, é o desejo consciente de algo que ainda-não-é, mas que pode ser, pois, presente nos possíveis da realidade material. Portanto, o sonho diurno não é quimera, mas desejo que antecipa um futuro possível para o homem (Lima, I.B 2010, p. 82)

O desejo por um estado melhor está sempre presente nos seres humanos. Segundo Bloch, o indivíduo que está em estado de privação nunca imagina desistir de alcançar e saciar esse desejo. Muito pelo contrário, ele sonha que um dia esse desejo será alcançado. Sonha principalmente de dia, “não só à noite, já que o dia é o momento em que a privação e o desejar mais se fazem presentes e poucos são os desejos que não estão carregados de sonho” (Bloch, E. 2005, p.80).

Segundo Bloch, não é uma característica do sonho diurno ser um “ser opressivo”. Suas imagens não são fruto de “alucinações”. O autor afirma que a casa do sono desperto “só é mobilada com representações auto-escolhidas” pelo subconsciente. Além disso, no sonho diurno ou sonho desperto, “o eu se encontra cheio de vida e anseios”, não sendo um sonho infantil.

Para Bloch, quem porta os sonhos diurnos “está pleno de vontade consciente que permanece consciente para uma vida melhor” e isso faz com que “o herói dos sonhos diurnos” seja sempre “a própria pessoa adulta” (Bloch, E. 2005, p. 92). É no sonho diurno que todas as censuras “do senso moral” são eliminadas pela força dos desejos que é própria dele. Para Bloch, o eu do sonho desperto tem a capacidade de ser amplo e as suas particularidades são projetadas para alcançar o coletivo, tudo para concretizar o desejo de um mundo melhor.

A busca pelo mundo melhor é uma das características que mais se destacam nos sonhos despertados. Segundo Bloch,

Nos sonhos diurnos, os ideais assumem forma exterior imediatamente, num planejado mundo melhor ou ainda num mundo esteticamente elevado, sem desilusão. O próprio Freud dá aos sonhos diurnos, nesse ponto, um acento próprio: eles se tornam, ao contrário de um acordo, ao mesmo tempo prelúdio do sonho noturno e prelúdio da arte: *Eles são a matéria-prima da produção poética, pois dos seus sonhos diurnos o poeta cria, mediante certas modificações, disfarces e renúncias, as situações que emprega nas suas novelas, romances, peças de teatro (Vorlesugen, 1922, p. 102)*. Toda via, o sonho diurno, em seus aspectos comuns, estende-se na sua dimensão tão larga quanto profunda, não sublimada e sim concentrada, na sua dimensão utópica. E ela coloca o mundo melhor igualmente como o mais bonito, em imagens completas, como a terra não comporta ainda. Planejando ou dando forma, em meio a necessidade, dureza, crueza, banalidade, são abertas luminosas janelas para o longe. O sonho diurno como prelúdio da arte visa assim, de maneira especialmente significativa, à melhoria do mundo; é esta aspiração saudável e realista que constitui seu cerne (*Ibidem*, pp. 95,96).

É o sonho diurno aberto para o mundo, que não se priva e que não preenche seus desejos com coisas fictícias. Na verdade, o desejo é seu impulso até ser concretizado.

Os sonhos, em Bloch, de fato são vistos como realização de desejos. Diferentemente do sonho desperto, e esse acontece antes do sonho desperto, o autor faz uma explanação a respeito dos sonhos noturnos. Na questão do anseio por uma vida melhor, os sonhos noturnos têm uma pequena parcela de significância, já que os sonhos noturnos são sonhos “desejantes”. O sonho noturno tem algumas características de suma importância e não poderíamos deixar de apresentá-las. Essas características fazem com que os desejos se transformem em alucinações:

Primeiro, no sono o eu adulto está enfraquecido, não podendo mais censurar o que lhe parece inoportuno. Segundo, da vigília e de seu conteúdo restam apenas as chamadas sobras do dia, isto é, representações associativas bastante inconscientes, às quais a fantasia onírica se incorpora. Terceiro, em conexão com o eu enfraquecido, o mundo exterior - com suas realidades e propósitos práticos - está bloqueado. O eu retorna ao eu da infância de modo que aparece, em primeiro lugar, o mundo impulsivo totalmente sem censura do tempo de criança ou, melhor formulado, como no tempo de criança. Freud enfatiza desse modo: “Todo desejo onírico tem origem infantil, todos os sonhos trabalham com material infantil, como emoções e mecanismos psíquicos infantis”. Além disso, na medida a tendência contrária do real sensível cessa pelo bloqueio do mundo exterior, os ideais desejados adquirem força e espaço psíquicos suficientes para se elevarem a condição de alucinação (Bloch, E. 2005, p. 81).

Segundo Bloch, o sonho noturno, com o eu moral que censura algumas realidades, ele quase nunca consegue ser uma realização concreta do desejo, isto porque neles os desejos ainda estão disfarçados, assim sempre necessita de interpretação.

O sonho noturno não oferece uma livre escolha, além de constante alucinação. Neles não existem planeamentos, suas ideias estão longe das ideias práticas, cheios de devaneios além de se nutrirem “geralmente da vida impulsiva que ficou para trás, de material imaginário passado, quando não arcaico, e não acontece nada de novo sob o clarão de lua descoberta” (*Ibidem*, p. 89). Para Bloch, jamais podemos atribuir uma subordinação do sonho desperto para com o sonho noturno, isto porque o sonho noturno é ocioso, inerte, de ego debilitado, tem o que é exterior bloqueado e um grau de censura imposta pelo ego moral muito grande. O autor enfatiza que o sonho noturno tem um “caráter opiáceo”.

3.1.2. O Ainda Não Consciente

Vimos no tópico anterior a diferenciação que Bloch faz entre os sonhos noturnos e sonhos despertos. Porém, o autor não se limita somente a fazer essa diferenciação qualitativa.

Partindo do ponto em que o sonho desperto tem em si uma natureza antecipadora voltada para o futuro, Bloch vai mais além em sua tese sobre o conceito do inconsciente. Se o sonho noturno tem um caráter de um **não-mais-consciente**, os sonhos despertados têm um inconsciente voltado para futuro e não são subalternos do passado. É nesse olhar do sonho desperto para o futuro que temos o que o autor chama de o **ainda-não-consciente**. Bloch o define assim:

O ainda-não-consciente é assim unicamente o pré-consciente do vindouro, o local psíquico de nascimento do novo. E se mantém pré-consciente sobretudo porque nele se encontra um conteúdo da consciência que ainda não se manifestou nela de forma clara, que ainda está alvorecendo a partir do futuro. Conforme o caso, pode ser até mesmo um conteúdo que vai surgir objetivamente no mundo. É dessa forma com todas as situações produtivas que estão na origem de coisas que nunca existiram antes. Este é o espírito do sonho para a frente, este espírito repleto do ainda-não-consciente como forma de consciência de algo que se aproxima. O que o sujeito aqui fareja não é bafio de porão, mas o ar da manhã. (Bloch, E. 2005 p. 117).

Com esse mover-se para o futuro, além do seu conteúdo repleto do que é novo deixando o passado para trás, o autor usa como exemplo a juventude, em que o estado criativo e o desejo ininterrupto por mudança estão presentes continuamente, além desse aspirar por “alvoreceres para frente” (*Ibidem*, p.117).

Segundo Reis (2018), o olhar de Bloch para esta etapa da vida dos humanos não é com a intenção de resumi-la “apenas à ordem descritivo-antropológica”. Segundo o autor, o olhar de Bloch, quando analisa o ainda-não-consciente nessa etapa da vida humana, serve para uma definição de “parâmetros de uma consciência que se comporta de modo ativo”, em que o estado de imaturidade é substituído pela maturidade buscando novos padrões para sua vida: “Juventude e mudança de época têm uma grande relação” (Reis, T. 2018, p. 104). Todas as épocas de mudança, afirma Bloch, “estão repletas, até sobrecarregadas com o *ainda-não-consciente*” (Bloch, E. 2005, p.119).

Com relação ao *novum*, ao que é vindouro, Bloch faz uma explanação a respeito do seu começo, das características psicológicas que abrangem a **produção criativa**. É o momento em que o ser humano transpõe as “barreiras da consciência ali estabelecidas”. Segundo o autor, há três estágios na produção criativa, o primeiro é a **incubação**, que é o estado antes de se descobrir o novo, onde há expectativas e “ocorre um opinar veemente, que tem em mira o que se está buscando, um estágio de escuridão, mas com forte propensão a se dissipar”. Segundo Bloch, a incubação é “um nevoeiro psíquico”, muitas vezes um estado desagradável e incômodo (*Ibidem*, pp.122,123): “É o prelúdio da criação do que ainda não

encontrou o seu enunciado definitivo” (Reis, T. 2018, p. 105). Porém, de repente, esse estado é iluminado e se torna um mais claro, logo, deixa de ser curto, muitas vezes sem voz, surgindo assim a **inspiração**. Segundo Reis (2018),

Não devemos, contudo, entender a *inspiração* como um lampejo divino, algo que, luminosamente, despencaria sobre nós, de cima para baixo. Em conformidade com o que temos dito até agora, esse segundo momento da produção criativa deve ser compreendido como uma espécie de *coincidência* entre “uma predisposição específica e genial, isto é, criativa, com a predisposição de uma época para propiciar o conteúdo específico, cuja expressão se tornou madura para ser enunciada” (BLOCH, 2005, p. 124). Portanto, o surgimento do *novum*, desencadeado pelo espanto da inspiração, dependerá do encontro, muitas vezes fortuito, das condições subjetivas de enunciação e das possibilidades reais latentes no âmago da objetividade: a *inspiração* é o encontro entre a demanda criativa e a tendência objetiva da época, “ela é a centelha que acende essa concordância”. (Reis, T. 2018, p.106)

O último estágio da produção criativa é a **explicação**. Estágio esse que, segundo Bloch, é muito “doloroso” e “trabalhoso” (Bloch, E. 2005, p.125). É na explicação que, tanto incubação como inspiração, irão alcançar, segundo Reis, “uma linguagem efetiva e abrangente, fazendo com que o ainda-não-consciente seja abarcado pela realidade objetiva” (Reis, T. 2018, p.107).

A esperança não é um conceito negativo e, como afirma Vieira, não nasce do sentimento da importância humana. Muito pelo contrário, sua manifestação ~~se dá~~ dá-se “no próprio movimento do sujeito para o ainda-não-consciente” fazendo uma confrontação com “os antagonismos e contradições do presente” (Vieira, A.R. 2007, p.7).

3.1.3. A Esperança Como Afeto Expectante Positivo

Com o olhar para o futuro, uma busca por um mundo melhor e a restauração de tudo aquilo que está em declínio, o sonho por um mundo transformado é a esperança para Bloch. O autor enfatiza ainda: “A falta de esperança é, ela mesma tanto em termos temporais quanto em conteúdo, o mais intolerável, o absolutamente insuportável para as necessidades humanas” (Bloch, E. 2005, p. 15). É a esperança que guia o ser humano na busca pelo que ele deseja. Nela estão contidas as possibilidades, um buscar, um enfrentamento contra as adversidades da vida, contra o medo e angústia.

O afeto expectante dá força e impulso aos sonhos despertados porque estes afetos têm características que sempre pendem para uma intenção antecipadora. Segundo Bloch, e como já dissemos anteriormente, sua intenção é sempre o futuro. A esperança é um afeto expectante

positivo.

Porém, existem os afetos expectantes de conteúdos negativos, como a angústia e o medo. E é contra esses afetos negativos que a esperança luta. Segundo o autor, angústia e medo podem tornar-se uma paixão, assim como a esperança, pela abrangência que tem e de que o ser humano projeta nela. Segundo Bloch, a angústia não tem uma visão definida “diante de si” nem mesmo em seu entorno. Além disso, é um “sentimento vacilante não só na sua expressão corporal mas também quanto ao seu objeto” (*ibidem*, pp. 111,112). A sua origem decorre da sensação de abandono, mesmo tendo algumas reações perante um estado de adversidade. Segundo o autor, “situações de perigo como a angústia da morte” são “subjetivas e regressivas” (*Ibidem*, p.112). Já o medo pode transformar-se em estado de horror seguido por desespero porque ambos contêm um carácter de expectativa e, nesse caso, expectativa com aspecto que surpreende de maneira negativa.

Indo contra esses afetos expectantes negativos, encontram-se os afetos expectantes positivos: esperança e confiança. O nosso foco maior aqui será na esperança. Segundo Bloch (2005), é a esperança “que frustra o medo” e a confiança vai de contra ao desespero. De acordo com o autor, a esperança é “um dos afetos mais exatos”. Porquê? Bloch afirma que a esperança não muda muito, tem poucas variações em suas características e intenções “de correção e acuidade lógico-concreta”. Isto lhe é peculiar, pois não existe essa característica nos afetos expectantes negativos. (*Ibidem*, p. 113).

A esperança está ligada à ação, é ela que conduz o indivíduo ao alvo. Ela não é só um ato contra a angústia,

[...] mas também, não obstante seu caráter de afeto, à memória,. Trata-se de uma relação com um processo e um conjunto conceitual puramente cognitivo que de resto não é próprio de nenhum afeto. E em relação à angustia, e mesmo ao nada do desespero, ela se comporta como um poder de tal modo determinado que se pode afirmar: a esperança afoga a angústia. Nenhuma “análise existencialista” da esperança jamais poderá desvendá-la como uma “determinação antecedente para morte”, caso se trate realmente de uma análise do *existere* e não do *corrumpere*. A esperança se projetou, em vez disso, justamente no momento da morte, como orientada para luz e a vida, como aquela que não cede a última palavra do fracasso. Assim, ela de fato tem o conteúdo intencional do “ainda há salvação” no seu horizonte (*Ibidem*, p. 113).

A esperança enfrenta o medo mesmo sabendo que o final seja incerto. Porém, ressalta bem o autor, o estado de incerteza do medo é diferente do estado de incerteza da esperança. A esperança não é passiva. Muito pelo contrário, ela é inquieta, gestora de ações, uma abertura para o novo que enfrenta tudo que é insuportável, criadora de possibilidades objetivas. Bertolini (2016), fazendo uma análise da esperança em Ernst Bloch, afirma que, por

isso, a esperança vai de contra ao medo, porque a amplitude do medo não é a mesma da esperança. A esperança tem “um campo aberto para realizações”. Já o medo, “ao invés de investir contra seus causadores, os alimenta”, eliminado assim de uma vez até o que poderia vir a fazer com que ele cessasse. Como, para Bloch, a realidade não está parada e “determinada”, mas sim em constante processos de mudanças e de “elaboração”, a esperança triunfa nesse confronto de afetos negativos e positivos (Bertolini, B. O. 2016, p. 53).

3.1.4. Esperança e as Possibilidades

A esperança faz com que o indivíduo pense a respeito do meio em que vive. Como afirmamos no tópico anterior, Bloch mostra que a esperança está voltada para o futuro e para o mundo das possibilidades. Para Bloch, existem muitas coisas no mundo que ainda estão inconclusas e que ficariam assim se o mundo estivesse encerrado. Segundo Bloch,

Nenhum objeto poderia ser reelaborado conforme o desejo se o mundo estivesse encerrado, repleto de fatos fixos ou até consumados. No lugar deles, há apenas processos, ou seja, relações dinâmicas, nas quais o existente dado ainda não é completamente vitorioso. O real é processo e processo é a mediação vastamente ramificada entre o presente, o passado pendente, sobretudo o futuro possível (Bloch, E. 2005, p. 194).

Diante de todo esse processo, toda realidade pode ser transformada, todas as realidades estão repletas de possibilidades e todas as possibilidades não estão completas ou concluídas.

Há dois pontos importantes dos processos de ocorrências na realidade que estão frente às possibilidades: o **possível real** e o **objetivamente possível**. Segundo Bloch, o objetivamente possível é aquilo que, de alguma maneira, pode ser deixado de lado ou anulado quando se tem pouco conhecimento a respeito “das condições dadas”, onde sua “ocorrência pode ser cientificamente esperada” (*Ibidem*, p. 195). O possível real é “o mais relevante dentro desse contexto”. É “tudo aquilo que cujas condições ainda não estão integralmente reunidas na espera do próprio objeto” por estar ainda em um processo de crescimento, onde as “novas condições” virão para que seu acontecimento ocorra num “novo real” (*Ibidem*, p. 195).

Segundo Bloch, quando o ser passa por transformações e permite ser modificado, é aí que ele se mostra como algo que “ainda-não está-concluído, tanto na sua base quanto no seu horizonte”. Ou seja, está tudo em aberto, onde as coisas podem de fato acontecer e o possível real possa vir a ocorrer. É quando as coisas não ficam somente na consciência e passa a ter a possibilidade de se tornar algo concreto. Como a realidade não é algo que está encerrada e sim

cheia de possibilidades, o autor afirma que nada pode vir de contra esse processo, nada pode ser “objeção absoluta” contra esse processo que ele chama de Utopia. Poderá vir, enfatiza o autor, somente contra as “utopias mal feitas”, aquelas que não têm objetivos, sem mediações e sem um horizonte definido “que divagam” de maneira abstrata. Porém, com a “utopia concreta” isso não pode acontecer por seu rumo ser um rumo com direção certa, porque o seu processo acontece na realidade mediada pelas possibilidades.

Na filosofia de Bloch, a esperança não é vista como algo passivo. Nela existe o sentido utópico e sonhos que têm, como conteúdo, práticas e vontades para mudar uma realidade. Isso leva-nos a entender, repetindo mais uma vez, que os processos no mundo ainda não estão encerrados. Esse **tornar-se** ou **poder vir a ser** é o processo de construção em que a esperança atua para combater o que é oposição à sua realidade. A esperança tem um caráter contingente da realidade. Carvalho (2014), quando faz sua abordagem a respeito da esperança e possibilidades em Bloch, afirma que

Sendo a esperança este olhar aberto fixamente adiante (no horizonte em formação), o prognóstico deve “retornar” ao presente trazendo a visualização das condições materiais objetivas para sua realização, evitando tanto reduzi-la a uma visão idealista do futuro quanto invertê-la ideologicamente como conformidade e resignação. Ao contrário, a esperança deve ser o que cede margens que possibilitam uma real crítica ao presente, uma régua de medição de suas possibilidades (Carvalho, M. 2014, p. 22).

A esperança sobressai às dificuldades do seu tempo presente. É resistente à ação do tempo. Onde nada mais possa acontecer, onde nada mais é possível, aí não habita esperança e a vida está parada. A esperança tem sua tendência voltada para o futuro, tendência essa que é a possibilidade, como afirma Carvalho (2016). A autora responde à questão “em que consiste a possibilidade?”, citando Bloch quando diz que

[...] o propriamente dito do ser humano e no mundo ainda está para acontecer, está na expectativa, encontra-se sob o medo de ser frustrado, na esperança de ser bem-sucedido. Aquilo que é possível pode tanto se tornar um nada quanto um ser: um possível, não sendo totalmente condicionado, é o não consumado. (Bloch, E. 2005, p. 243. *apud*, Carvalho, M. 2014, p. 24).

Logo, a possibilidade não fica fora das ocorrências da realidade. Muito pelo contrário, ela se instrumentaliza na expectativa de sua “eclosão em um dado tempo e lugar”. Para Bloch, é na realidade que a possibilidade realiza-se da melhor forma. A possibilidade tem **as** suas potencialidades fortalecidas pela experiência e, além disso, é na possibilidade que

o que é real se torna cada vez mais real. “A esperança não tem outro direito se não sua força de se tornar realidade. Essa força é medida pela potência que tem a possibilidade em querer existir”. É nesse processo que o homem precisa colocar a sua “vontade ativa”(Carvalho, M. 2014, p.25).

3.2. O Conceito de Risco de Ulrich Beck

Depois de uma análise em relação as catástrofes que ocorreram no século XX, catástrofes históricas como a Primeira e Segunda Guerra Mundial, os campos de concentração de Auschwitz, bombardeamento atômico em Nagasaki, contaminação química de Bhopal e o acidente nuclear em Chernobyl, Beck ressalta que é preciso um olhar cuidadoso para essas questões peculiares da história mundial.

Segundo o autor, até esse momento, violências, miséria e outros sofrimentos que os humanos causavam a outros seres humanos estavam apenas em uma condição de “*os outros*”, os quais Beck aponta: “Os judeus, os negros, as mulheres, os refugiados políticos, os comunistas, etc.” (Beck, U. 1998, p.11, tradução livre). Segundo Beck, nessas ocasiões havia fronteiras, tanto reais quanto simbólicas, que poderiam tirar quem de facto não foi atingido ou afetado. Beck enfatiza que tudo isso, depois do desastre em Chernobyl, deixou de existir. Chegou o final dos “*outros*” e não existe mais a possibilidade de se distanciar das catástrofes e dos perigos.

Na era moderna, os perigos da contaminação atômica atingem a todos. Nessa nova era existe um poder, tanto cultural quanto político, que faz vir a baixo todas as áreas que antes tinham proteção, além da supressão de todas as diferenciações da modernidade. Ou seja, estamos vivendo numa Sociedade de Risco.

O ponto central da teoria de Beck são os aspectos da sociedade de risco que reagem às consequências negativas dos processos de industrialização e modernização. Segundo o autor, o risco é a nova base organizadora da sociedade. Mendes (2015), analisando a teoria de Beck (1998), afirma que, para Beck

As consequências do desenvolvimento científico e industrial são um conjunto de riscos que não pode ser contido espacial temporalmente. Ninguém pode ser diretamente responsabilizado pelos danos causados por esses riscos, e aqueles afetados não podem ser compensados, devido à dificuldade de cálculo desses danos. Além dos riscos ecológicos, assiste-se uma precarização da desigualdade social e de incerteza quanto as condições de emprego, tornando-se exposição aos riscos generalizada. O risco é para Beck, um estádio

intermédio entre a segurança e a destruição, e a percepção dos riscos ameaçadores determina o pensamento e a ação. No risco o passado perde o seu poder de determinar o presente (Mendes, J.M. 2015, p.24).

Essa perda de força do passado para tentar determinar o presente deriva da “imprevisibilidade dos perigos sociais e da ambivalência das medidas de proteção. Desse modo, os novos perigos globalizados destroem os pilares do cálculo convencional de segurança”, afirma o autor (Ribeiro, R. L. 2007, p.278). Ribeiro enfatiza que na modernidade as pessoas mudaram a sua forma de agir. Quando se pensa numa solução para determinado problema, estas mesmas soluções já não servem mais.

Segundo Beck, os riscos não são uma criação da Idade Moderna. Para explicar esse ponto o autor usa exemplo das viagens de Cristovão Colombo que, em busca de novas terras, aceitou os riscos. Porém, nesse caso, eram “riscos pessoais” que não tinham em si uma amplitude global, ao contrário “das ameaças que surgem para toda humanidade com a fusão nuclear e o armazenamento de lixo atômico” (Beck, U. 1998, p. 27, *tradução livre*). Para o autor, nesse contexto, a palavra risco significava “coragem, aventura” e não uma possibilidade auto-destrutiva de toda vida terrena, como acontece agora na sociedade moderna.

Segundo Rego (2016 p.18), Beck faz uma diferenciação entre as três fases da Modernidade. São elas: “a Sociedade pré-industrial (sociedade tradicional), sociedade industrial (Primeira Modernidade) e Sociedade de Risco (Segunda Modernidade)”. Em todas existiram e existem riscos. Porém, o poder dos riscos contemporâneos com seu alcance e sua dimensão global fazem com que Beck denomine a Segunda Modernidade de Sociedade de Risco.

Segundo Beck, a dimensão dos riscos não se restringe apenas à saúde dos humanos e da natureza, além disso, existem

[...] los efectos secundarios sociales, económicos y políticos de estos efectos secundarios: hundimiento de mercados, desvalorización del capital, controles burocráticos de las decisiones empresariales, apertura de nuevos mercados, costes monstruosos, procedimientos judiciales. En la sociedad del riesgo surge así a impulsos pequeños y grandes (en la alarma por el smog, en el accidente tóxico, etc.) el potencial político de las catástrofes. La defensa y administración de las mismas puede incluir una reorganización del poder y de la competencia. La sociedad del riesgo es una sociedad catastrófica. En ella, el estado de excepción amenaza con convertirse en el estado de normalidad (Beck, U. 1998 p. 30).

O principal foco da sociedade contemporânea é trabalhar na diminuição das consequências que os riscos podem produzir. Os riscos atingem, cedo ou tarde, quem os produz ou quem de alguma forma se beneficia deles. Segundo Beck (1998, p.44), os riscos

têm um “efeito social bumerang”, onde os ricos ou poderosos não estão em segurança frente a eles. O autor chama esse processo de “efeito socialmente circular de perigo”, que segundo ele, pode vir a se generalizar e que se dá quando o resultado da produção de um risco atinge tanto a vítima quanto o culpado. Beck afirma que um exemplo desse efeito é a guerra atômica, que elimina até o agente da agressão. Então,

Así pues, el efecto bumerang no tiene que plasmarse sólo en la amenaza directa de la vida, sino también en medios delegados: el dinero, las propiedades, la legitimación. Este efecto golpea no sólo al causador individual de una manera retroactiva directa; también implica a todos globalizando e igualando: la muerte de los bosques no sólo hace desaparecer especies de pájaros completas, sino que también reduce el valor económico de la posesión del bosque y de la tierra (Ibidem, p.44).

Assim, fica claro que os riscos da modernização têm uma dinâmica social que não os fazem pertencer a uma determinada classe social. A destruição sem freio causada pela modernização é feita com muita rapidez e com uma continuidade bem regular. Com isso, risco e riqueza podem ser distribuídos. Porém, o risco distribui os males e a riqueza os bens materiais, educação ou propriedade. Assim, diferente da riqueza, onde os bens são distribuídos em algumas classes, o risco (situação de perigo) é distribuído por todas as classes sociais.

Rego (2016), em sua análise ao conceito de Risco de Beck, faz uma observação importante sobre as características do risco contemporâneo. Segundo o autor, citando Beck (2006), a sociedade contemporânea trata de tentar administrar, combater e impedir possíveis catástrofes criadas por ela própria. Além disso, como o risco alcançou uma mobilidade muito grande depois dos avanços tecnológicos e científicos, além da destruição “dos recursos naturais” no mundo todo, afirma o autor, ela traz consigo outras características, são elas:

Deslocalização geográfica – As suas consequências não estão limitadas a uma determinada localização ou espaço geográfico. Os riscos contemporâneos não conhecem fronteiras e ultrapassam, na maior parte dos casos, o âmbito do Estado nação, acentuando a incapacidade deste para lutar sozinho contra as suas consequências; **Incalculabilidade** – As suas consequências são imprevisíveis e incalculáveis e os mecanismos de avaliação de risco que possuímos actualmente só nos permitem traduzir e calcular situações de risco sob a forma de probabilidade; **Não-compensabilidade** – Os possíveis efeitos gerados pelos riscos rompem com todos os esquemas de segurança e compensação criados pela Primeira Modernidade. A dimensão que as suas consequências podem atingir faz com que seja impossível determinar uma forma de compensação adequada; **Dimensão cumulativa no tempo** – O período de latência dos riscos faz com que as suas consequências efectivas não possam ser determinadas de acordo com um horizonte temporal estritamente definido (Rego, B. 2016, p. 24).

Risco é a probabilidade de ocorrência de um terminado evento. Isso dá-lhe uma

característica de ser imprevisível. Segundo o autor, na Sociedade de Risco, ao risco se agrega um “novo dado” que é a falta de capacidade dos próprios agentes encontrarem soluções que impeçam “às ameaças”.

Segundo Giddens, na “ideia de sociedade de risco” subtende-se que o mundo se tornou “mais perigoso”, porém, segundo o autor, isso não é “necessariamente verdade”, já que esta sociedade é uma sociedade onde a preocupação com o futuro e com a segurança é constante. É isso, afirma o autor, “que gera a noção de risco” (Giddens, A. 1998, p.27. *apud* Mythen, G. 2014, p. 140).

3.2.1 Modernidade Reflexiva

Já falámos dos riscos que estão presentes na era moderna. Porém, é importante voltar a referir aqui esse assunto. Beck (1998) fala sobre uma modernidade reflexiva, onde a própria sociedade produz riscos para si própria. Ou seja, ela cria um risco e depois reage frente a esse mesmo risco criado por ela e é obrigada a enfrentar esse processo, mesmo que seja positivo ou negativo.

Na modernidade reflexiva, o sentimento presente é de incerteza, volubilidade e reflexividade. A partir desse processo a sociedade industrial é suplantada e surge assim a sociedade de risco que provém das consequências do processo de modernização. Beck (1998, p.19, tradução livre) enfatiza que “a ganância pelo poder do progresso técnico-econômico se vê eclipsada cada vez mais pela produção de riscos” na modernidade.

Segundo Bosco e Ferreira (2016), “ao dinamizar-se reflexivamente, a sociedade de risco então remete à possibilidade e em certo sentido, à inevitabilidade da transformação”, Beck afirma, que a sociedade de risco é “um choque antropológico”. Dantes era uma sociedade que produzia riquezas e se destacava pelas diferenças de classe. Agora com a “racionalização social impulsionada” pela modernização “temos uma sociedade que se destaca por falta de segurança” (Bosco, E. e Ferreira, L. 2016, p. 237). Bosco e Ferreira ainda destacam pontos nesse processo de transformação da sociedade industrial para sociedade de risco. São eles:

Individualização reflexiva sustenta que, em virtude do melhoramento das condições gerais de existência e do desenvolvimento das instituições modernas, assistimos a uma desincorporação das identidades sociais. Como efeito derivado da construção do Estado de bem-estar social, dos progressos da ciência e do desenvolvimento das forças produtivas, inicia-se um processo de diversificação das condições de vida, que substitui aquelas da sociedade industrial (classe, família nuclear etc.) por outras, mais “flexíveis”,

individualizadas, logo, mais “arriscadas” (Beck; Beck-Gernsheim, 2002). **Modernização reflexiva** também – e essencialmente – significa “reforma da racionalidade”, a qual faz justiça à ambivalência histórica a priori em uma modernidade que está abolindo suas próprias categorias de ordenação (Beck, 1997, p. 47). A crítica da racionalidade está aqui dirigida à ultraespecialização do conhecimento científico. É a ultraespecialização, argumenta o autor, que está na origem da incontornabilidade dos efeitos colaterais, pois isola em laboratório resultados que, uma vez aplicados industrialmente, deixam de permanecer isolados, tornando-se mais complexos e imprevisíveis (*Ibidem*, p. 238).

Com a modernização sempre em progresso, surgem os riscos com um alcance globalizado que, segundo o autor, são percebidos pela sociedade como ameaça. Esse alcance globalizado é que faz surgir a sociedade de risco mundial.

Para Beck (1998, p.210, tradução livre), os riscos que são derivados da modernização estão cada vez mais consolidados. Eles provocam um conflito social “entre ciência, prática e vida pública” e isso resulta de uma “crise de identidade” que provoca “novas formas de organização e de trabalho, novos fundamentos teóricos e novos fundamentos metodológicos”.

Beck afirma que a ciência tem participação efetiva no surgimento dos riscos que ameaçam a humanidade. Segundo o autor, os problemas são criados pela aliança entre a esfera industrial e a esfera científica. A ciência identifica esses problemas, porém, ela também cria os meios de conhecimento para identificação desses problemas, ajudando a combater e a controlar essa ameaça que ela mesmo criou.

A impossibilidade de prever com exatidão os eventos de perigo é uma característica da sociedade de risco. Essa carência da sociedade de risco faz com que ela seja confrontada por ela mesma frente ao que cria. Os riscos são “um produto histórico, um reflexo das ações humanas e suas omissões” e também “expressão do grande desenvolvimento das forças de produção”, afirma o autor (Beck, U. 1998, p. 237, tradução livre).

Logo, como a sociedade de risco tem o poder de criar “as condições de vida social”, isso transforma-se num “problema e tema”. No primeiro momento tem uma característica negativa porque há uma obrigação de preservação contra os perigos. Em épocas anteriores os perigos que poderiam acontecer à humanidade eram atribuídos, muitas vezes, a fatores externos, “extra-humano” e natureza. Era uma época, como diz Beck, de ignorância. Porém, na sociedade de risco, o homem sabe de onde vêm os perigos: “as fontes de perigo estão no conhecimento”, estão sob as “decisões e restrições que foram estabelecidas na época industrial”. É uma era que superou a “tradição e o domínio da natureza” (*Ibidem*, p.237). Beck (1995) afirma que

A modernização reflexiva, enquanto modernização à larga escala, livre e transformadora da estrutura, merece mais do que a curiosidade filantrópica como uma espécie de nova criatura.

Esta modernização da modernização é também, politicamente, um fenômeno importante que requer a maior atenção. Por um lado, implica inseguranças profundas, difíceis de delimitar. Ao mesmo tempo, a modernização reflexiva abarca apenas um dinamismo de desenvolvimento que pode, por si só, ter consequências precisamente opostas. A isto se junta, em vários continentes grupos culturais, o nacionalismo, a pobreza em massa, o fundamentalismo religioso de várias facções e credos, as crises econômicas e ecológicas, as possíveis guerras e revoluções sem esquecer os estados de emergência produzidos por acidentes catastróficos; ou seja, o dinamismo conflituoso da sociedade de risco, no sentido mais restrito (Beck, U., Giddens, A. e Lash, S. 2000, p.5).

Para Beck (1995) é necessário que se faça uma diferenciação entre as crises, as transformações e revoluções sociais da modernidade reflexiva. Porém, a modernidade reflexiva pode contribuir para a intensificação dessas categorias convencionais da mudança social. Segundo Beck, como os riscos têm um alcance global que rompe várias fronteiras, tanto individuais quanto políticas, isso faz com que o indivíduo que está sob uma ameaça possa ser afetado e, ao mesmo tempo, participante como agente da ameaça. Assim “pode igualmente aparecer como auto-responsável”. Isso faz com que a sociedade de risco seja “tendencialmente uma sociedade autocrítica” (Beck, U., Giddens, A. e Lash, S. 2000, p. 11).

Segundo Rego (2016, p. 69), há um otimismo em Beck, por ver “a modernidade como um projeto histórico inacabado”. Na primeira modernidade “a ciência, a tecnologia e a política” demonstram-se incapazes de avaliar, controlar, gerir e criar soluções que confrontariam os riscos produzidos pela sociedade moderna, riscos esses criados pelos humanos a partir dos avanços científicos e da tecnologia. Além do “cenário de destruição evocado pela forma de possibilidade pelas ameaças ambientais e tecnológicas” como estamos enfrentando, isso nos projetou para uma “nova etapa no discurso histórico da Modernidade, a Modernidade Reflexiva”, onde se dá a consolidação dos fundamentos da primeira modernidade possibilitando assim de ser superada, sendo que “a reflexividade destes” fundamentos é um guia para uma autocrítica, onde poderão surgir “caminhos alternativos para o projeto moderno. Além disso, acrescenta o autor

A natureza global e transfronteiriça de algumas das ameaças ampliou-se de sobremaneira nas últimas duas décadas, ganhando cada vez mais força o conceito de Sociedade de Risco Global para caracterizar sociedades que se debatem com problemas tão graves à escala planetária e de tão difícil resolução como são, por exemplo, o terrorismo ou as alterações climáticas (*Ibidem*, p.69).

É por essa amplitude das ameaças que existem na sociedade de risco, que segundo o autor, a modernidade atual vive “num momento de impasse quanto ao seu próprio futuro”.

3.3. A importância da Filosofia da Esperança e do Conceito de Risco para Época do Antropoceno

Na primeira parte desse trabalho abordamos a época que o planeta Terra adentrou, o Antropoceno. Sabemos que o planeta Terra entrou nessa época por conta das ações humanas e seu poder de destruição do ambiente em que vive. A contaminação dos solos, rios, oceanos, destruição da camada de ozônio e o aumento do efeito estufa, que também levou o planeta a uma perigosa mudança climática global. Além da existência de fenômenos naturais como furacões, enchentes, avalanches e outros fatores como a destruição dos recursos naturais energéticos, banco de pesca, florestas, reservas de água potável, secas, desertificações, perda da diversidade biológica, urbanização descontrolada, aumento populacional, imigrações, conflitos bélicos, pobreza extrema de milhões de seres humanos e consumo exarcebado.

Como pudemos observar, os problemas da nova época não se restringem ao campo do meio ambiente somente. Muito pelo contrário, os problemas são políticos, econômicos e humanitários. A partir de tudo isso surge um sentimento de instabilidade e de incerteza em relação ao futuro da espécie humana e do planeta Terra. Está o planeta Terra caminhando para o seu fim? É o fim da espécie humana na terra? A espécie humana conseguirá encontrar uma saída para todos esses problemas que ela mesmo criou? A partir daqui mostraremos a importância da Filosofia da Esperança de Ernst Bloch e do conceito de Risco de Ulrich Beck para os desafios do Antropoceno.

Anteriormente mostramos os principais conceitos da Filosofia da Esperança de Ernst Bloch com um foco maior sobre a questão da esperança. É a partir desses pontos que veremos a importância da Filosofia da Esperança para essa atual época.

Para Bloch, não há na esperança um espírito apático, inerte e sem ação. A esperança não é um afeto passivo e faz com que o indivíduo não fique preso nem à estrutura biológica nem a estrutura histórica dele mesmo. Muito pelo contrário, ela constrói um leque de possibilidades no presente, sendo crítica também para com ele.

Segundo Carvalho (2014, p.21), “ao defender a esperança como *práxis* diária, Bloch resgata o sentido positivo da utopia contra os detratores do sonho distribuídos nas fileiras do niilismo e do pessimismo”. Se o Antropoceno é uma época de pessimismo quanto ao futuro, esse pensamento pessimista precisa ser descartado frente ao “conteúdo ativo” que é a esperança. A esperança é também uma “função utópica positiva” que

Dessa forma, a utopia torna-se um elemento da atividade humana orientada para o futuro, um *topos* da consciência antecipadora e força ativa dos sonhos diurnos. Esse *topos* utópico é possível pelo fato de que o mundo não é um lugar fechado, ou processo acabado, porque possui horizonte aberto e cheio de possibilidades “ainda-não” realizado. Tudo no mundo é movimento e agitação, às vezes, em estado de latência, às vezes, revolucionário. (Sousa, R. B. 2011, p. 153).

Se o mundo não está fechado e nem é um processo acabado, onde há um horizonte aberto, é a prova que a vida é cheia de coisas não concluídas e que ainda estão em processo. Logo, se nessa época, o dado existente são as ações antropológicas da espécie humana que estão causando instabilidades no mundo, mesmo assim, o mundo não está totalmente fechado e realizado. Como o mundo não é um “monte de fatos fixos, perfeitos e acabados” existe a possibilidade de uma reorganização a partir de “novos desejos” (Costa, M.F.T. 2009, p. 6).

Outra questão do conceito de Esperança de Bloch para a época do Antropoceno é que, segundo Bloch, a esperança é consciente e fundamenta-se no conhecimento das possibilidades reais. Logo, quando o indivíduo tem a percepção de que o mundo está em uma determinada situação e que poderia estar em uma situação bem melhor, faz nascer no indivíduo a busca e a esperança de uma vida melhor.

Se, na época do Antropoceno, o sentimento presente é o medo, Bloch, em sua filosofia, coloca a esperança acima do medo. Se há falta de esperança, Bloch afirma que a falta de esperança é o mais intolerável e insuportável para as carências humanas. A Filosofia da Esperança de Bloch orienta-nos a olhar para o passado de forma a entender o presente em busca de um futuro melhor e evitar opções desastrosas. Se a expectativa é de fracasso, o ato de esperar é apaixonado pelo êxito.

Quando se fala na época do Antropoceno, o que causa assombro é saber que as consequências das atividades humanas no planeta Terra estão afetando, e afetarão, a própria espécie humana. Segundo Hans Jonas seria importante que toda a sociedade adotasse o princípio de responsabilidade. O autor afirma que é importante que a sociedade “aja de modo a que os efeitos de sua ação sejam compatíveis com a permanência de uma vida autêntica sobre a Terra” (Jonas, H. 2006. *apud* Susin, F. P. 2017, p.53).

O autor também enfatiza que é preciso que a sociedade entenda que os efeitos das ações no presente poderão prejudicar as futuras gerações. Somos responsáveis por aqueles que ainda não existem, mesmo por “aqueles que não temos laços afetivos” (Susin, F.P. 2017, 56), pois eles também têm o direito a viver.

Segundo Bloch, a esperança por sua falta de passividade, abre um leque de possibilidades dentro do presente vivido. Com a sua vontade repleta de desejo por ação, “no

horizonte em formação”, sempre terá uma tentativa de impedir ou aprovar os próximos passos na direção do futuro. A esperança olha para a presente época e vê um processo que pode ser mudado porque, para a esperança, “a própria realidade ainda não foi elaborada, que ela contém em sua margem coisas que se avizinham, que estão irrompendo” (Bloch, E. 2005, p.195). É nesse espaço em aberto que a esperança se lança e direciona sua força e desejo porque há outras possibilidades e alternativas. O mundo está em constante devir

[...] e onde não se encontram pontos de apoio na natureza que flui (e não permanece), qualquer ponto que se tome do espaço infinito pode ser um começo e uma direção. Este relativismo é extremamente positivo para a esperança, se a entendermos como um esforço seletivo, o qual deve manter sua força de convencimento mediante um estudo mais aprofundado da realidade atual que aponte a mais forte tendência do futuro (Carvalho, M. 2014, p.24)

Logo, nas margens do Antropoceno é que a esperança vê as possibilidades para outras realidades possíveis no futuro. Se há um desejo na esperança na busca por um estado melhor, e na própria esperança um desejo em se tornar realidade, então tudo está no espaço do possível e nada está definido.

Além do mundo estar nesse constante devir, todo o ser humano possui uma consciência antecipadora. Como afirma Bloch, temos desejos, pulsões, um estado de urgência que sempre esteve conosco desde o nosso nascimento. A fome, uma das principais pulsões do ser humano, faz surgir o impulso da autopreservação e esta busca um estado melhor para si mesma. Da fome também pode surgir o que o autor chamou de afetos, afetos expectantes e afetos planejados. O afeto expectante tem como base principal o seu caráter antecipatório que se projeta para um futuro autêntico.

A esperança nada mais é que um afeto expectante que olha para o presente Antropoceno, analisa a situação e projeta uma saída. Ela está voltada para um horizonte repleto de amplitudes e projeta um caminho direcionado para o objeto que deseja alcançar. Devido a esses processos, tanto os que acontecem no mundo como os que acontecem no ser humano, é por isso que a filosofia da esperança nos mostra as possibilidades de outros futuros. Mesmo que esse futuro em aberto seja incerto, como dissemos anteriormente no tópico da esperança como afetos expectantes, segundo Bloch, a esperança sempre nos guiará para o novo.

O medo que a época do Antropoceno gera não é amplo como é a esperança. Como diz o autor, a esperança tem um campo aberto para as realizações na realidade que não está encerrada e determinada. Ela tem em si possibilidades e, por isso, a filosofia da esperança nos

guia através desta época de instabilidades com possibilidades de outro futuro. Se o medo é um afeto negativo presente no Antropoceno, a filosofia da esperança nos guia para os afetos positivos que sempre triunfam frente ao medo.

Falar de transformação na época do Antropoceno pode parecer com um desejo impossível de ser alcançado ou desejo dotado de ingenuidade. Quando analisamos as instabilidades provocadas pelas ações humanas no mundo em diversas áreas, parece que não há alternativas de mudança, o que nos leva a um estado de conformismo, pois o mundo parece estar num estado irrevogável.

Se formos levados por esse conformismo, ele destruirá os sonhos, as utopias e as esperanças. Porém, a Filosofia da Esperança de Ernst Bloch orienta-nos com seu sopro de esperança que é fundamental para as carências dos seres humanos. Ela nos mostra que não pode existir um futuro sem sonho, sem esperança, sem a criação na própria realidade que assim fará desenvolver uma possibilidade que pode tomar forma concreta.

Bloch mostra-nos que as utopias têm como princípio básico a esperança e são formadas por sonhos que têm um caráter antecipador, o que nos leva sempre para a frente, cheios de vida e anseios e com uma amplitude repleta de desejos para concretizar e atingir seu alvo. Segundo Bloch, é nesses sonhos que surge a aspiração de um mundo melhor, com o inconsciente voltado para o futuro. À espécie humana, que na presente época do Antropoceno se sente derrotada, a filosofia da esperança aponta que

Ainda não está decidido o que há de emergir: o que agora é pântano pode vir a ser drenado. Redobrando-se a coragem e o saber, o futuro não virá como fatalidade sobre o ser humano, mas o ser humano virá sobre o futuro e ingressará nele com o que é seu. Aqui o saber, que necessita da coragem e, sobretudo da decisão, não pode assumir a forma mais comum do saber habitual, a forma contemplativa, pois o saber meramente contemplativo se refere forçosamente ao que já está concluído e já passou, não tem mais meios diante de coisas presentes e é cego para o futuro (Bloch, 2005, p. 196).

É preciso acontecer uma transformação e não só uma contemplação do mundo. Se aplicarmos esse princípio à época do Antropoceno poderá surgir um olhar voltado para um novo caminho em frente. Um caminho contrário ao sentimento escatológico porque aponta a um horizonte de outros futuros possíveis, bem diferente do que essa época se propõe em estabelecer, que é um mundo fadado ao fracasso que construiu seu próprio fim. É importante lembrar que Bloch estende a crítica do único modo do saber, saber contemplativo, aos filósofos também, citando Marx: “os filósofos não fizeram mais que interpretar o mundo de diferentes formas; trata-se, porém, de transformá-lo” (*Ibidem*, p. 271).

Porém, a filosofia da esperança alerta-nos para uma importante questão: segundo Bloch (*Ibidem*, p. 203), é importante entender que “no caminho paro o novo, geralmente, ainda que não sempre, deve-se proceder passo a passo. Nem tudo é possível e executável a qualquer hora: condições ausentes não só atrapalham como também chegam a impedir”. Com isso, podemos observar, que a filosofia da esperança não traz uma metodologia de um milagre repentino para a transformação da atual época que o mundo adentrou. Ela pode conduzir metodologicamente para uma construção de possibilidades de novos caminhos.

A filosofia da esperança traz um ponto importante que nos serve de guia à presente época. Essa orientação surge a partir do que Bloch chamou de “os estratos da categoria *possibilidade*”. O autor apresenta esse conceito da seguinte maneira:

Quantas vezes algo se apresenta de tal modo que pode ser, ou até, de tal modo que possa ser diferente do que havia até ali, razão pela qual algo pode ser feito a respeito. Isso porém não seria possível sem o possível dentro dele e anterior a ele. Estamos diante de um campo vasto que, mais do que nunca, tem de ser inquirido. O fato de um poder pronunciar e pensar num pode-ser [*Kannsein*] não é de forma alguma uma coisa óbvia. Há ainda algo em aberto, que pode ser concebido diferentemente do que até agora, que pode ter suas medidas invertidas, pode ser amarrado de modo diferente, pode ser alterado. Onde não se pode mais nada e onde nada mais é possível, a vida parou (*Ibidem*, p. 221).

Até mesmo o processo de construção de outros futuros frente a um problema enfrentado, este também não está encerrado, não é uma coisa absoluta, porque também se encontra na categoria do **pode-ser**, e é justamente por isso que chamamos aqui futuros, no plural, para mostrar o dinamismo que a esperança tem em si mesma. Ela é um **pode-ser** não encerrado, a sua amplitude é que faz ser criada várias possibilidades e recomeços, avanços, a própria dinâmica do processo aponta que suas medidas podem ser invertidas, alteradas. O **pode-ser**, que é parte do dinamismo da esperança, aponta o possível e é desse possível que a sociedade poderá se socorrer para os desafios frente à época do Antropoceno.

Como essa dinâmica impulsiona o possível, a sociedade não ficará inerte frente a um caminho que parece está encerrado. Até mesmo se as alternativas criadas não tiverem sucesso, ela recriará outras, até encontrar uma saída que a eleva para um estado de uma vida melhor.

Frente ao **possível real**, o que pode se tornar concreto na realidade, Bloch afirma que nada poderá vir contra ele, justamente pela amplitude de possibilidades existentes na realidade. Se os desafios do Antropoceno se apresentam como uma objeção absoluta, e sabemos que não é, porque nada no mundo está encerrado, por outro lado, a utopia concreta que tem como princípio básico a esperança se mostra como uma direção certa. Não como algo sem rumo ou sem horizonte definido porque seus processos sucedem na própria realidade

orientados pelas possibilidades e, por isso, não fica vagando de maneira obscura.

A amplitude do medo provocado pelos desafios do Antropoceno, que aparentemente mostra que não há uma saída, não tem um alcance como a amplitude da esperança. Se o medo é contraposição da esperança, a esperança é a suplantação e superação do medo e é essencial para as necessidades humanas. A esperança mostrada na obra de Bloch não é uma esperança voltada para o além que mostra um futuro em direção ao nada. Ao contrário, mostra um horizonte que suplanta o estado atual e rumo a um estado melhor. Bloch acrescenta:

Sem força de um eu ou nós por detrás, até mesmo o ato de ter esperança se torna insípido. Na esperança consciente-ciente não há debilidade, mas uma vontade determinada: é assim que tem de ser, assim há de ser. Nela, o traço do desejo e da vontade irrompe energeticamente o intensivo na superação e nas transcendências. Seu pressuposto é um caminhar firme, uma vontade que não se deixa preterir por nada já existente: esta firmeza é seu privilégio. Esse ponto singular, em que o sujeito pode se postar e a partir do qual ele reage, é assim caracterizado, abstratamente, na autoconsciência estóica: quando o mundo desabar, o homem permanecerá impassível entre as ruínas (Bloch, E. 2005, p. 146).

Ter a esperança como princípio orientador das ações humanas é que faz da filosofia da esperança uma importante atitude para a desafiadora época do Antropoceno. A filosofia da esperança tem em si um anseio de tentar mostrar uma melhor maneira de se pensar o futuro. E qual seria a melhor maneira para isso? É pensar o futuro com esperança. Com uma leitura diferente da sociedade, porém, trilhando no mesmo caminho em mostrar que essa época atual tem um vasto horizonte de possibilidades.

Demonstrando a mesma importância para essa época, o conceito de Risco de Ulrich Beck mostra-se tão importante quanto a Filosofia da Esperança de Ernst Bloch. Vejamos porquê.

O conceito de risco apresentado por Beck demonstra uma sociedade, como vimos anteriormente, que tem como característica principal as imprevisibilidades causadas pelos riscos que ela mesmo criou através do processo de modernização. Na época do Antropoceno, época de crise ecológica, o conceito de risco nos mostra como a sociedade lida com as imprevisibilidades e incertezas que ela mesmo criou, incertezas e instabilidades que têm uma amplitude global.

Essa sociedade moderna faz com que os riscos sejam normalizados, fazendo assim as suas consequências e os seus efeitos passarem despercebidos. Segundo Beck, os riscos na sociedade moderna são difíceis de serem identificados, precisando assim da ajuda de agentes científicos para identificação dos mesmos. Isso conduz a dois impulsos: surpresa e negação. Segundo Instone (2015), baseando-se na teoria de risco de Beck, a surpresa acontece quando

as coisas que faziam bem, certos alimentos ou atividades cotidianas, passam a ser um risco para saúde e bem-estar. Na continuação da sua argumentação, a autora coloca o conceito de risco frente aos desafios do Antropoceno assim:

Assim, diante do risco, nos voltamos para as compensações duplas de calculabilidade e certeza. A ironia do risco, diz Beck (2006), é que quanto mais tentamos controlar, mais provável será que nos surpreendamos com as coisas que achamos que estamos gerenciando. A análise de Beck sugere que, quando confrontada com a “agência gigantesca e um nível de responsabilidade quase insuportável” que o antropoceno anuncia (Gibson-Graham e Roelvink 2010, 2), provavelmente reagiremos com dormência, desconexão e ressentimento (Instone, L. 2015, p. 5. tradução livre.)

Mais um ponto do conceito de risco para se por diante dos problemas e desafios do Antropoceno, é que, segundo Beck, em épocas anteriores as causas de risco e perigo que atingiam a espécie humana eram provenientes da natureza e de fatores externos. Porém, hoje, como já dissemos, Beck afirma que a sociedade moderna sabe de onde vem o perigo, até porque é ela mesmo que os produz. Sendo assim, estamos diante de uma época que tem o poder do conhecimento e que tem também a capacidade de pensar em uma solução. Ou seja, essa mesma sociedade pode pensar em outros futuros que não sejam necessariamente um futuro de carácter danoso e sim uma saída para um melhor estado de bem-estar.

A modernização reflexiva, com a sua amplitude e com a sua capacidade de transformação, tem também a capacidade de criar a insegurança. Porém, ao mesmo tempo, com o seu dinamismo de desenvolvimento, pode produzir segurança. O conceito de risco identifica o homem como a força geológica que provoca destruição do planeta Terra ao mesmo tempo que o identifica como o ser que vive sob ameaça. No conceito de risco de Beck, esse mesmo agente que faz ação e a sofre é capaz de encontrar soluções. Através dessa autocrítica que a sociedade é capaz de gerar diante da gigantesca força das instabilidades e incertezas pode fazer surgir, na época do Antropoceno, caminhos alternativos. E que caminhos são estes? Temos, por exemplo, o discurso do fim da espécie humana e da destruição do planeta Terra.

Rego (2016, p.70), através de Beck, afirma que há inúmeras possibilidades em relação às “etapas futuras do desenvolvimento”. O autor afirma ainda que essas possibilidades existem justamente porque o conceito de Modernização Reflexiva apontou que o “modelo da Primeira Modernidade” foi um modelo de paralisia frente os riscos produzidos de uma amplitude global, assim a modernização reflexiva “criou novas oportunidades de ação” para mudanças do momento atual da sociedade, isso possibilita também a participação de novos

protagonistas “na sociedade civil, no espaço político e no processo de definição dos riscos”. A partir disso observamos aqui uma importância do conceito de risco para a época do Antropoceno.

Sendo o Antropoceno uma época onde a presença de riscos acontece com muita frequência, segundo Rego (2016), com base no conceito de risco de Beck, o autor afirma que essa presença e o convívio com esses riscos de certa forma

[...] incentiva-nos inadiavelmente, de forma individual e colectiva, indivíduos e instituições, a ter que fazer escolhas, a traçar novas possibilidades e a procurar novos horizontes. Tal como nos indica Beck: «O choque suscitado pelo perigo é um convite a um novo começo. Onde há novo começo, a acção é possível» (Beck 2006b: 331 apud, Rego, B. 2016, p. 71).

Por ser uma modernidade reflexiva, afirma o autor, não é dela essa característica em querer pôr fim à modernidade, nem deixá-la sem orientação e sem direção frente aos problemas contemporâneos. Segundo Rego (2016, p.71), Beck acredita que o “projeto moderno, enquanto projeto histórico” não está finalizado, porque nele mesmo há uma construção de novos caminhos onde as circunstâncias das sociedades modernas se adequam de maneira bem melhor, além de querer sempre tirar do seu discurso “o tom derrotista”.

É exactamente o oposto da época do Antropoceno, que marcha com um discurso que aponta uma modernidade caminhando para o fim, sem alternativas e soluções. É à própria época do Antropoceno que a modernidade reflexiva pode fazer uma auto-crítica para redefinir seu caminho e possibilidades para o futuro que está em aberto. O próprio conceito da palavra Risco, está relacionado com algo que ainda não aconteceu, ou seja, uma ameaça, perigos que podem vir no futuro. Logo, há todo um empenho em evitá-lo, quando tomadas essas ações de controlo dos riscos. Temendo assim um futuro não desejado, essas ações pensadas em relação ao futuro são capazes de determinar ações no presente.

Aqui apresentamos mais um ponto importante do conceito de risco para os desafios no Antropoceno no que diz respeito as instabilidades políticas. No conceito de risco de Beck, temos aqui uma possibilidade de mudança, que olha para o passado, analisa o presente e projeta um futuro. Para resolução de problemas nas instabilidades políticas, Beck fala da possibilidade de uma ação metodológica através de uma cultura política com uma visão cosmopolita.

Segundo Rego (2016, p.72), Beck afirma que, na sociedade de risco as ações políticas precisam ser o mais amplas possível, já que os riscos têm uma característica de não estarem limitados às fronteiras de um determinado Estado. Como o mundo está

“cosmopolitizado”, as soluções frente aos desafios dessa época pedem para si soluções políticas com visão “cosmopolita”.

Assim todo sistema democrático precisa passar por uma grande reforma. Como a globalização trouxe benefícios e malefícios, e ela é “cada vez mais cosmopolita a diversos níveis”, segundo o autor, a globalização também proporciona a ampliação do “horizonte vital em que se move o indivíduo”, ou seja, ele também não fica mais preso às suas “fronteiras locais e nacionais”. Entretanto, é por isso que a visão sobre a condição do ser humano não pode ser mais aquela visão reduzida apenas às fronteiras locais e nacionais.

Assim “a condição humana deve ser enfocada à luz de uma perspectiva global”. Rego (2016, p.73) enfatiza que é a partir desse dinamismo dos “fluxos globais” que está organizada a Segunda Modernidade e só a compreendemos se olharmos para ela “à luz de uma vertente eminentemente cosmopolita”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando Crutzen e Stoermer (2000) identificaram através de estudos que as ações antropogênicas estão alterando os sistemas terrestres e denominaram essa época de Antropoceno, nem eles mesmos, diante de todos os desafios dessa nova época geológica, entenderam que estamos em uma época em que podemos criar alternativas e saídas para um estado melhor. No final dos seus textos apontam uma possível alternativa para a reversão desse atual época. Não estamos aqui querendo dizer que as ações humanas que afetam o sistema terrestre não têm um caráter autodestrutivo e que suas consequências não são prejudiciais à espécie humana.

Como os autores salientam, estes desafios são numerosos. No entanto, a época do Antropoceno não é uma época em que as saídas para um futuro melhor estejam fechadas. Segundo eles, “sem grandes catástrofes, como uma enorme erupção vulcânica, uma epidemia inesperada, uma guerra nuclear em grande escala, o impacto de um asteroide, uma nova idade do gelo, ou o continuar do saque dos recursos terrestres com tecnologias que, em parte, ainda são primitivas” (Crutzen, P., Stoermer, E. 2000, p. 2), ainda assim a espécie humana será uma potente força geológica por milhares de anos.

Para a reversão deste quadro, os próprios autores propõem uma saída. Esta saída consiste em desenvolver um plano de sustentabilidade com um alcance global que, segundo eles, não será uma tarefa muito fácil de colocar em prática.

Este plano requer muitas pesquisas e uma aplicação correta do conhecimento humano na sociedade atual. Além disso, afirmam os autores: “Uma difícil e assustadora tarefa, mas também desafiadora, está no horizonte para a pesquisa global e para a comunidade de engenheiros, guiar a humanidade em direção a uma gestão global, sustentável e ambiental” (*Ibidem*, p.2).

É seguindo neste intuito de entender que há possibilidades e que o futuro está em aberto que este trabalho teve a intenção de mostrar as atitudes metodológicas da Filosofia da Esperança e do conceito de Risco frente aos desafios da época do Antropoceno. Tanto Ernst Bloch como Ulrich Beck nos mostram que nada está definido ao ponto de pensarmos que, de fato, o discurso derrotista tem que ser aceite e que a espécie humana caminha para o seu fim.

Tanto a Filosofia da Esperança quanto o conceito de Risco orientam para o caminho das possibilidades, para os futuros possíveis. Vimos que Ernst Bloch, com a Filosofia da Esperança, nos mostra que o mundo não está encerrado e nele existem os processos, as

experimentações, os testes, e esse espaço para os experimentos e explorações se encontram abertos para a espécie humana.

E como esses processos ainda não aconteceram, neles existem “o tudo ou nada, porque sua configuração real ainda não estaria determinada”. É por isso que Bloch afirma que o mundo “corresponderia ao “ainda- não ser”. O ainda-não-ser do mundo é um estado de “fermentação” e dessa fermentação surge “a base material para o ímpeto” que direciona a imaginação e a “ação humana”. É assim que Bloch entende o mundo. É nessa abertura que a esperança poderá revelar-se porque o mundo não está dotado de “certezas pré concebidas”. Se assim fosse, as possibilidades para o futuro não existiriam e nem “faria sentido pensar num horizonte de expectativas” (Dias, M. 1995, p.85).

Dias (1995, p. 86) faz uma importante observação a respeito do pensamento de Bloch quanto ao mundo estar nesse estado de abertura. Segundo a autora, Bloch mostra que, “enquanto processo aberto”, no mundo reverberam “vozes do passado, do presente e do futuro que se encontrariam num infinito diálogo, tornando-se o ponto de articulação entre o inacabado (passado), o iminente (presente) e o possível (futuro)”. Assim, a possibilidade de uma nova realidade é possível.

A Filosofia da Esperança de Ernst Bloch torna-se importante para essa atual época porque ela nos sugere, não um conformismo frente à realidade, mas, muito pelo contrário, que a sociedade está sempre em busca de uma saída e de alternativas possíveis. Faz suscitar o desejo de estarmos sempre no caminho em direção ao futuro onde a espécie humana poderá cumprir seu papel no mundo. Como Dias (1995, p. 223) afirmou: “o princípio de Bloch tem por objetivo ensinar um novo homem (*o homem esperança*) ou melhor, uma nova atitude que poderá levar a construção de um novo mundo”. Se na época atual estamos diante de incertezas, instabilidades e discursos derrotistas e escatológicos, a reflexão de Bloch nos traz uma luz e esclarecimentos para que, no lugar das incertezas, tenha um caminho planejado cheios de possibilidades concretas e, em vez de discursos com sentimentos escatológicos e tomado pelo espírito de fracasso, exista engajamento e conscientização dotada de contemplação e ação.

Como bem salienta Dias (1995, p.224): “a tarefa da filosofia da esperança é preencher o espaço vazio à nossa volta (presente) ou à nossa frente (futuro) e iluminá-lo com faíscas”. Além disso, e aqui situando esses princípios sempre para a época do Antropoceno, Dias afirma que a Filosofia da Esperança de Bloch é um “projeto que resiste ao derrotismo e insiste (teimosamente) na ideia de futuro ousando proclamar: há esperança”.

Outra importante questão que Dias (1995, p. 225) destaca a respeito da importância

da Filosofia da Esperança é seu objetivo em mostrar que o ser humano também não se “revelou” por completo. Sendo assim, não se pode afirmar, e muito menos determinar sobre sua existência, sua origem ou questões sobre seu destino final. Assim, o homem é envolvido com o manto do anseio, das possibilidades pelo futuro que dá sentido e significado à sua vida. Para a construção dentro desse futuro possível na época do Antropoceno, o princípio esperança de Bloch que vimos na terceira parte desse trabalho, desperta cada indivíduo a entender que a construção desse futuro melhor está sobre a responsabilidade de cada um porque o homem é “agente consciente da história”.

Por ser dotado de esperança, o ser humano, na visão de Bloch, não se conformaria frente à realidade que está posta, como a realidade da época do Antropoceno. Muito pelo contrário, ele prontamente projeta “uma expectativa para além do imediato e empenhando-se na construção do horizonte que as suas esperanças podem alcançar” (*Idem*, p. 226). Isto dá-se pelo fato do ser humano ter em sua natureza um estado de não conformismo frente a situações indesejadas, logo, a busca pelo estado desejado surge como uma força motriz e o faz persistir na busca desse estado melhor por saber que o mundo não está encerrado, como afirma Bloch.

O avanço tecnológico, a globalização, e as consequências desse processo de modernização fizeram surgir a modernidade reflexiva. Na modernidade reflexiva, a mesma sociedade que fabrica os riscos fomenta uma crítica ativa e uma autoconfrontação. Então, a própria dinâmica de funcionamento da modernidade reflexiva expõe os erros e acertos, vitórias e fracassos, das ciências fazendo com que elas mesmo destruam suas “estruturas formais”. Além disso, “para Beck, a modernidade reflexiva instrumentaliza os atores sociais a adquirirem a capacidade de refletir sobre as condições sociais de sua existência e modificá-las” (Baum, D.F., Hupffer, H. M. e Figueredo, J. A. S. 2016, p. 11). A sociedade, afirma Beck, só se desenvolve sendo reflexiva.

Essa capacidade de refletir sobre suas próprias condições de existência cria as possibilidades e alternativas de outros caminhos frente aos desafios para a época do Antropoceno. Beck não se mostra otimista frente os dados existentes, porém, se observarmos o que expusemos sobre o conceito de Risco, podemos ver, que Beck, tem um pensamento otimista a respeito das possibilidades que podem ser criadas ou imaginadas.

Para Beck, nos riscos há possibilidades de sucesso ou fracasso, e quando os riscos são ameaçadores, eles impulsionam o pensar em relação às ameaças e ações para evitar os danos provocados por elas. Nos riscos, o passado perde a importância de afirmar o presente e é com o olhar para o futuro que o presente é edificado, isto porque os futuros são construídos

e ainda não existem. Os riscos obrigam um confronto crítico com os paradigmas que nos conduziram até este estado de instabilidades do Antropoceno, porém, eles impulsionam a sociedade a procurar soluções e alternativas frente aos desafios e a discutir os futuros possíveis do Antropoceno.

Tanto a Filosofia da Esperança de Ernst Bloch, quanto o conceito de Risco de Ulrich Beck tornam-se extremamente importantes para a época do Antropoceno justamente por suas funções metodológicas nos dizerem que os processos do mundo não estão encerrados e que nada está posto por definitivo. Esperança e Risco têm em si um espírito que provoca a mobilização da sociedade. Com isso, a sociedade é capaz de enfrentar criticamente os paradigmas estabelecidos e procurar outras alternativas. Em Bloch e Beck, o futuro está em aberto, logo há outras saídas e possibilidades na época do Antropoceno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acabou-se o Jardim do Éden. Bem-Vindo ao Antropoceno (2019, Janeiro, 22). *Expresso*. Disponível em: <https://expresso.pt/internacional/2019-01-22-Acabou-se-o-Jardim-do-Eden.-Bem-vindos-ao-Antropoceno>

Acevedo, A., Vargas, F. (2000). Sociologia del riesgo. *Estudios sobre las Culturas Contemporáneas*, vol. 6, nº11. pp.149-157. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?>

Araújo, W. (2003). O desafio de ser refugiado. In Milesi, R. *Refugiados: realidades e perspectivas* (pp. 33-44). Brasília: Edições Loyola.

Areosa, J. (2008). O risco no âmbito da teoria social. In *VI Congresso Português de Sociologia, Mundos Sociais: Saberes e Práticas. Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 25 a 28 de Junho 2008*. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/334466713_O_risco_no_ambito_da_teor_soc_ial

Arraia, E. (2011). Bem-Vindo ao Antropoceno: O ser humano deixa marcas cada vez maiores na terra. *Revista Planeta*, 470, Disponível em: <https://www.revistaplaneta.com.br/bem-vindo-ao-antropoceno/>

Arraia, E. (2008). O valor da esperança na era da ansiedade. *Revista Planeta*, nº433. Disponível em: <https://www.revistaplaneta.com.br/edicao/edicao-433/>

Artaxo, P. (2014). Uma nova era geológica em nosso planeta: o Antropoceno? *Revista USP*. Nº 103, 13-24.

Baum, D. F. T., Huppfer, H. M. e Figuerado, J. A. S. (2016). Modernização reflexiva e as perspectivas das decisões ambientais no futuro. *Revista Direito Ambiental e Sociedade*. v. 6, nº 2. pp. 7-29. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/direitoambiental/article/view/3776>

Beck, U. (1998). *La sociedad del riesgo: Hacia una nueva modernidad*. (J. Navarro, D. Jiménez, M^a. R. Borrás, Trad.). Barcelona, Buenos Aires, México, PAIDÓS.

Beck, U., Giddens, A. e Lash, S. (2000). *Modernização Reflexiva: Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna*. (M. A. Augusto, Trad.). Oeiras, Portugal. Celta Editora. (Obra originalmente publicada em 1994).

Bertolini, B.O (2016). Breves Considerações Sobre o Conteúdo da Esperança em Walter Benjamin e Ernst Bloch. in Souza, R. T e Rodrigues, U. M. *Ernst Bloch Utopias Concretas e Suas Interfaces*. Porto Alegre, RS: Editora Fi.

Bíblia Sagrada (2007). (Nova Tradução na Linguagem de Hoje). São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil.

Bloch, E. (2005). *O Princípio Esperança*. (N. Schneider, Trad.). Rio de Janeiro: Contraponto.

Boff, L. (2011). Pistas para uma nova visão ecológica-espiritual. In Vigil, J.M. *Ecología y Religión en esta hora de emergencia planetaria* (pp.51-52). Volume XXXIV N°1. Disponível em: <http://eatwot.net/VOICES/VOICES-2011-1.pdf>

Brown, L. R. (2006). *Plano B 2.0: Resgatando um Planeta sob Stress e uma Civilização em Apuros*. Camara Municipal de Trancoso, Tribunal Europeu do Ambiente, Fundação para as Artes Ciências e Tecnologias - Observatório. (E. C. Pinto, Trad).Trancoso, Portugal.

Brüseke, F. J. (2007). Risco e Contingência. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. vol. 22, n° 63. pp. 69-81. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092007000100006>

Carneiro, A. M. P. (1999). *O Possível Esperança: Reflexões sobre a educação como necessidade humana e da esperança como seu fundamento a partir da leitura da obra de Ernst Bloch, O princípio esperança*. (Dissertação de mestrado). Disponível no Repositório Aberto da Universidade do Porto <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/13025>

Carvalho, M. (2014, Julho./Dezembro). Esperança e Possibilidade em Ernst Bloch. *Universitas Humanas*. vol.10, n°2, pp. 21-27. DOI: 10.5102/univhum.v10i2.2935

Consani, C. F. e Klein, J. T. (2014, Junho). Condocert e Kant: A Esperança como Horizonte do Projeto Político. *KRITERION: Revista de Filosofia*, vol.55, n° 129, pp. 111-131. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-512X2014000100007>

Costa, M.F.T. (2009). A Utopia na Perspectiva de Ernst Bloch. (*Psicologia Social e Políticas de Existência: Fronteiras e Conflitos*) in *XV Encontro Nacional da ABRAPSO, Maceió, Brasil. 30 de Outubro a 2 Novembro 2009*. (pp.1-10). Disponível em: http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/index.php?option=com_content&task=blogcategory&id=67&Itemid=95

Crutzen, P., Stoermer, E. (2000). O Antropoceno. *Global Change Newsletter*, 41:17-18.

Cruz, F. N., Borba, L. B. e Abreu de L. R. D. (2005). A hipótese de Gaia. *Aula 10 Ciências da Natureza e Realidade*. Disponível em: [http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/cursos/Geografia_PAR_UAB/Fasciculos%20-%20Material/Ciencia Natureza Realidade/ CI NAT A10 GR RAARL 090810.pdf](http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/cursos/Geografia_PAR_UAB/Fasciculos%20-%20Material/Ciencia%20Natureza%20Realidade/CI%20NAT%20A10%20GR%20RAARL_090810.pdf)

David, M. L. (2011). Sobre os conceitos de risco em Luhmann e Giddens. *Revista Em Tese UFSC*. vol.8, n°1. Disponível em: <https://ufsc.academia.edu/RevistaEmTeseUFSC>

Descartes, R. (1973) *As Paixões da Alma*. Disponível via Issuu em: [https://issuu.com/tyrwar/docs/ren_descartes - as paix es da al](https://issuu.com/tyrwar/docs/ren_descartes_-_as_paixoes_da_al)

Dias, M. A (1995). *Spes Aude ou o desafio da esperança: uma releitura do paradigma utópico de Ernst Bloch à luz do nosso tempo*. (Dissertação de Mestrado). Disponível no Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de Lisboa. <http://aleph18.sibul.ul.pt/>

Ferrão, J. (2017). Antropoceno, cidades e geografias. In Cravidão, F., Cunha, I., Santana, P. e Santos, N., *Espaços e tempos em Geografia: homenagem a António Gama* (pp. 287-302). Disponível em: [https://digitalis.uc.pt/pt-pt/livro/ antropoceno cidades e geografia](https://digitalis.uc.pt/pt-pt/livro/antropoceno_cidades_e_geografia)

Franchini, M., Viola, E. e Barro-Platiau A. F. (2017, Setembro, 1). Los Desafios del Antropoceno: De la política ambiental internacional hacia la gobernanza global. *Ambiente & Sociedade*. Vol 20, (nº 2). pp.179-206. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/asoc/v20n3/es_1809-4422-asoc-20-03-00177.pdf

Giddens, A. (1991). *As consequências da Modernidade*. São Paulo: Editora UNESP.

Instone, L. (2015) Risking Attachment in The Antropocene. In Katherine, G. et. al. *In Manifesto for Living in the Anthropocene*. Brooklyn, NY, Punctum books. Disponível em: <http://www.oapen.org/search?identifier=1004574>

Issberner, L.R., Léna, P. A (2018, Abril, Junho). Antropoceno: os desafios essenciais do debate científico. *O correio da UNESCO*. nº 2. (pp.7-10). Disponível em: [https:// pt.unesco.org/courier/2018-2](https://pt.unesco.org/courier/2018-2)

Japiassú, H., Marconde, D. (2008). *Dicionário Básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora Ltda.

Kant, I. (2001). *Crítica da Razão Pura*. (5ª ed). (M. Pinto dos Santos, A. Frandique Morujão, trad). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Lima, I. B. (2010). *Utopia Concreta, Esperança e Educação: O Princípio Esperança de Ernst Bloch Como Filosofia da Educação*. (Tese de Doutorado). Disponível na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações: [http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/ UFC-7_351ab0db6485da2c6ee89449fec6f43b](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFC-7_351ab0db6485da2c6ee89449fec6f43b)

Lima, M. L. (1998). Factores sociais na percepção de riscos. *Psicologia*. vol.12,pp 11-28, nº1. [http:// dx.doi.org/10.17575/rpsicol.v12i1.570](http://dx.doi.org/10.17575/rpsicol.v12i1.570)

Machado, F. A., Gurgel, L. G. e Reppold, C. T. (2017, Janeiro, Março) Intervenções em Psicologia Positiva na reabilitação de adultos e idosos: revisão da literatura. *Estudos de Psicologia (Campinas)*. vol.34 nº 1. pp. 119-130. DOI: 10.1590/1982-02752017000100012

Machado, C. E. J. (2008) Sonhos diurnos e geografia - sobre o princípio esperança de Ernst Bloch. *Trans/Form/Ação*. vol.31nº1), pp.205-213. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/trans/v31n1/v31n1a12.pdf>

Marques, S.C., Pais-Ribeiro, J.L e Lopez, S. (2008). Estabilidade Temporal das Escalas de Esperança para Crianças e de Satisfação com a Vida para Estudantes. *Psicologia, Saúde & Vida*, vol.9 (nº2), pp. 245-252.

Maslin, M. A., Lewis, S.L. (2015). Anthropocene: Earth System, geological, philosophical and political paradigm shifts. In Oldfield, F. *The Anthropocene Review* (pp. 108-116). Disponível em: <https://journals.sagepub.com/home/anr>

McCormick, J. (1992). *Rumo ao Paraíso: A história do Movimento Ambientalista*. Tradução: Marco Antônio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Copacabana, Rio de Janeiro-RJ: Dumurá Distribuidora e Publicações.

Mendes, J.M. (2016). *Sociologia do risco: uma breve introdução e algumas lições*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-1066-5>

Mendes, M., Oliveira de, M. M. D. (2017). Da educação ambiental para o antropoceno. In Oliveira de, M. M. D (et. al). *Cidadania, Meio Ambiente e Sustentabilidade*. Edusc, Caxias do Sul. (pp. 266-285). Disponível em: <https://www.uces.br/site/midia/arquivos/ebook-cidadani-meioamb.pdf>

Ojima, R., Nascimento do, T.T. (2008, Junho, 4,5,6). Meio Ambiente, Migração e Refugiados Ambientais: Novos Debates, Antigos Desafios. *IV Encontro Nacional Anppas*. Brasília-DF-Brasil. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT13-358-132-20080424170938.pdf>

Panorama da Biodiversidade Global 3 (2010). *Ecossistemas de água interiores*. (pp.41-45).Ministério do Meio Ambiente. Brasília. Disponível em: <https://www.cbd.int/doc/publications/gbo/gbo3-final-pt.pdf>

Porto, D. (2016). Esperança, Afetos Expectantes, Utopias Concretas e Movimento Social: Uma Reflexão a Partir de Ernst Bloch. in R. T e Rodrigues, U. *Ernst Bloch Utopias Concretas e Suas Interfaces*. Porto Alegre, RS. Editora Fi.

Ramôa, M.M.V.B.S (2016). *A Psicologia Positiva Aplicada ao Contexto Escolar* (Dissertação de Mestrado). Disponível na Repositório da ESEPF: <http://repositorio.esepf.pt/>

Rego, B. (2016). *Do Contrato Ambio-Social a uma Antropologia da Esperança: Cidadania e Sustentabilidade na Era da Crise Ambiental*. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas.

Rego, B. (2016). *O Caos Global da Modernidade: O Século 21 segundo Ulrich Beck*. Lisboa: Esfera do Caos Editores.

Reis, T. (2018, Dezembro, 20). O Ainda-Não-Consciente: A crítica de Ernst Bloch ao Inconsciente Freudiano. *AUFKLÄRUNG*, v.5, n°3. pp.99-108. DOI: <https://doi.org/10.18012/arf.2016.41137>

Ribeiro, R. L. (2007). Globalização, Sociedade de Risco e Segurança. *Revista de Direito Administrativo*. v.246, pp. 268-286. DOI: <http://dx.doi.org/10.12660/rda.v246.2007.41660>

Ritter, A.L.F.R. (2011). *Aprender a Ter Esperança: Construção, Implementação e Avaliação de Um Programa para o 4º Ano do 1º Ciclo de Escolaridade*. (Dissertação de Mestrado). Disponível no Sistema Integrado de Bibliotecas Repositório da Universidade de Lisboa. <https://repositorio.ul.pt/>

Robalo, M. L. V (2010). *Perdão e Esperança na Promoção da Saúde Mental do Sênior* (Dissertação de Mestrado). Disponível no Portal do Conhecimento de Cabo Verde: <http://www.portaldoconhecimento.gov.cv>

Rocha, Z. (2007, junho.) Esperança não é esperar, é caminhar: Reflexões filosóficas sobre a esperança e suas ressonâncias na teoria e clínica psicanalíticas. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. Ano X, n° 2. pp. 256-271.

Sousa, R.B. (2011). Utopia, Esperança e Messianismo no Pensamento de Ernst Bloch. *Revista Guairacá*, vol.27, n° 1. pp.143-164. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/guaiaraca/article/view/2425/2022>

Telles, P. (2016, Agosto, 11). Planeta Terra alerta: Sua dívida comigo aumentou, terráqueo. IHU- *Instituto Humanitas Unisinos*. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/558758-planeta-terra-alerta-sua-divida-comigo-aumentou-terraqueo>

Viera, A. R. (2007). Princípio Esperança e a Ética Material de Vida. *Reflexão*, v.32, n°92. pp.59-72. Disponível nos periódicos PUC-Campinas: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reflexao/article/view/3056>

Vilches, A., Praia, J. e Gil-Pérez, D. (2008). O Antropoceno: Entre o risco e a oportunidade, *Educação. Temas e Problemas*, 5, Ano 3, 41-66.

Viola, E., Basso, L. (2016). O Sistema Internacional No Antropoceno. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 31, N° 92, 1-18. DOI: 10.17666/319201/2016

Waters, C. (2016, Dezembro, 27). Há 70 anos entramos no Antropoceno. *Observatório do Amanhã*. Disponível em: <https://museudoamanha.org.br/pt-br/entrevista-colin-waters>

WIKIPÉDIA. A enciclopédia livre. *Esperança*. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Esperan%C3%A7a> Acessado em 10/03/2019.